

VANDERLEI MACHADO

**O ESPAÇO PÚBLICO COMO PALCO DE ATUAÇÃO MASCULINA
A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO BURGUEZ DE MASCULINIDADE EM DESTERRO
(1850-1884)**

FLORIANÓPOLIS - 1999

VANDERLEI MACHADO

**O ESPAÇO PÚBLICO COMO PALCO DE ATUAÇÃO MASCULINA
A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO BURGUEZ DE MASCULINIDADE EM DESTERRO
(1850-1884)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Mestre em História, sob a orientação da Prof.^a Dra. Joana Maria Pedro.

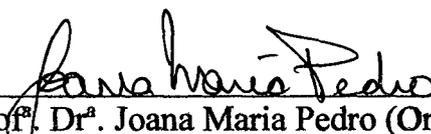
FLORIANÓPOLIS - 1999

O ESPAÇO PÚBLICO COMO PALCO DE ATUAÇÃO
MASCULINA: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO BURGUÊS
DE MASCULINIDADE EM DESTERRO (1850-1884)

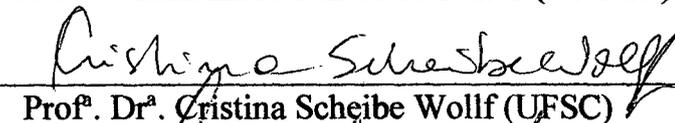
VANDERLEI MACHADO

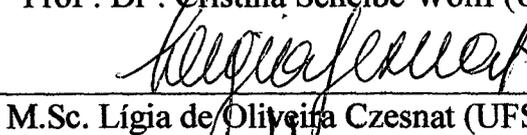
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

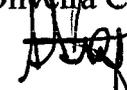
BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Joana Maria Pedro (Orientadora/UFSC)


Prof.^a. Dr.^a. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)


Prof.^a. Dr.^a. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)


Prof.^a. M.Sc. Lígia de Oliveira Czesnat (UFSC)(Suplente)


Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
Coordenador do PPGH/UFSC

Florianópolis, 18 de maio de 1999

Um dia
Vivi a ilusão
De que ser homem bastaria,
Que o mundo masculino
Tudo me daria
Do que eu quisesse ter.

Quem sabe
O super-homem venha
Nos restituir a glória
Mudando como um deus,
O curso da história
Por causa da mulher.

(Super-homem a canção, Gilberto Gil)

MACHADO, Vanderlei. O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1884). Florianópolis, 1999. 120p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dra. Joana Maria Pedro

Defesa: 18/05/99

Estudo sobre a construção de um modelo de masculinidade pautado em ideais burgueses, em Desterro na segunda metade do século XIX. Análise dos discursos veiculados pela imprensa, que agiam como instrumentos modeladores e instituidores de práticas sociais, exigindo dos homens da elite atributos e comportamentos adequados à esfera pública burguesa que se procurava instaurar, constituindo um capital simbólico de masculinidade que possibilitava o acesso à cidadania e à intervenção nas decisões dos destinos da cidade e da Província.

Palavras-chave: masculinidades; gênero; público; elites

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract.....	7
Agradecimentos	8
Introdução	9
<i>Capítulo I - Honra, conduta e educação: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade.....</i>	20
A educação como forma de ascensão social e capital simbólico de masculinidade	46
<i>Capítulo II - As assembléias e as aves: um sobrevôo na política imperial.....</i>	56
Arribando na Ilha	69
As aves vêm do norte	82
<i>Capítulo III - Entrando no mundo dos homens pelos laços do himeneu.....</i>	94
Considerações finais	112
Fontes e Bibliografia.....	116

RESUMO

Em Desterro, capital da Província de Santa Catarina, a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu um relativo crescimento econômico e com isso o aparecimento de um grupo emergente advindo do comércio. Este grupo buscou constituir uma esfera pública burguesa e, subjacente a isso, é possível perceber a constituição de um modelo de masculinidade pautado em ideais burgueses.

Esta elite ascendente procurou interferir e trazer para seus descendentes a participação na administração pública, isto é, constituir-se como elite política. Para isso, seus filhos foram estudar nas instituições de ensino superior do Império, como a Faculdade de Direito de São Paulo e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro.

Munidos do capital cultural, adquirido naquelas academias, passam a veicular na imprensa e na literatura uma série de discursos reconhecidos como autorizados, nos quais instituíam atributos específicos de masculinidade que legitimavam a possibilidade de interferir na esfera pública política de Desterro.

Neste contexto, a imprensa funcionou como um instrumento discursivo modelador e instituidor de práticas sociais, entre as quais, passou a exigir dos homens adultos, principalmente da elite, que quisessem ser reconhecidos como honrados e honestos por seus pares, a capacidade de prover suas famílias dos recursos necessários à sobrevivência e à garantia do pagamento de suas dívidas. Além disso, para os homens da elite, o casamento aparecia como um atributo de honradez e uma possibilidade de ascensão na esfera política. Tais atributos apresentavam-se como capital simbólico de masculinidade, possibilitavam o acesso à cidadania e à intervenção nas decisões dos destinos da cidade e da Província.

ABSTRACT

In Desterro, the capital of the Santa Catarina province, from the second half of the 19th century on, there has been a relative economical growth with the consequent appearance of an emergent group coming from the commerce. This group tried to form a bourgeois public circle and, underneath that, it is possible to perceive the establishment of a model for masculinity based on bourgeois ideals.

That ascendant elite tried both to interfere and to allow their descendants the participation in the public administration, i.e., to become a political elite as well. For that end, their sons started to study in the Empire's superior education centers, such as the Law Faculty in São Paulo and the School of Medicine in Rio de Janeiro.

With the cultural capital acquired from those faculties, they started to diffuse through the press and literature a series of discourses, recognized as being authorized, in which they established specific attributes of masculinity which attested the possibility of interfering in the public political circle of Desterro.

In that context, the press worked as a discursive modeling tool, establishing social practices, among which there was the demand from adult males, mainly from the elite who would want to be recognized as honored and honest by their peers, the ability to sustain their families with the necessary recourse to survival and the warranty of payment of their debts. Besides, marriage would appear as an attribute of honor and a possibility of ascension in the political circle for the man in the elite. Such attributes were presented as a symbolic capital of masculinity in the decision of the town's fate.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de pesquisa somente foi possível em virtude do apoio, carinho e estímulo de várias pessoas. Amigos sempre dispostos a contribuir e amenizar os momentos difíceis.

Deixo aqui registrada minha gratidão à Prof^a Joana Maria Pedro que esteve sempre presente, orientando e mostrando caminhos possíveis. Intelectual generosa, transmitiu-me confiança e segurança para a realização desta dissertação.

De grande importância foi também o incentivo e a colaboração da Prof^a Lígia de Oliveira Czesnat, que sempre se mostrou disposta a contribuir tanto com sua solidez intelectual quanto com seu carinho e amizade.

Ao meu irmão Lademir Machado, minha gratidão eterna, pois além de companheiro, proporcionou-me as condições materiais necessárias para a continuidade dos meus estudos.

Um agradecimento especial aos amigos de todas as horas: Reinaldo por suas leituras e sugestões, Bartô por sua amizade e companheirismo, Leila e Lili companheiras de república, com as quais troquei idéias, recebi afetos, compartilhamos alegrias e incertezas. Com todos vocês aprendi muito.

Não poderia de deixar de lembrar e de agradecer às servidoras da Biblioteca Pública de Santa Catarina, principalmente do setor de Santa Catarina. Profissionais que buscam vencer as dificuldades pelas quais passam as instituições culturais do nosso país com sua dedicação e respeito pela nossa história.

O auxílio financeiro fornecido pelo CNPq foi decisivo para a realização deste trabalho. Nesse sentido, agradeço a esta instituição pública o apoio prestado.

INTRODUÇÃO

“A apreciação, o julgamento de meus atos como militar pertence a meus legítimos superiores, e deles não receio juízo.

Minha vida pública como cidadão pode ser francamente discutida por qualquer cavalheiro honesto, por qualquer homem de bem: aceitarei sempre tal discussão.

Sobre minha vida privada a ninguém dou o direito de análise ou de intervenção.

Ao réprobo, porém, para sempre decaído da opinião pública, tudo é lícito, tudo é permitido até que o brio ou a dignidade individual se revolta contra a lama que lhe é arremessada.

Desterro 28 de Abril de 1863

O 1º tenente d’armada

Thomaz Pedro de Bitancourt Cotrim.”¹

A imprensa em Desterro², na segunda metade do século XIX, representou um espaço público privilegiado de discussão do comportamento masculino. Porém, como nos lembra a nota do Sr. Thomaz, acima citada, o que estava em debate era o comportamento masculino na esfera pública³, não sendo admitido o debate sobre as questões da intimidade, ficando relegadas à esfera íntima da pequena-família. Estas exigências emergem num momento em que se percebe a instauração, na cidade, de uma esfera pública burguesa.⁴

¹ Jornal *O Despertador*, nº 31, 1/5/1863.

² Desterro era o nome da capital da Província de Santa Catarina até 1894, quando passou a denominar-se Florianópolis.

³ O termo público, nos informa Hannah Arendt, “significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. [...] No entanto, há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado. [...] Em segundo lugar, o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.” ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1995. p. 59-63.

⁴ Segundo Jürgen Habermas: “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.” A esfera íntima da pequena-família, segundo o mesmo autor, “é o local em que historicamente se origina a privacidade, no sentido moderno de uma interioridade livre e satisfeita.”

Cf.: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984. p. 42-43.

Paralelo à instauração de uma esfera pública burguesa, podemos perceber a busca pela construção de um modelo de masculinidade pautado em ideais burgueses. Por meio da imprensa, foram divulgados uma série de discursos formulados pelos próprios homens, os quais tendiam a reproduzir um modelo de comportamento masculino coadunado com uma ideologia burguesa que se espalhava, a partir da Europa, na esteira da internacionalização do capital, incluindo a separação entre o setor privado e a esfera do poder público, bem como a construção de uma esfera íntima familiar.⁵

Este modelo, que podemos chamar de masculinidade hegemônica, expressa-se na forma de um conjunto de discursos que atuaram e imprimiram efeitos de poder e marcas indelévels sobre os agentes históricos. Passou-se a exigir dos homens que atuavam no espaço público, tais como: os comerciantes, os profissionais liberais e os funcionários públicos, como buscaremos demonstrar, um nome reconhecido como honrado e de boa reputação. Para alcançar tal status, o homem deveria ser, entre outras coisas, identificado como provedor da família e alguém que garantisse o pagamento de suas dívidas.

Dos homens que almejavam participar da esfera política através de cargos eletivos, entre os quais, o de representante da Província na Câmara Geral do Império, o qual nos ateremos⁶, além dessas exigências faziam-se outras, que durante o período

⁵ PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. p. 15.

⁶ A participação política se dava em várias instâncias, porém diante da especificidade deste trabalho, escolhemos analisar o caso das eleições para deputado à Câmara Geral do Império. Isto se deve principalmente ao fato de que, a imprensa de Desterro, da época analisada, dava pouca ênfase às eleições para a Câmara Municipal e para a Assembléia Legislativa Provincial, na maioria das vezes, apresentava simplesmente o nome dos candidatos que compunham as chapas dos partidos que concorria à eleição. No caso das eleições para Senador do Império, que era vitalício, ocorreram apenas duas eleições durante a segunda metade do século XIX, na Província de Santa Catarina. As eleições para deputado da Câmara Geral eram alvos de acirradas disputas entre os grupos que disputavam o poder político local e, a imprensa, era peça importante nessas disputas.

analisado foram sendo acrescidas ou reforçadas, conforme o contexto vivenciado pela sociedade de Desterro e pela Província de Santa Catarina de forma geral.

A escolha do recorte temporal, 1850 - 1884, deve-se, principalmente, ao fato de que a cidade de Desterro, durante esse período, passou por uma série de transformações em vários níveis desde o econômico, o social até o político. Estas mudanças, como procuraremos demonstrar, foram acompanhadas de modificações tanto no ideal de comportamento dos homens quanto das mulheres. No nível econômico, é possível percebermos o surgimento de uma classe econômica ligada ao comércio e ao transporte de mercadorias.

A classe política de Desterro passou a ser, a partir da segunda metade do século XIX, na sua maioria, requisitada nas fileiras desses grupos ligados às atividades comerciais e às dos funcionários públicos, o que representava uma novidade frente ao período anterior, no qual a classe política era formada por militares, funcionários civis e padres.⁷ Esta nova elite⁸, principalmente a parcela que, em virtude do enriquecimento com as atividades comerciais, pôde mandar seus filhos estudarem nas instituições de ensino superior, como a Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, acabou garantindo a eles a participação tanto na esfera política quanto na esfera literária. Além disso, munidos do capital cultural adquirido naqueles centros de saber, acabaram por encontrar na literatura e na imprensa órgãos prioritários para divulgação de uma definição do mundo social de acordo com os seus interesses.

⁷ No século XVIII, com a instalação da capitania de Santa Catarina, o governo era formado por militares de altas patentes. Além dos militares, a elite passou a ser composta, também, por funcionários civis, muitos deles vindos da metrópole especialmente para ocupar cargos públicos. Ver. PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. p. 18.

⁸ Neste trabalho a definição de elite que utilizaremos está relacionada à teoria das elites, segundo a qual, "em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a maioria que dele está privada (o poder econômico, o poder ideológico e o poder político)."

Cf.: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Vol. I. Brasília: Ed. da UnB, 1995. p. 385.

Escolhemos “abandonar” nossa análise no ano de 1884 por entendermos que, as transformações históricas pelas quais Desterro passou durante os últimos anos do Império e das quais surge como emblemática a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em 1894, exigem um outro esforço de análise e uma nova pesquisa. Porém, cabe lembrar, o recorte temporal por nós utilizado não foi tratado de forma monolítica. Sempre que achamos ser importante para um melhor entendimento das mudanças que foram ocorrendo, tanto no nível econômico, político quanto no entendimento das relações de gênero, avançamos ou voltamos um pouco no tempo.

Na construção de nossa história, elegemos a imprensa como fonte destacada. O discurso jornalístico, nos lembra Bethania Sampaio Corrêa Mariani, “toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro.” E, além disso, continua a autora, “uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado.”⁹

A importância dos jornais como fonte de pesquisa, deve-se ainda, ao fato de a imprensa, como salientou Jürgen Habermas, ser a instituição por excelência da esfera pública. Ao tematizar o público leitor, o jornal tornava-se um instrumento pedagógico e formador de opinião pública.¹⁰

Este caráter pedagógico e formador da opinião pública, acreditamos poder encontrar também na literatura do século XIX. Dessa forma, além dos jornais, utilizaremos ainda alguns romances de autores brasileiros, principalmente os publicados na imprensa de Desterro. Os romances, entre outras coisas, nos possibilitam perceber a circulação dos discursos. Pois, assim como nos jornais, por

⁹ MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constói memória). In ORLANDI, Eni Pucineli. *O discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Ed. Pontes, 1993. p.33.

¹⁰ HABERMAS, J. 1984. Op. Cit. p. 58 a 59.

meio da literatura, o público leitor de Desterro tomava contato com os costumes e práticas sociais divulgados nos grandes centros urbanos, brasileiros e europeus. E ainda mais, Peter Gay, analisando a produção literária do século passado, inclusive algumas produções brasileiras, nos mostra a importância desta para a historiografia, pois segundo o autor: “os romancistas do século XIX exploraram todos os temas que importavam: o dinheiro, a classe, a política.” Além disso, “dissecaram a textura social em que estavam imersos, e discriminaram as nuances mais sutis de posição e dos costumes.”¹¹ Sendo assim, poderemos perceber nos romances algumas matizes da sociedade do século XIX que não foram descritas nos jornais.

No decorrer do período analisado, é possível perceber, nos jornais que circulavam em Desterro, uma preocupação em fazer circular discursos que buscavam normatizar formas de sociabilidade e “civildade”. Tais normas parecem estar baseadas em modelos importados do Rio de Janeiro e dos grandes centros europeus. Estavam sujeitos a esses discursos normativos tanto as mulheres quanto os homens de Desterro, guardadas suas especificidades.

Naquele momento, no qual se percebe o incremento das atividades comerciais em Desterro, nota-se a divulgação, por parte da imprensa, de comportamentos diferenciados para homens e mulheres. Nestes, a representação de mulher ideal está relacionada à imagem da esposa carinhosa e à de mãe zelosa. Assim, deveria receber uma boa educação para poder educar os filhos e gerir a casa. Então, o seu espaço de atuação é restrito ao lar. Enquanto o homem, cada vez mais, acumula e desenvolve atividades fora do lar, ou seja, cada vez mais o homem ocupa o espaço público. Elisabeth Badinter assinala o início do século XIX, na Europa, como sendo o do “triunfo do dimorfismo radical”, pois a biologia torna-se o fundamento

¹¹GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: A paixão terna*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 120.

epistemológico dos preceitos sociais. O útero e os ovários definem a mulher e consagram sua função maternal bem como fazem dela uma criatura em tudo oposta ao seu companheiro. A heterogeneidade dos sexos passa a comandar destinos e direitos diferentes.¹²

Dentro dessa perspectiva achava-se a mulher, “fortalecida com seu poder de gerar”, reinando como senhora absoluta no lar, orientando a educação dos filhos e sendo constrangida pela lei moral que decide sobre os bons costumes. Pertence ao homem o resto do mundo: “incumbido da produção, da criação e da política, a esfera pública é seu elemento natural.”¹³

Os jornais apresentavam estereótipos nos quais as mulheres apareciam como dilapidadoras do pecúlio acumulado ou do salário do marido. Esse, por ser funcionário público ou comerciante, buscava ascender social e economicamente e precisava de uma esposa que possuísse prendas domésticas, fosse econômica dentro do lar e não desejasse a ostentação em forma de roupas e jóias. Alguns artigos buscavam valorizar esse modelo idealizado no qual a mulher aparecia como “zelosa” dos bens da família.

A masculinidade, ou aquilo que é próprio dela, era o contrário daquilo que se dizia das mulheres. Sendo assim, se a mulher era perdulária, o homem deveria ser econômico, se falava muito e era dada a fofocas, ao homem cabia abster-se desse tipo de comentário. Em contrapartida, esperava-se das mulheres um caráter constante em matéria de namoro e casamento, enquanto que a fidelidade não era exigida dos homens. Portanto, tais discursos tinham um caráter de diferenciação, censuravam

¹²BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a Identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p.9.

¹³Idem. p. 9.

práticas tidas como próprias das mulheres e restringiam os homens de tais práticas, pois é “em relação a elas e contra elas que eles se definem”.¹⁴

Assim como a História das Mulheres vem sendo estudada a partir da categoria gênero de análise histórica, entendemos que uma melhor compreensão das formas pelas quais os papéis masculinos foram construídos, em diferentes momentos históricos, possam também ser analisados a partir desse referencial teórico, que demonstra que os gêneros não são determinados pela biologia, mas sim histórica e socialmente constituídos.

Como nos lembra Joan Scott, a utilização do termo gênero foi feita inicialmente pelas feministas norte-americanas que “queriam insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo.”¹⁵ Buscava-se, com a utilização da palavra “gênero”, uma rejeição ao determinismo biológico “implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”. Joan Scott afirma ainda que, a categoria gênero é relacional, ou seja, as noções do feminino e do masculino são construídas, em termos recíprocos, por homens e mulheres no interior de relações sociais, culturais e historicamente localizadas.¹⁶

Os artigos dos jornais, nos parece, procuravam passar uma representação de masculinidade na qual os papéis masculinos em construção, naquele momento histórico, não sofriam contestação, bem como as representações e os estereótipos femininos que eram construídos pelos homens não eram questionados pelas mulheres. É claro que estas representações se referiam a um público específico, aos leitores dos jornais, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, o que não impedia

¹⁴ BADINTER, E. 1993. Op. Cit. p. 11.

¹⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990. p. 5.

¹⁶ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 87.

o acesso a tais representações por parte de outras camadas da população, pois como nos têm mostrado os estudos sobre a masculinidade, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social e “as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela.”¹⁷

Os grupos sociais dominantes, por meio da produção de discursos sobre essa nova masculinidade, procuravam estar em consonância com o modelo burguês de sociedade que se buscava instaurar, isto é, impor a toda sociedade um modelo considerado universal de homem, mantendo as hierarquias sociais. Os formuladores dos discursos procuram fazer legitimar sua dominação na sociedade apresentando-se como dotados das características mais próximas ao modelo que pretendem hegemonizar, enquanto que os grupos sociais subalternizados aparecem como portadores de práticas e atitudes que necessitariam ser corrigidas. É para a construção desse modelo hegemônico que dirigiremos nossa atenção neste trabalho.

Ao propormos a construção de uma história de como os homens forjaram um ideal de masculinidade, a partir do modelo de homem público, e que, pretendia-se hegemônico, estamos buscando desnaturalizar uma construção, uma representação que é determinada histórica e culturalmente. E com isso, contribuir para um melhor entendimento de como as construções de gêneros têm sido utilizadas, em contextos históricos diferentes, para justificar relações hierarquizantes entre homens e mulheres.

Nesse sentido, dividimos este trabalho em três capítulos. Cada capítulo possui uma certa autonomia, mas forma um conjunto que pretende ser capaz de apresentar uma abordagem abrangente do tema.

¹⁷ CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. In: *Revista Educação e Realidade*. jul./dez. 1995. p.189.

No primeiro capítulo, buscamos perceber os discursos que estimularam práticas masculinas que foram divulgadas e valorizadas pela imprensa da época, bem como aquelas a que os homens, em geral, deveriam desvencilhar-se para serem considerados como honrados.

No segundo capítulo, procuramos perceber, através das disputas políticas, como foram construídas, em diferentes contextos históricos, representações do homem público que atuava na esfera política. Além disso, constatamos durante o período analisado que várias exigências vão sendo acrescentadas e ou reforçadas.

No terceiro capítulo, centraremos foco na questão do casamento que se apresentava como um momento em que o rapaz da elite entrava para o mundo masculino adulto. Por meio do matrimônio, como buscaremos demonstrar, o homem poderia alargar sua rede de solidariedade masculina por intermédio de instituições como por exemplo, o compadrio.

Dentro da área de História, no Brasil, tem-se discutido bastante a construção do gênero feminino. O estudo da construção de gênero masculino, pelo contrário, tem chamado pouco a atenção dos historiadores. Porém, convém lembrar que os estudos sobre a masculinidade já vêm sendo, há alguns anos, realizados por outras áreas das chamadas Ciências Humanas, como a antropologia e a psicologia. Como marco desse debate, no Brasil, podemos citar “O simpósio do homem” realizado em 1985, no Rio de Janeiro¹⁸. Um dos objetivos do simpósio era discutir os problemas enfrentados pelos homens. Entre os temas debatidos estavam questões sobre a paternidade, o machismo, o corpo do homem, AIDS. Uma das motivações do evento, ao que tudo indica, deveu-se ao fato de que estaria ocorrendo uma “crise de identidade

¹⁸ Os temas discutidos nesse simpósio foram publicados em livro. Ver: VÁRIOS. *Macho – masculino - homem: a sexualidade, o machismo e a crise do homem brasileiro*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1986.

masculina”. Esta suposta crise tem sido o mote central de muitos estudos realizados no Brasil, para citar o caso que nos é mais familiar, referente a temática da masculinidade.¹⁹

A partir do final da década de 80, vem crescendo no Brasil o número de estudos sobre a masculinidade, bem como a publicação de trabalhos produzidos na Europa e Estados Unidos.²⁰ Além disso, nos últimos anos, esta discussão ultrapassou os muros das academias e tem povoado as páginas dos jornais e revistas, assim como programas de televisão. Paralelo a isto, temos percebido o incentivo à produção de trabalhos acadêmicos com a finalidade de aprofundar os estudos sobre a condição masculina. Em 1998, a Fundação Carlos Chagas, em seu “Terceiro Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR III), intitulado “Homens, masculinidade”, resolveu apoiar projetos tendo como foco “homens, sexualidade e reprodução”.

Diante do crescente interesse pelo tema, acreditamos que nós, historiadores, podemos contribuir para o aprofundamento dos debates em torno da questão da construção de gênero. Foi participando de um grupo de estudos de gênero, na Universidade Federal de Santa Catarina, coordenado pela professora Dra. Joana Maria Pedro que percebemos a lacuna existente em relação à questão da construção da

¹⁹ Dos autores que têm publicado livros e artigos sobre a condição masculina contemporânea e a crise da masculinidade, no Brasil, tem-se destacado o psicólogo Sócrates Nolasco, fundador do Núcleo de Pesquisa sobre o Comportamento Masculino e professor da PUC/ RJ. Entre seus trabalhos publicados, destacamos: NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1993. Ver também desse autor: “Um ‘homem de verdade’”. In: CALDAS, Dário. (org.) *Homens – comportamento: sexualidade e mudança – identidade: crise e vaidade*. São Paulo: Ed. Senac/São Paulo, 1997.

²⁰ Nos Estados Unidos, os estudos referentes ao tema da masculinidade tiveram um grande incremento a partir da década de 70. Um dos autores norte-americanos, que tem estudado a construção do gênero masculino e feminino, com influência na produção acadêmica brasileira recente é o psicanalista Robert Stoller. O autor busca, em um de seus principais trabalhos publicados no Brasil, “compreender as origens, o desenvolvimento, a dinâmica e a patologia da identidade de gênero – masculinidade e Feminilidade.” Ver: STOLLER, Robert. *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993.

masculinidade na historiografia brasileira.²¹ Diante de tal constatação e movidos por inquietações que estão presentes na sociedade atual como a de tentar pensar “o que é ser homem?” ou ainda, como a masculinidade é construída em diferentes contextos históricos, decidimos empreender esta pesquisa, que busca perceber quais os atributos masculinos valorizados pela sociedade de Desterro na segunda metade do século XIX.

²¹ Na Universidade Federal de Santa Catarina, dentro do Departamento de História, principalmente no programa de pós-graduação, vários trabalhos têm focado a questão da construção de gênero. Porém, o que se pode perceber é que as pesquisas centram-se, com mais vagar, na questão do gênero feminino. Apesar de aprofundarem as questões referentes às mulheres, apresentam discussões que nos ajudam pensar a respeito da masculinidade, alguns deles serão utilizados no presente trabalho. Entre os professores da UFSC do curso de História que trabalham com esta temática, destacamos as Dras. Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. A primeira tem realizado uma série de estudos referentes à temática de gênero, notadamente, em suas últimas pesquisas, gênero e reprodução, entre outros assuntos. A segunda realizou, em sua dissertação de mestrado, um estudo sobre as mulheres da colônia Blumenau e em sua tese de doutorado analisou as relações de gênero nos seringais da Amazônia. Ver. WOLFF, Cristina Scheibe. *As Mulheres da colônia Blumenau- cotidiano e trabalho (1850-1900)*. São Paulo: PUC (Dissertação de Mestrado), 1991. Entre as dissertações de mestrado defendidas pelos alunos do programa de pós-graduação da UFSC, destacamos: FÁVERI, Marlene. *Moços e moças para um bom partido: A construção das elites de Itajaí (1929 – 1960)*. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1996. SCHROEDER, Rosa Maria Steiner. *Uma mulher além de seu tempo: Maura de Senna Pereira*. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1997. PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900 – 1940)*. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1996. CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras da minas de carvão de Santa Catarina (1937 – 1964)*. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1997.

Capítulo I

Honra, conduta e educação: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade

“O Sr. Thomaz Esteves Fragoso de inteligência clara, homem sisudo, honrado e prestimoso, se dedicou ao comércio com a atividade que lhe era própria, e sem fixar os olhos na ambição, pôde viver sem ser pesado a seus amigos, livre da miséria, deixando ainda com que enxugar as lágrimas, mitigar a fome e estancar a sede de alguém. Muito e muito religioso serviu sempre com indizível prazer os cargos de Provedor, Tesoureiro das Irmandades da matriz daquela cidade, e nada poupava para o esplendor do culto Divino em que se distinguia em solicitude. Serviu mais suplente do Delegado daquele termo, e ultimamente de vereador da câmara.”¹

Este necrológio publicado no jornal O Novo Iris, no ano de 1850, é emblemático e nos remete à temática que pretendemos desenvolver, ou seja, como a constituição de uma esfera pública burguesa, em Desterro, na segunda metade do século XIX, foi acompanhada de uma série de intervenções discursivas que buscavam nortear os comportamentos masculinos no espaço público. Nesse sentido, o necrológio nos aponta para alguns aspectos da construção de um modelo de masculinidade, pretensamente hegemônico, buscando valorizar certos atributos e atitudes que deveriam nortear o comportamento dos homens no espaço público.²

Ao falar do momento em que “a inexorável Parca³ cortou o cordão da existência” do Sr. Thomas Esteves Fragoso, a nota de jornal citada no início do texto

¹Jornal O Novo Iris, nº 2, 12/3/1850.

² Durante este trabalho estaremos utilizando o termo “público” conforme o significado que ele passa a ter a partir do século XVIII, quando “público veio a significar uma vida que se passa fora da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente.” SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 32

³ As Parcas, na mitologia romana, eram três divindades que controlavam os destinos das pessoas. Na mitologia grega eram conhecidas como Moiras.

alude à emergência de discursos que valorizavam certos atributos masculinos. Essa alusão se dá ao serem arroladas as ocupações que, em sua vida, o “Sr. Thomaz Esteves Fragoso” desempenhou. Destaca-se ainda o fato de todas essas atividades terem sido, segundo o autor da nota, exercidas de forma honrada e dedicada. Possivelmente, estas atribuições ao seu caráter deveu-se ao fato de ter podido “viver sem ser pesado a seus amigos, livre da miséria, deixando ainda com que enxugar as lágrimas, mitigar a fome e estancar a sede de alguém.” Neste fragmento, percebe-se a valorização do papel de provedor e de auto-suficiência como elementos prestigiantes.

Outro ponto que vale a pena pinçarmos do obituário do Sr. Fragoso, refere-se a sua atuação no comércio, atividade “que lhe era própria” e ao que tudo indica era a principal, tendo sido as demais, ao que parece, coadjuvantes. Quando de sua morte, na segunda metade do século XIX, o Sr. Fragoso dedicava-se ao cargo de “vereador da câmara.”

Os pontos por nós destacados da vida do Sr. Fragoso: honra, dedicação, sucesso profissional e independência financeira iluminam a imagem do sujeito que a elite de Desterro buscou construir através de teias discursivas, na segunda metade do século XIX e as quais deveriam perseguir os que quisessem alcançar status, ascender socialmente e ser reconhecidos como honrados.

Na Desterro do século XIX, o modelo que podemos chamar de masculinidade hegemônica⁴, expressa-se na forma de um conjunto de discursos que atuaram e imprimiram efeitos de poder e marcas indelévels sobre os agentes históricos. Tratava-se de um modelo cultural ideal e conforme o antropólogo Miguel Vale de Almeida, não

⁴ Almeida buscou em Gramsci o conceito de hegemonia e diz que este conceito, no campo do estudo de gênero, “nos permite uma concepção mais dinâmica de masculinidade, entendida assim como estrutura de relações sociais, em que várias masculinidades não-hegemônicas subsistem, ainda que reprimidas e auto-reprimidas por esse consenso e senso comum hegemônico, sustentado pelos significados simbólicos incorporados.” Cf.: ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995. p. 155.

sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino.⁵

Ainda segundo o mesmo autor: “A masculinidade é um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser.”⁶ Além disso, * continua Almeida, “ser homem, no dia a dia, na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção.”⁷

Na busca por percebermos como se deu a construção de um modelo de masculinidade ligada ao espaço público, em Desterro, na segunda metade do século XIX, nos valeremos também da categoria gênero de análise. Joan Scott afirma que a categoria gênero é relacional, ou seja, as noções do feminino e do masculino são construídas em termos recíprocos por homens e mulheres no interior de relações sociais, culturais e historicamente localizadas.⁸ O que nos remete para a impossibilidade de se tratar o feminino e o masculino, ou uma cultura das mulheres e uma cultura dos homens isoladamente, pois um só existe e adquire significado em relação ao outro.

Joan Scott lembra ainda que a construção de gênero se dá em vários momentos da organização social. Entre eles estão as relações de parentesco que nos remetem para a questão do casamento enquanto troca de mulheres, visando entre outras coisas, alianças políticas. Aponta ainda que o gênero é construído igualmente na economia, na

⁵ Ibidem. p.128.

⁶ Ibidem. p.17.

⁷ Idem. p.17.

⁸ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.) . *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 87.

organização política e “o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.”⁹

Sendo o gênero uma construção social, interessa-nos perceber quais eram os requisitos culturais necessários para que um indivíduo do sexo masculino fosse considerado um homem. Miguel Vale de Almeida nos fala que estes requisitos “não se localizam ao nível estrito do corpo [...] Eles espalham-se por todos os níveis do social, desde a família ao trabalho, do prestígio ao status, da classe social à idade, passando pela língua verbal e gestual...”¹⁰ Essa totalidade obriga-nos a centrar o foco deste trabalho em uma questão específica. Optamos por estudar o modelo de masculinidade que a elite urbana de Desterro, na segunda metade do século XIX, formulou para si e que serviu de parâmetro para outras identidades masculinas que coexistiam com ela.

Esta escolha se deve ao fato de os registros de outras masculinidades, que com certeza coexistiam com a do homem urbano, branco, católico e letrado, só chegarem até nós através desses indivíduos ocupantes de cargos públicos, os quais formularam um modelo paradigmático acreditando ser o ideal para a sociedade que se buscou instaurar em Desterro. Isto não nos impede de procurarmos demonstrar, mesmo que filtrada pela ótica da elite, descritas na imprensa e na literatura da época, outras masculinidades que coexistiam e que foram desqualificadas.

Numa sociedade em que a participação política dependia, principalmente, do critério econômico, certamente o que possibilitou a atuação de personagens como o Sr. Fragoso na vida política, na vereança municipal, foi o fato de ter acumulado certo capital financeiro, bem como uma notoriedade ao exercer cargos na administração pública.

⁹SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 16, nº 2, p. 15-16, jul/dez 1990.

¹⁰ALMEIDA, M. V. de. 1995. Op. Cit. p.129.

O caráter censitário da participação política encontrava-se explícito na constituição outorgada de 25 de março de 1824. O capítulo VI da Constituição, dedicado às eleições, prescrevia que as eleições seriam indiretas “elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais os eleitores de província, e estes os representantes da nação e província.” Determinava ainda que teriam direito de voto nas eleições primárias “os cidadão brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos.”¹¹

Seriam excluídos de votar nas assembleias paroquiais, o que significava ficar à parte de todo o processo eleitoral, os menores de 25 anos de idade “nos quais se não compreendem os casados e os oficiais militares, que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras. Seriam excluídos ainda “Os filhos-famílias” que vivessem com os pais, “salvo se servirem ofícios públicos.” Também aliados do processo eleitoral estariam os “criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio”.¹² A Constituição do Império hierarquizava os homens entres os que tinham direito à cidadania e à participação na vida pública bem como os que dela estavam aliados. Porém, demonstrava ainda que, para os homens brancos, brasileiros, católicos e da classe média o acesso à cidadania não estava completamente fechado, poderia ser alcançado através da educação, pela posse de um diploma de ensino superior, ou ainda pela ascensão econômica. Em relação às mulheres, percebe-se um silêncio total, elas nem sequer foram mencionadas, independente de sua idade, classe ou profissão.

O artigo 94, desta constituição, afirmava que poderiam ser eleitos e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província, denominado

¹¹BARRETO, Carlos Eduardo (org.) . *Constituições do Brasil*. São Paulo: ed. Saraiva. vol. I , 1971. p. 22 a 23.

¹²Idem. p. 22 a 23.

após o Ato adicional, de 1834, de Assembléia Legislativa Provincial, todos os que podiam votar na assembléia paroquial. Porém, excetuava-se, os que não tivessem renda líquida anual de 200 mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. O Artigo 95 lembrava que para candidatar-se a deputado, o cidadão teria que possuir uma renda líquida anual de 400 mil réis. Não poderiam candidatar-se a esse cargo os estrangeiros, mesmo que naturalizados, e os que não professassem a religião do Estado.¹³

A eleição para senador estava prevista no Capítulo III da Constituição. Os senadores seriam indicados em listas tríplexes pelas províncias, porém, a escolha cabia ao Imperador. Deveriam ser indicados para o Senado cidadãos brasileiros, com idade superior a 40 anos “Que seja pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferência os que tiverem feito serviços à pátria.” Era necessário ter “rendimento anual, por bens, indústria, comércio ou emprego, a soma de 800 mil réis.”¹⁴

A Constituição do Império, principalmente a parte que tratava das eleições, passou por uma série de modificações que em sua essência não alteraram significativamente a estrutura política então vigente. No entanto, o que nos interessa destacar, nesse momento, é o caráter hierarquizante e discriminatório, bem como formador de sujeitos ao indicar quais eram os cidadãos com direito à participação política seja na qualidade de eleitor, seja como candidato a um cargo eletivo e os que estavam alijados desta. Destaca-se ainda a valorização dos homens ocupantes de cargos públicos.

O acúmulo de certos cargos, no funcionalismo público, não era uma garantia de enriquecimento nem de destaque político. Esta questão é explicitada pela nota que foi

¹³Idem. p. 23 a 24.

¹⁴Ibidem. p. 12 a 13.

publicada no jornal O Argos, de 1858, noticiando a morte do “Sr. capitão reformado Antônio Agostinho Capistrano”:

“[...] Esse honrado e probo militar exercia o emprego de amanuense externo da secretaria de polícia e empregava-se no registro do porto: era um catarinense que fazia honra a seus patrícios por sua exemplar conduta tanto civil como militar, e a sua morte tem sido bastante pranteada por sua virtuosa consorte, e família, e não pouco pesar causou aos seus amigos. A terra lhe seja leve.”¹⁵

Novamente, destaca-se o caráter honrado, a exemplar conduta, o acúmulo de cargos no funcionalismo público, concomitantemente “no registro do porto” e de amanuense externo da secretaria de polícia. A estes últimos, ao que parece, dedicou-se após estar reformado. O fato de ter sido e não com “pouco pesar” pranteado pela família e amigos, possivelmente, esteja também relacionado a sua independência financeira e por ter podido prover a família de recursos materiais que lhes garantissem uma boa sobrevivência, sem esquecer as questões sentimentais.

Tudo indica que o Sr. Capistrano não ocupou cargos eletivos, mas somente cargos no funcionalismo público. O fato de ter atuado em dois empregos após ter sido reformado no exército, nos faz inferir que estes eram mal remunerados. Nesse sentido, podemos pensar que se por um lado o acúmulo de cargos no funcionalismo público não era suficiente para garantir uma ascensão econômica, pelo menos, garantia um certo status ao qual certamente estava aliado a sua condição de homem honrado. Acrescenta-se que, as atividades ligadas à navegação e ao comércio foram as principais fontes de enriquecimento da elite local.

A economia de Desterro, após a década de 50 do século XIX, entrou no circuito do comércio agrário-exportador brasileiro como subsidiária, ou seja, como exportadora de alimentos para o mercado interno. Esta nova situação possibilitou um maior

¹⁵Jornal O Argos, n° 343, 30/9/1858.

movimento no porto desta cidade, que passou a exportar tanto os produtos agrícolas da Ilha e do continente fronteiro quanto produtos de outras regiões da província. A historiadora Joana Maria Pedro lembra que estas atividades possibilitaram o surgimento de uma classe de comerciantes, armadores, agenciadores e construtores de navios.¹⁶ Ao poderem participar das atividades políticas, respeitando-se o caráter censitário presente na constituição e descrito anteriormente, esses indivíduos buscaram garantir para si e para seus correligionários e familiares os cargos mais prestigiosos e rendosos da administração pública.

Por outro lado, se ocorrera uma maior participação dos setores acima citados, ocorreu também a permanência de indivíduos ligados às fileiras militares, como o exemplo citado do Sr. Capistrano. Vale lembrar que, durante o século XVIII, a elite de Desterro era composta por militares e funcionários civis formados nas academias portuguesas, os quais ocupavam os principais postos da administração pública. Podemos perceber, mais nitidamente, após a segunda metade do século XIX, a emergência de um novo modelo de masculinidade ligado ao ideal burguês de sociedade e não o desaparecimento da participação social e política de elementos oriundos das fileiras militares.

A predominância de militares e de funcionários civis no governo da capitania, durante o século XVIII e início do XIX, esteve ligada aos interesses estratégicos e militares da Coroa portuguesa no sul de sua colônia americana. Tal preocupação levou os portugueses a fortificar a Ilha de Santa Catarina, visando evitar um possível ataque e a invasão a essa que representava um "baluarte" militar para seus interesses na região do Prata. A instalação de fortificações exigiu um aumento do contingente populacional

¹⁶PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. p. 22-23.

que, entre outras finalidades, supriria as necessidades alimentares, assim como a de soldados para suas fileiras. Destacando-se então o caráter militar desse povoamento.¹⁷

Paralelo à construção de fortalezas, no século XVIII, a Coroa portuguesa promoveu a instalação de colonos açorianos na Ilha e no litoral de Santa Catarina. A atividade colonizadora buscou dar "cobertura a finalidade política", ou seja, povoar a região com elementos de "origem lusitana" o que evitaria reclamações territoriais por parte da Espanha.¹⁸

Atribui-se à colonização açoriana "o marco inicial de uma colonização efetiva" do litoral catarinense. Esta destoou, em muitos aspectos, dos padrões de colonização adotados pelo governo português no restante do Brasil. Buscou-se dar preferência à vinda de casais, procurando um certo equilíbrio entre homens e mulheres, fazendo com que o sucesso dessa colonização estivesse baseado na organização familiar.¹⁹

Os colonos foram assentados em pequenas faixas de terra, representadas nas falas dos governantes como de "natural fertilidade", o que resultou, em certa medida, na crença em um desenvolvimento econômico pautado na agricultura. Acreditava-se que as terras do litoral catarinense "eram próprias não só para todos os frutos da América, senão também da Europa,"²⁰ baseando-se em tais afirmativas, buscou-se estimular a cultura de vários produtos com penetração no mercado externo, como o "linho cânhamo, pinheiros e o trigo". Com o passar do tempo, a cultura do trigo não contemplou "as esperanças oficiais", assim como os outros produtos não encontraram um solo propício para o seu cultivo, definhando.²¹

Talvez o fato mais ilustrativo dessa procura por um produto que alcançasse o mercado externo foi o alvará de 1754, no qual o governo exigia que todos os

¹⁷SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis, do Autor, 1977.

¹⁸PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina Sua História*. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983. p.140.

¹⁹PEDRO, Joana Maria et alie. *Negro em terra de branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p.14.

²⁰CABRAL, Oswaldo R. Os Açorianos. in. *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, p. 513.

²¹ Idem. p. 513.

agricultores tivessem em cada "50 braças de terras lavradas 100 pés" de algodão. Aos que não respeitassem essa determinação, as penalidades poderiam chegar ao confisco da terra. Apesar das ameaças feitas pelo governador da capitania, D. José de Mello Manuel, o plantio desse produto também encontrou dificuldades em prosperar.²²

As terras recebidas pelos colonos açorianos ficavam na faixa litorânea compreendida entre as cidades de São Francisco do Sul e Laguna. Como as terras da região não foram propícias a certas culturas, que aos olhos dos administradores da Capitania seriam as ideais para o mercado externo, coube aos colonos da Ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense desenvolver um tipo de agricultura diversificada voltada à subsistência e que encontravam nos pequenos núcleos urbanos um mercado incipiente.

Ao contrário das culturas impostas aos agricultores, a lavoura da mandioca, que já era cultivada nessa região pelos índios antes da chegada do elemento europeu, em função da relativa facilidade do plantio, foi o principal produto cultivado e teve maior importância na pauta de exportações, como esclarece o trabalho da historiadora Laura Machado Hübener: "Nas pequenas propriedades, os açorianos desenvolveram o cultivo de subsistência, destacando-se, desde o início, o cultivo da mandioca que aos poucos vai atender não só ao consumo local como também o externo".²³

Dentro de um quadro econômico bastante limitado, os habitantes da Ilha de Santa Catarina não apresentavam, em sua maioria, um comportamento aquisitivo de acumulação burguesa. A moeda não representava um fator de grande circulação entre a população da Ilha, principalmente entre os moradores das freguesias do interior.²⁴ Além disso, "um outro exemplo ilustrativo da ligação da economia da Ilha de Santa Catarina com a mera subsistência era o profundo desprezo dos habitantes ao receber, em dinheiro, o pagamento dos víveres que forneciam, preferindo, ao invés disso, a troca, direta por roupas, sapatos, sabão e outros produtos raros na região".²⁵

²²Ibidem, p. 544.

²³HÜBENER, Laura Machado. *O Comércio da cidade do Desterro no Século XIX*. Florianópolis, UFSC, 1981. p.16

²⁴PEDRO, J. M. 1988. Op. Cit. p.17.

²⁵Ibidem. p.18.

Neste período, o modelo de masculinidade que vigorou na cidade de Desterro e nas freguesias ao seu redor, acreditamos, estava pautado num comportamento regido pelas regras de uma disciplina militar. Além de seus administradores serem oficiais do exército português, a população masculina, em geral, era freqüentemente requisitada a participar dos regimentos de linha e das tropas que guarneciam as fortalezas da Ilha de Santa Catarina²⁶.

Nas Companhias de Ordenanças²⁷, como observou Maria Bernardete Ramos Flores, “os colonos-soldados aprendiam o manejo das armas para defender a terra em caso de necessidade. Os ordenanças deveriam ser destros e aptos nas armas para que fossem recrutados sempre que houvesse ameaça do inimigo.” Conforme a mesma autora, em 1765, diante do abandono em que se encontrava a lavoura, em virtude dos constantes exercícios marciais a que estava sujeita a população masculina, o rei de Portugal achou por bem enviar um decreto ao Governador da Capitânia, Mendonça Furtado, ordenando “que só nos domingos e dias santos façam os ditos exercícios, por considerar que os homens na Ilha já se encontravam capazes nas artes militares” Conclui a autora, “por indícios desta natureza, deduz-se que havia um grau considerável de dedicação às armas, na Ilha.”²⁸

Além do trabalho na lavoura, muitos soldados da então vila de Nossa Senhora do Desterro, em 1782, trabalhavam como sapateiros e alfaiates para compensar a falta do soldo.²⁹ Tal situação pouco havia mudado, em 1822, quando aportou na Ilha o navegador francês René Primevère Lesson. Segundo esse viajante, entre os habitantes da Ilha:

²⁶ Oswaldo R. Cabral coloca: “em 1842, segundo um relatório do Presidente da Província, Marechal Antero José Ferreira, havia na Província nada menos de 6.135 praças, quase 10% da população. E a maioria estava aqui, no Desterro, cuja população não alcançava a 20 mil almas [...]” Cf.: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória vol. II. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979. p. 10.

²⁷ “Dentro da política de defesa, a capitania de Santa Catarina fora criada em 1738 e, já desde 1737, foram transferidos para a Ilha contingentes militares e oficiais portugueses, implantando-se aí o núcleo administrativo militar e civil. Determinava a Resolução do Conselho Ultramarino de 31 de Agosto de 1746 que fosse imediatamente levantada uma “Companhia de Ordenanças”, isto é, um guarda territorial.” Cf.: FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Política de guerra, política de sexo: os casais açorianos*. In: PEDRO, Joana Maria (org.) *Masculino, feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 194.

²⁸ *Ibidem*. p. 145.

²⁹ CABRAL, O. R. 1979. *Op. Cit.* p. 10.

“encontram-se homens robustos e bonitos; os bigodes, que parte deles usa, indicam que pertencem à milícia das costas, e que ao primeiro sinal devem se render às baterias em defesa do território da província. Estes soldados-cidadãos cultivam ao redor de suas moradias hortas que fornecem o sustento de suas famílias. Criam alguns animais de terreiro e galinheiros com aves domésticas que eles vendem aos navios que passam, em troca de algum lucro que compense pela falta de regularidade com que o governo lhes paga o soldo.”³⁰

Naquela sociedade, as atividades econômicas e administrativas eram realizadas juntamente com ações militares, como percebeu Lesson, a preocupação com a constituição física, a destreza nos exercícios de guerra e o uso de bigode acabava por apresentar-se como símbolo de masculinidade e possivelmente proporcionavam status a seus portadores e os diferenciava do restante da população, entre os quais, os homens impossibilitados do serviço militar, escravos e as mulheres. Acrescenta-se ainda o fato de que, no serviço da guerra, os homens muitas vezes eram afastados de suas famílias, deixando com as mulheres a tarefa de prover a família.

Todo esse quadro, no qual os moradores da Ilha estavam inseridos e onde destacam-se a agricultura de subsistência, a produção dos bens necessários ao consumo e a manutenção da família, bem como a falta de circulação de moeda, não possibilitava a uma grande parcela da população a aquisição de um "comportamento de acumulação burguesa". Aliado a isso, a dificuldade do crescimento econômico, tanto da vila de Desterro quanto da Capitania de Santa Catarina.

Após essa breve narrativa de alguns aspectos da sociedade de Desterro, no século XVIII e início do XIX, retornemos ao que nos interessa neste trabalho, qual seja, demonstrar a emergência de discursos que buscavam nortear as condutas masculinas no espaço público, no momento em que se percebe a constituição de uma nova ordem que

³⁰ LESSON, René Primavère. In: VÁRIOS. *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1990. p. 268.

começou a se esboçar em Desterro, na segunda metade do século XIX. Ordem essa que passou a exigir um padrão de comportamento masculino compatível com o modelo de sociedade burguesa o qual se buscou instaurar/fortalecer. Para isso, a elite contou com inúmeros mecanismos de controle e fiscalização que a sociedade foi criando à medida em que crescia, e ia tomando uma nova complexidade.³¹

Dentre os mecanismos, podemos destacar, além da “Constituição do Império”, o “Código Comercial”, o “Código Criminal” e a imprensa³². Além dos dispositivos de regulamentação mencionados, talvez, o que maior influência exerceu sobre as condutas tenha sido a imprensa. A camada letrada encontrava nos jornais o canal de expansão de suas aspirações de ascensão social, expondo modelos idealizados para os novos sujeitos que se construíam.³³

A imprensa, ao divulgar as leis dos Códigos anteriormente citados, levava ainda ao conhecimento do público o Código de Posturas municipal e os resultados de querelas jurídicas. Funcionava, como um instrumento pedagógico, pois divulgava a uma parcela mais ampla da população as regras que deveriam reger a vida em sociedade.

Além dos atributos prestigiantes de masculinidade, encontramos na imprensa e na literatura desse período a formulação de atributos negativos dos quais os homens deveriam desvencilhar-se, como por exemplo, o jogo. O jogador, conforme nota publicada no Jornal do Comércio, de 1881, era considerado como “o mais infame de todos os réus. Uma vez na estrada do mal não pára, não retrocede. É incapaz de uma regeneração.” Acabando este por infortunar famílias inteiras, semeando a miséria, a desonra e a fome, por toda a parte onde passa.”³⁴ Esta crítica estava, certamente, ligada

³¹ PEDRO, J. M. 1994. Op. Cit. p. 17

³² O primeiro jornal impresso na Província de Santa Catarina veio a público em 1831. Chamava-se O Catarinense. Foi fundado por Jerônimo Coelho, militar e político catarinense.

³³ PEDRO, J. M. 1994. Op. Cit. p. 17.

³⁴ Jornal do Comércio, n.º 138, 20/5/1881.

ao fato de que o jogo impede a existência da poupança, que se apresentava como uma forma de acúmulo de capital.

A imprensa colaborou para a divulgação e construção desse modelo de masculinidade pretensamente hegemônico, o qual pautava-se num ideal de civilidade que a elite urbana procurou instaurar. Analisando o papel da imprensa, enquanto instituição da esfera pública, Jürgen Habermas nos mostra o surgimento, na Inglaterra do século XVIII, dos “hebdomadários moralistas”, onde as discussões dos cafés passam a focalizar as questões publicadas nos jornais. Onde o público se vê como objeto na literatura. Nos “hebdomadários” europeus comentavam-se sobre obras filantrópicas e escola para órfãos, propõem-se melhorias no sistema de ensino, adverte-se quanto a formas de comportamento ético, polemiza-se contra o vício do jogo. “O público que lê e comenta tudo isso tem aí a si mesmo como tema.”³⁵

O autor nos mostra ainda que os jornais europeus passaram, no século XIX, de “meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta vozes e condutores da opinião pública...”.³⁶ Este fenômeno pode ser observado também nos jornais que circularam em Desterro. Percebe-se, nos artigos dos jornais da época, uma preocupação, por parte dos homens que estão escrevendo, com a poupança, com o trabalho, o sustento da família, onde tais atribuições apresentam-se como elementos prestigiantes de masculinidade.

A imprensa representou o local de discussão do comportamento masculino no espaço público. Um editorial do Jornal do Comércio, de 1853, nos evidencia as diretrizes seguidas pela imprensa de Desterro:

“Devemos advertir aos nossos Leitores que, não aceitamos inserir quaisquer artigos que por ventura se envolvam na vida privada de algumas pessoas; é esta uma parte essencial do nosso programa, que

³⁵HABERMAS, J. 1984. Op. Cit. p. 58-59.

³⁶Ibidem. p. 214.

todos encontrarão na primeira página deste jornal, e que nós pretendemos sempre cumprir como devemos. A vista pois do que fica exposto, não aceitamos a resposta à correspondência assinada por - um sócio das duas -, que nos enviou o Sr. Curioso -, e cuja resposta lhe devolvemos por vermos que ia de encontro ao nosso programa.”³⁷

O que estava em debate, destacadamente, era a atuação masculina no espaço público. Nesse sentido, a imprensa funcionou como um instrumento de vigilância. Buscou-se, através da divulgação, coibir comportamentos e condutas que atentavam contra o modelo divulgado pela elite. Numa cidade em que o comércio era a principal atividade econômica, o nome do sujeito contava muito no momento em que necessitava-se de crédito, não somente crédito financeiro mas também de crédito político, de honra e caráter. A construção daquele modelo de masculinidade centrava-se principalmente na atuação dos homens no espaço público, valorizando socialmente o homem cumpridor das obrigações para com seus pares no âmbito público. Percebe-se uma reticência e uma reserva dos jornais em tratar de questões que eram remetidas para a esfera privada, as quais sequer chegavam a constituir-se como objetos de investimento de discursos. Simplesmente não faziam parte das problemáticas sociais a serem tratadas pelos formuladores dos discursos considerados legítimos na cidade. Muito significativo a esse respeito é um artigo publicado em 1881:

“Roga-se a certo chefe de família já idoso, o obséquio de deixar de palavras obscenas em altas vozes em sua casa; as famílias que passam por sua rua não têm necessidade de ouvir tais palavreados, só próprios de pessoas ébrias, ou desmoralizadas, de baixa esfera e não pessoas como o referido Sr. que já tem ocupado diversos cargos públicos e quer passar por muito civilizado.”³⁸

O autor deste artigo procura definir e lembrar aos leitores o que era a vida pública e o que não era. O mundo privado, íntimo, da reprodução e das necessidades

³⁷ Jornal Correio Catarinense, nº 30, 8/6/1853.

³⁸ Jornal do Comércio, nº 151, 17/7/1881.

não estava em debate, devia ser mantido fora dos olhares alheios. A visibilidade da intimidade aparecia como uma característica de pessoas de baixa esfera, que não haviam conseguido atingir o modelo de homem público e civilizado. O fato de ter “ocupado cargos públicos”, segundo o autor da nota, aparece como atributo “natural” para que o indivíduo mantivesse uma postura “civilizada” em público. Isso deve-se ao fato de que o homem que atuava no espaço público, ou seja, o homem público, era visto como um modelo de masculinidade, devendo ser imitado por aqueles que desejassem galgar postos públicos, eletivos ou não, e serem vistos como “civilizados”. Segundo Norbert Elias, a construção da civilidade é “um processo que não teve fim” e pode ser remontado indefinidamente ao passado. O termo civilizado caracteriza atitudes e comportamentos que são socialmente aceitos e está ligado a normas de condutas que regulam “as principais situações da vida social e de convívio.”³⁹

Naquela sociedade, mediada por valores burgueses de mercado, uma das normas que regiam a convivência no mundo público masculino dizia respeito ao cumprimento dos compromissos e dívidas assumidas. Nesse sentido, o não pagamento das dívidas implicava ter o nome divulgado, uma forma de punição, como aconteceu com o soldado Valeriano Gomes, segundo nota publicada em 1861, no jornal O Argos:

“Participo ao respeitável público que, o soldado Valeriano Gomes negou ao abaixo assinado a quantia de nove mil réis de um par de botinas que lhe comprou no dia 18 de Janeiro do corrente ano, e ao comércio em geral para que jamais se deixem levar pelas lábias e choradeiras do mesmo, pois que para ele findou a vergonha e amor próprio que lhe tiraram as divisas de sargento.”⁴⁰

O credor do soldado Valeriano, o Sr Manoel Joaquim da Silveira Bitencourt, dialoga com o público, com os comerciantes e encontra no fato de o primeiro ter

³⁹ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1994. p.72-73.

⁴⁰Jornal O Argos, nº 738, 24/7/1861.

perdido suas “divisas de sargento” as causas que o levaram a perder “a vergonha e o amor próprio”. Em uma sociedade em que galgar postos acenava para a ascensão social, retroceder significava perda de prestígio e dúvidas sobre o caráter da pessoa.

A figura do caloteiro foi bastante combatida pela imprensa. Com o título de “Caloteiro”, o jornal O Argos, em 1856, assim tratou dessa questão:

“Os caloteiros finos são exatíssimos no pagamento das primeiras e pequenas dívidas. Os caloteiros não perdem o sono para pensar como hão de pagar as dívidas contraídas, mas sim como hão de contrair outras de novo. Os caloteiros não têm amigos e todos os dias mudam de conhecidos: o seu interesse assim o exige. Os caloteiros exageram, e apregoam a sua honra; mas são tão avarentos dela que a nunca fazem ver.”⁴¹

A manutenção da palavra empenhada era fundamental para que um sujeito fosse considerado honrado. Não era levado em consideração se o indivíduo, na data do vencimento da dívida, estivesse sem condições financeiras de quitá-la ou se seus rendimentos diminuíssem, como ocorreu com o soldado Valeriano que, certamente, ao perder o posto de sargento, teve seu soldo reduzido. Uma vez empregada a palavra, era assaz importante cumpri-la. O que se percebe é que passam a ser discutidas publicamente questões do setor privado, da esfera do mercado, tornadas publicamente relevantes, como por exemplo, o cumprimento de contratos.

A denúncia do Sr. Bitencourt, parece ter surtido o efeito desejado, o de que o soldado pagasse sua dívida, pois a nota foi publicada uma única vez. Em alguns casos, este tipo de denúncia era veiculado por várias edições dos jornais até que fossem liquidadas as dívidas.

A imprensa representou ainda um espaço privilegiado de debate entre os grupos políticos, muitas vezes com trocas de acusações, porém procurou demonstrar os limites

⁴¹Jornal O Argos, 12/12/1856.

a que deviam se ater os confrontos. Num momento em que os grupos buscavam firmar-se no cenário político local e da província, que poderia reverter-se numa projeção política na corte, algumas lideranças buscavam ascender construindo um nome reconhecido como honrado e honesto. Algumas acusações eram rebatidas como injúria. Atacar a imagem do adversário político, botar em questão suas ações, muitas vezes, acabavam em processo judicial pelo crime de injúria como o movido contra o Sr. Manoel de Oliveira Gomes:

“ tendo sido condenado pelo Delegado de Polícia desta cidade, a 4 meses de prisão, multa, e custas em dois processos que contra o mesmo intentaram os Srs. Miguel Joaquim do Livramento e Manuel Luiz do Livramento pelo crime de injúria que o dito Sr. Oliveira havia lançado aos mesmos Srs. Livramento pelos jornais “Conservador” e “Correio Catarinense”, publicados nesta cidade, cuja sentença fora sustentada pelo Meritíssimo Dr. Juiz de Direito; acaba de ser pelos ofendidos perdoado depois de se achar recolhido a cadeia pública desta cidade, louvamos o procedimento de SS. e oxalá que o Sr. Oliveira Gomes se compenetre de que não é lícito e impunemente ofender-se a quem tem sua honra e reputação assaz firmada.”⁴²

Certamente, o fato de terem “perdoado” o Sr. Gomes, reverteu-se em simpatia pública aos irmãos Livramento. Eles, vale a pena destacar, ocuparam vários cargos públicos e várias vezes foram eleitos deputados à Assembléia Provincial, além de pertencerem ao oficialato da Guarda Nacional.⁴³ Porém, para o Sr. Gomes, um reconhecimento judicial de que suas acusações eram falsas, ao ponto de ter sido condenado e preso acabou prejudicando o seu próprio nome. Possivelmente o fato dos jornais anunciarem sua partida, dias depois, para o Rio de Janeiro,⁴⁴ atesta o quanto essa condenação afetou a imagem pública do condenado.

⁴²Jornal Correio Catarinense, nº 69, 2/3/1854.

⁴³PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1994. p. 401 a 402.

⁴⁴Jornal Correio Catarinense, nº 70, 15/3/1854.

Construir um nome que fosse publicamente reconhecido como honrado era fundamental. Uma das formas encontradas para atacar essa reputação era desacreditá-lo frente à opinião pública. Foi isto que fez um adversário do Sr. Antônio Joaquim Wanzeller,⁴⁵ obrigando o acusado à recorrer à imprensa para defender-se de uma séria acusação:

“Sr. Redator.- Tendo lido no seu acreditado Jornal = O Argos da Província de Santa Catarina = nº 4 de 11 de Janeiro, deparei com uma correspondência incerta e assinada pelo Mendelino, em que se panteava uma calúnia a meu respeito, nodoando ao público que eu havia mudado o meu nome e como seja tal procedimento o mais infame, pretendo chamar a responsabilidade seu vil autor para que os habitantes desta Província suspendam por hora o seu júizo a meu respeito. Peço a Vm. haja de dar publicidade a estas toscas linhas. Sou de Vm. S. Antônio Joaquim Wanzeller.”⁴⁶

O senhor Wanzeller, ao que parece, trocou o seu sobrenome por haver homônimo, quando este era caixeiro em Pernambuco.⁴⁷ A descoberta de tal fato, por algum inimigo político local originou uma série de acusações pela imprensa visando colocar em dúvida o seu caráter frente à opinião pública, o que estava certamente ligado a disputas político-partidárias. Podemos inferir ainda que o fato do Sr. Wanzeller não ser natural da província gerava certo temor por parte dos políticos locais, ciosos em garantir para si os cargos políticos e os cargos do funcionalismo público. Viam seus interesses ameaçados quando eles eram ocupados por pessoas vindas de fora.

O cargo de Presidente de Província, geralmente exercido por políticos oriundos de outras províncias, era da escolha do governo central, portanto, sujeito ao grupo político

⁴⁵ Antônio Joaquim Wanzeller, português de nascimento, teve várias ocupações dentre elas, juiz municipal em Laguna, comerciante e armador, inicialmente em Laguna depois em Desterro, deputado à Assembléia Legislativa Provincial por duas legislaturas e oficial da Guarda Nacional. Cf. PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 819.

⁴⁶ Jornal *O Argos*, nº 6, 18/1/1850.

⁴⁷ PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 819.

que estivesse comandando o parlamento do império, Liberal ou Conservador. As mudanças ou a estabilidade do governo provincial dependiam do momento político vivenciado na capital do Império. As alternâncias no ministério constituíam momentos propícios para remanejamento de funcionários, buscando garantir resultados eleitorais favoráveis, nos casos em que a mudança fosse também de partido, como para premiar amigos pessoais e políticos, e para cooptar aliados promissores.⁴⁸

Estas características políticas também podem ser percebidas nas províncias. Os Presidentes de Províncias controlavam nomeações estratégicas como as de promotores, delegados e subdelegados de polícia e oficiais inferiores da Guarda Nacional. Cabia-lhes indicar os oficiais do recrutamento militar, reconhecer a validade de eleições municipais e encaminhar ao ministro do Império, com parecer pessoal anexado, os pedidos de concessão de títulos honoríficos, a começar pelos de nobreza.⁴⁹

Estes cargos eram distribuídos não somente entre os aliados políticos locais, que dariam respaldo aos atos do Presidente da Província, mas também entre apadrinhados vindos de outras regiões do império, amigos e correligionários do Presidente da Província. Isto possivelmente contribuía para acirrar as disputas locais. Alguns cargos, porém, eram ocupados mediante concurso público. Para ocupá-los, assim como os do “primeiro escalão” da Província, exigia-se do pretendente um caráter honrado, pois:

“Um caráter honrado e honesto é o primeiro título do empregado público: a aptidão secundária. Os despachos não lavam as manchas de um empregado público, quando estas já têm gangrenado sua reputação.”⁵⁰

O fato de Desterro, como todas as capitais, ter concentrado a sede administrativa

⁴⁸CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 108.

⁴⁹Ibidem. p. 109.

⁵⁰Jornal *O Novo Iris*, nº125, 3/6/1851.

da Província, centralizando os principais órgãos administrativos e uma administração municipal, possibilitou o surgimento de um número considerável de cargos públicos. Este fato, aliado ao desenvolvimento comercial vivenciado pela cidade, acabou contribuindo para atrair uma série de candidatos a estes postos, bem como comerciantes e profissionais liberais do interior da província e de outras províncias do império.

Talvez seja esse fluxo de pessoas que se percebe na segunda metade do século XIX, um dos fatores que fizeram a sociedade local montar uma rede de controle e fiscalização das condutas dos homens que atuavam no espaço público, o que não quer dizer que elas não existissem em outras cidades do império.

Além dos jornais, a literatura foi um importante veículo de difusão de idéias. Muitos dos articulistas dos jornais eram também romancistas e literatos em geral. Percebe-se uma estreita ligação entre a atividade jornalística e a produção literária. Um texto, como o dos jornais e dos romances, na Desterro do século XIX, não é apenas uma “sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”⁵¹. A formulação de enunciados, por parte das pessoas que escrevem, não é algo que se forma em seu interior, individualmente. Como nos fala Mikhail Bakhtin “O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior; está situado no meio social que envolve o indivíduo.” Quando escrevia, o articulista dos jornais, o romancista, estava mantendo um diálogo com seus leitores pois “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém.”⁵²

Em 3 de agosto de 1863, o jornal O Mercanti de Desterro passou a publicar o romance A viuvinha, de José de Alencar. Este romance, assim como outros, publicados em forma de folhetim, contribuíam para fazer circular e divulgar modelos e padrões de

⁵¹BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 39.

⁵²Ibidem. p. 121.

comportamento em voga no Rio de Janeiro. Cidade que se encontrava “invadida pelos usos e costumes estrangeiros”⁵³

No romance, Alencar narra a história de “Jorge”, filho de um comerciante, moço rico e freqüentador dos grandes salões e da boemia carioca. Após a morte de seu pai, “chegando à maioridade, Jorge tomou conta de seu avultado patrimônio e começou a viver essa vida de nossos moços ricos, os quais pensam que gastar o dinheiro que seus pais ganharam é uma profissão suficiente para que se dispensem de abraçar qualquer outra.”⁵⁴

Sem se preocupar em fazer crescer a fortuna legada pelo pai, Jorge foi dilapidando seu patrimônio em festas, jogos e mulheres. Passados três anos o que restou a Jorge foram as letras deixadas pelo pai, as quais deveria o jovem resgatar. Antes de ter tomado ciência de seu precário estado financeiro, Jorge chegou a conclusão de que aquele estilo de vida já não o satisfazia, resolveu mudar seus hábitos. Foi então que conheceu e apaixonou-se por “Carolina” com quem pretendia se casar.

Cientificado de sua derrocada financeira pelo Sr. Almeida, seu ex-tutor e amigo paterno, se vê pressionado pelo remorso de ter “lançado ao pó das ruas as gotas de suor da fronte de seu pai amassadas durante trinta anos”. É admoestado por ter atirado “ao desprezo, ao escárnio e à irrisão pública esse nome sagrado, esse nome que toda a praça do Rio de Janeiro respeitava como símbolo de honradez.”⁵⁵

Perseguido pelo sentimento de culpa e pelo remorso, o protagonista concebe a idéia de suicidar-se. Antes porém, sente-se no dever de honrar sua amada. Após a cerimônia de casamento, naquela que deveria ser sua noite de núpcias, antes de consumir o ato que selaria sua união com Carolina, Jorge ministra-lhe um sonífero,

⁵³ ALENCAR, José de. *Cinco minutos. A viuvinha*. São Paulo: Ática, série Bom Livro, 1995. p. 51.

⁵⁴ *Ibidem*. p.53.

⁵⁵ *Ibidem*. p. 59.

foge pela janela e vai em direção à praia de Santa Luzia, local, segundo José de Alencar, muito procurado pelos suicidas da época. Este ato é reprovado pelo autor do romance que o classifica de amoral e “aberração fatal da natureza”.⁵⁶

Antes de consumir seu intento, Jorge é impedido pelo Sr Almeida, que desconfiado das intenções do jovem, seguiu-o até a praia. Demovido de suas idéias suicidas, Jorge é lembrado de sua responsabilidade em resgatar suas dívidas e salvar o nome de seu pai. Porém, como fazer isso? Já que o jovem não tinha mais a confiança e o crédito que eram indispensáveis a quem queria vencer na vida? O rapaz é aconselhado pelo velho amigo paterno a deixar o Rio de Janeiro. Simula-se então um suicídio, os documentos de Jorge são trocados pelos de um suicida, cujo corpo jazia nas areias de Santa Luzia.

Após alguns anos de privações e muito trabalho nos Estados Unidos, Jorge retorna ao Rio de Janeiro para resgatar suas dívidas e o nome “honrado” de seu pai. Feito isso, só então ele busca reconquistar o amor de Carolina e consumir seu casamento.

O romance de José de Alencar, publicado em capítulos no jornal O Mercantil de Desterro, contribuiu para divulgar o modelo ideal de masculinidade construído pela sociedade do século XIX. Neste, a entrada do rapaz para o mundo masculino adulto se dava através do casamento. Além disso, para ser aceito como um “igual”, capaz de participar da rede de relações masculina, que envolvia transações sociais e econômicas, era preciso ser reconhecido como um homem honrado e cumpridor de suas obrigações.

Além dos romances de autores que vinham se consagrando na imprensa do Rio de Janeiro, os jornais de Desterro publicavam também a produção de autores locais. Dando falas a personagens que vivenciaram e difundiram modelos de comportamentos masculinos, em Desterro, encontramos Horácio Nunes. Dentre seus vários romances publicados e peças teatrais encenadas no teatro Santa Izabel, destacamos Dom João de

⁵⁶Ibidem. p. 70.

Jaqueta, que veio a público no Jornal do Comércio, na forma de folhetim, ou seja, em capítulos, em 1877.⁵⁷ Nele, o autor faz críticas e propõe um modelo de identidade masculina. Horácio Nunes, assim como outros escritores e jornalistas desse período, ocupou vários cargos públicos, dentre eles, o de Inspetor Geral da Instrução Pública, o que lhe dava certa credibilidade e, com certeza, seus escritos encontravam ressonância na sociedade.

Em seu romance, o autor contrapõe o homem urbano, já com ares civilizados, ao interiorano grosseiro e ridículo. O autor utiliza o termo “urbanidade” como sinônimo de “civilidade”, marcando fortemente a sua visão de mundo na qual o espaço urbano é o local da polidez, do conhecimento e de uma sociabilidade tida como ideal.

Por meio da personagem do major da Guarda Nacional Anacleto da Trindade, o autor faz uma série de críticas ao comportamento do político “do interior” da ilha, como a falta de uma postura civilizada no espaço público, bem como a sua inconstância política. Esta se caracteriza pelas suas peregrinações entre as agremiações políticas da época. Assim, o major apresentava-se “ora conservador ora liberal”, flutuando ao sabor das vantagens que poderia colher nos momentos em que um ou outro estivesse no poder. O autor encontrava nas páginas da imprensa da época a inspiração para construir suas personagens. Exemplo do que afirmamos é a nota publicada no jornal O Despertador, de 1878, assinada pelo Sr. João Leão do Nascimento, em que ele comunicava ao público:

“Declaração

O abaixo assinado declara que, não tendo sido incluído na chapa de deputados gerais pelo partido Conservador, o nome do Sr. Dr. Francisco Carlos da Luz vota, por esta vez, na chapa do partido liberal.

Desterro, 5 de Agosto de 1878

⁵⁷SOARES, Iaponan. Breve notícia sobre Horácio Nunes. In: NUNES, Horácio. *D. João de jaqueta*. Porto Alegre: Movimento, 1984. p. 17 a 22.

João Leão do Nascimento”⁵⁸

Era para atitudes como essa, tomada pelo Sr. Nascimento, que se dirigiam as críticas de Horácio Nunes, ou seja, na visão do autor, a inconstância partidária não era um comportamento aceitável. Possivelmente, o que facilitava a migração de políticos de um partido para outro, além dos interesses pessoais e de grupos, era a pouca diferença ideológica existente entre os mesmos. A historiografia política do Segundo Reinado tem nos mostrado que essa não era uma característica exclusiva dos partidos políticos de Desterro, pois entre os principais partidos políticos do império, Conservador e Liberal, as diferenças nos programas partidários eram pouco sensíveis. Estas diferenças, eram ainda menores quando um ou outro partido estava no poder. O poder, segundo Raymundo Faoro, “os embaraça e os confunde”, nada mais parecido com um conservador que um liberal no poder.⁵⁹

Horácio Nunes faz ainda uma crítica ao modelo de homem passivo. Uma de suas personagens, o Romualdinho, é apresentado com características tidas como femininas: os seus constantes suspiros, o aconchegar-se nos moços procurando conforto e proteção tem como consequência a transformação do rapaz numa “aberração da natureza.” O perfil desse personagem é bastante caracterizado durante uma briga, em que ele se envolveu e, ao ser defendido, seu defensor argumentava com o agressor:

“Peço-te que não lhe dê. Sabes que o Romualdinho se ficar doente nos fará muita falta [...] Não quero que maltratem um rapaz tão serviçal [...] quem dá no Romualdinho dá numa mulher... porque o pobre para ser mulher só lhe falta vestir saias.”⁶⁰

⁵⁸ Jornal *O Despertador*, nº 1609, 6/8/1878.

⁵⁹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. vol.I. Porto Alegre: Ed. Globo, 1996. p. 342.

⁶⁰NUNES, Horácio. *D. João de Jaqueta*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: INL, 1984. p. 70.

Podemos perceber, a partir da análise dos romances publicados nos jornais, o quanto as idéias neles contidas coadunavam com as matérias publicadas no jornal. Percebe-se ainda a circularidade dessas representações e o quanto o modelo de comportamento masculino divulgado em Desterro está em consonância com o modelo divulgado em grandes centros do país e da Europa. Tanto os articulistas dos jornais quanto os literatos formularam e divulgaram representações que norteavam as condutas masculinas no espaço público. As representações, no dizer de Roger Chartier, “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” Portanto, as representações que eram formuladas por esses escritores acabavam por produzir “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”⁶¹

Nesse sentido, o que se procurava instaurar era um modelo de masculinidade que deveria estar coadunado com o ideal burguês de homem “civilizado”. Buscava-se, portanto, dentro de uma correlação de forças, suprimir comportamentos masculinos que não estivessem dentro desse modelo tido como ideal. É claro que estas representações se referiam a um público específico, aos leitores dos jornais, comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, o que não impedia o acesso a tais representações por parte das camadas não letradas. Mas esta com certeza tinha o seu próprio modelo de masculinidade, que poderia ou não, ser temperado com o modelo difundido pela elite letrada.

Esta elite letrada, masculina, formada por médicos, advogados, engenheiros, entre outros, é que forjava e reproduzia um modelo de masculinidade hegemônico, universal e

⁶¹CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p. 17.

trans-histórico. Neste, a representação de homem honrado estava relacionada à imagem de cumpridor de suas obrigações à de provedor da família. Dessa forma, a educação, além de status e ascensão social, recebida nos centros de produção e reprodução de conhecimento da época, tais como, a Faculdade de Direito de São Paulo e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, proporcionava a seus portadores um capital, no sentido de reconhecimento por parte do grupo em que estão inseridos, para imporem a sua definição de mundo social.⁶² Nesta, homens e mulheres deveriam atuar em esferas separadas. Os homens no espaço público e as mulheres no espaço privado.

A educação como forma de ascensão social e capital simbólico de masculinidade

“Os homens podiam mesclar as preocupações, temores e profundas satisfações da vida pública aos encantos recôndidos do lar. Para as mulheres, raramente existia essa dualidade; possuíam apenas e exclusivamente o lar, quadro ‘natural’ de sua feminilidade.”⁶³

Em Desterro, na segunda metade do século XIX, podemos perceber a construção de modelos ideais diferenciados de comportamento para homens e mulheres, bem como a relação destes com a formação dos quadros da administração pública e a constituição do Estado nacional brasileiro.

⁶² Pierre Bourdieu escreve: “Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipiere*.”

Cf.: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 145.

⁶³HALL, Catherine. Sweet Home. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (dir.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 87.

Uma das formas encontradas pela elite de Desterro, para justificar sua dominação política, foi a de se distinguir do restante da população através de uma “etiqueta” simbólica específica. Segundo Robert W. Connel, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. O autor lembra ainda que, grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade. A posição dominante, na ordem do gênero, propicia vantagens materiais, assim como vantagens psicológicas.⁶⁴

A educação, de forma geral e, principalmente, a adquirida nas academias de ensino superior, no século XIX, apresentava-se como capital simbólico⁶⁵ e um dos referenciais de masculinidade, haja vista que proporcionava prestígio e distinção aos seus portadores. Além disso, por meio da escolarização, dava-se uma das primeiras formas de distinção de gênero. Os homens da elite, desde meninos, eram preparados para adquirirem, através da educação, o que Bourdieu denomina de “capital cultural”, ou seja, uma série de saberes, modos e usos que conferem a seus portadores o poder “para imporem a definição do mundo social mais conforme a seus interesses”, por intermédio de um reconhecimento e uma legitimidade que podemos simplesmente chamar poder simbólico.⁶⁶ Por outro lado, as meninas recebiam uma educação visando

⁶⁴ CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. In. *Revista Educação e Realidade*. Vol. 20, nº 2, p. 191, jul-dez/1995.

⁶⁵ “O Capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, que dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio.”

Cf.: BOURDIEU, P. 1998. Op. Cit. p. 145.

⁶⁶ “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.”

Cf.: BOURDIEU, P. 1998. Op. Cit. p. 14.

apenas prepará-las para o casamento, quando então desempenhariam o papel de mães e esposas.

Nesse sentido, um artigo publicado no jornal O Novo Íris, de 1850, chamava a atenção para o seguinte:

“Foi sempre considerado pelos grandes sábios e mais distintos legisladores a educação da mocidade como a melhor e mais segura fonte do repouso e da felicidade, não só das famílias como dos estados e impérios. O que é pois uma república, ou um reino, se não um vastíssimo corpo cujo vigor e saúde dependem da saúde e vigor das famílias particulares, que são os seus membros e partes, e dos quais nenhum pode faltar a suas funções sem que todo o corpo se ressinta? E não é a educação que põe todos os cidadãos, e mais que todos os grandes e principais, em estado de poderem desempenhar com dignidade suas diferentes ocupações? Não é evidente que a mocidade é como o viveiro do estado que por ele se renova e perpetua? Que deles vêm todos os pais de família, todos os magistrados e todas as pessoas constituídas em poder e dignidade? Não se pode assegurar que o que há de bom ou de defeituoso na educação daqueles que têm de exercer alguma vez os empregos do estado influi em todo o seu corpo e torna-se como o espírito e o caráter geral de toda a nação? [...]”⁶⁷

O autor do artigo faz as suas interrogações sobre a importância da educação trazendo no seu bojo a resposta. Além de apontar a importância da educação, o autor descreve os caminhos que ela poderia proporcionar. Nesse sentido, seria a educação a responsável pelo “repouso e felicidade, não só das famílias, como dos estados e impérios”. O autor lembra ainda que, a saúde do Estado depende da boa formação dos “moços”, pois desses se originam “todas as pessoas constituídas em poder e dignidade”. Entre estes, os “pais de família” e os “magistrados”.

A educação feminina também foi objeto de vários artigos. Porém, a finalidade era diferente da masculina. Se os meninos deveriam ser preparados para exercer o “poder”, seja ele, no privado como “pai de família” ou no público como “magistrado”, as meninas deveriam ser preparadas para serem boas filhas, esposas e mães. Isto

⁶⁷Jornal O Novo Íris n° 55, 20/9/1850.

podemos depreender de uma nota publicada no jornal O Argos, de 1858, com o título de:

“Educação feminina
Duas vantagens para o Brasil

O futuro de um menino é obra de sua mãe. (Napoleão)

[...]

Assim, pois, quando nossas jovens patricias possuírem, além do que é necessário a seu sexo, idéias claras de gramática, e rudimentos das ciências e artes mais necessários, estarão colocadas, quando mães, na posição que nos deve trazer tantos benefícios. Ensinarão seus filhos a falar nossa rica língua, sem esses erros, esses vícios, que carecem depois de tão grandes esforços para se corrigir. Não lhes transmitirão mais esses preconceitos, essas superstições que escravizam o espírito e embora ele às vezes envergonhado queira libertar-se de seu julgo, apondo-lhe as armas da razão - é inútil. As impressões, as idéias recebidas na infância, são quase sempre indeléveis como os caracteres gravados no bronze.”⁶⁸

O conhecimento das “artes necessárias” estava, certamente, ligado ao papel de esposa e dona de casa. O conhecimento da gramática e rudimentos de ciências possibilitariam livrar os meninos dos preconceitos e superstições a que as mulheres estavam sujeitas, por não serem, como os homens, providas de razão, mas sim, de emoção, conforme imagem divulgada na época.

Essa imagem da mãe, como responsável pela formação do caráter do menino, em seus primeiros anos de vida, “como caracteres gravados no bronze”, era bastante divulgada pela imprensa da época. Horácio Nunes, em seu romance, contribuiu para a divulgação da imagem da mãe como responsável pelo caráter do filho. Isto ocorre quando o autor procura explicar o caráter de uma de suas personagens, o “Romualdinho”, que foi descrito como: “Malandro de primeira força, passava a vida pelas tavernas, encostado aos balcões, coçando a cabeça e aconchegando-se aos outros

⁶⁸Jornal O Argos nº 313, 20/7/1858.

rapazes, como se estivesse sempre com frio.” A explicação era a de que:

“A mãe uma velhota que passava por entendida em tisanas e benzeduras deixava o rapaz entregue a si mesmo, porque dizia ela, o pequeno era doente e não podia trabalhar.

E o filho aproveitava a liberdade que lhe era concedida para fazer muita coisa que, se a sua mãe soubesse, acarretar-lhe-ia necessariamente bem boas sovas de salto de tamanco ou de qualquer outro objeto que na ocasião estivesse mais à mão.”⁶⁹

O comportamento efeminado de Romualdinho é explicado, pelo autor, como tendo sido consequência da ausência da mãe na educação do menino. Acrescenta-se a isto, o fato da “velhota” ser dada à “entendida em tisanas e benzedura”, práticas estas tidas como sendo coisa de gente atrasada e ignorante. Nota-se que a figura paterna não aparece na narrativa.

A educação feminina teria ainda como função, segundo Joana Maria Pedro, além do papel de mãe e esposa, a de afastá-las “ das más inclinações , ‘naturais ao seu sexo’ e não a desviaria da família, visto que a praça pública não seria o lugar adequado para o ‘delicado sexo.’”⁷⁰

A educação do menino da elite ficaria a cargo da mãe até a idade em que ele pudesse freqüentar uma escola. Nas escolas, durante o período estudado, havia a separação por sexo. Havia as escolas de meninos, cujos professores eram homens, e as escolas de meninas, nas quais, lecionavam mulheres⁷¹. O ensino misto só foi

⁶⁹NUNES, H. 1984. Op. Cit. p. 27.

⁷⁰PEDRO, J. M. 1994. Op. Cit. p.44.

⁷¹No ano de 1853, a cidade de Desterro contava com sete (7) escolas masculinas e três femininas. No período compreendido entre 1838 e 1881, ano em que foi sancionada a lei que permitia o funcionamento de escolas mistas, o número de escolas públicas de instrução elementar para meninos, na Província de Santa Catarina, foi quase sempre o dobro do número de escolas femininas. Ver tabela elaborada por: GOULART, Janete Jane. *Instrução Pública elementar na Província de Santa Catarina – 1834 a 1889*. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1992. p. 57.

introduzido nas escolas públicas da Província, com a reforma do ensino de 1881.⁷² Conforme disposição da Câmara, o candidato a professor deveria ter no mínimo 21 anos, ser brasileiro, portador de bons costume, gozar de boa saúde e professar a religião do Estado.⁷³ Estas exigências serviam tanto para professores quanto para as professoras.

Ao entrar na escola, o menino fazia uma primeira separação do mundo feminino, doméstico e começava a ser preparado para atuar no público, num mundo, que no ideal da elite, era o espaço de atuação masculina. Cumpre atentar que, esse processo também envolve uma gramática corporal, ou seja, as marcas distintivas da masculinidade devem inscrever-se no corpo do futuro membro da elite dirigente, de modo a afastá-lo completamente do âmbito feminino. Acrescente-se que, desde há muito, os estudos médicos e biológicos vinham estabelecendo um modelo de oposição entre os corpos masculinos e femininos, no qual, este último aparecia como símbolo de tudo que representava fragilidade e frivolidade, portanto, inaptidão e absoluta desqualificação para o exercício de qualquer função social considerada relevante. Para evitar ser identificado como mais um “Romualdinho”, o novo integrante da elite deveria romper completamente com as influências maternas e adquirir as marcas distintivas do homem: honorabilidade e seriedade.

Pode-se ainda mencionar que, o século XIX foi marcado pela eleição da biologia como o campo de conhecimento privilegiado para o estabelecimento de regras e preceitos sociais. Foi justamente nesse momento que tornou-se norma a idéia de que os corpos masculinos e femininos apresentariam distinções radicais, ou seja, seriam essencial e naturalmente diferentes. Isso é importante porque até o século XVIII, aproximadamente, a concepção científica dominante da sexualidade, como nos mostra

⁷²FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975. p. 63-64.

⁷³CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987. p. 157.

Jurandir Freire Costa, era a do “one-sex model” . Nesta, a mulher era entendida como sendo um “homem invertido”: “o útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina era um pênis.”⁷⁴ Ora, esse modelo que compreendia a mulher como um “homem invertido e inferior” foi sendo abandonado e, a partir do século XIX, as diferenças entre os sexos deixaram de ser de grau e passaram a ser de natureza. Tal mudança teve certas implicações que valem a pena observar com mais vagar, dentre as quais, podemos apontar a que se refere a idéia de que, como os sexos são absolutamente heterogêneos, “possuem também destinos e direitos diferentes”, são por assim dizer, dois mundos autônomos. Assim a constituição física feminina confinaria a mulher ao “reino do lar” e à educação inicial dos filhos. “É do homem o resto do mundo. Incumbido da produção, da criação e da política, a esfera pública é seu elemento natural.”⁷⁵

Lynn Hunt, nos lembra, “a concepção de mulher, talhada especialmente para o privado (e incapaz para o público), é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII” na França. Nos fala ainda que a mulher era “representada como o inverso do homem”. Nesse sentido, a mulher era identificada “por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem era identificado por seu espírito e energia. O útero definia a mulher e determinava seu comportamento emocional e moral. A combinação de fraqueza muscular, intelectual e sensibilidade emocional faziam delas os seres mais aptos para criarem os filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães. O discurso dos médicos se unia ao discurso dos políticos.”⁷⁶

⁷⁴ COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. 1996. p. 69.

⁷⁵BADINTER, E. 1993. Op. Cit. p. 11.

⁷⁶HUNNT, Lyn. Revolução Francesa e vida privada. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges (dir.). 1991, Op Cit. p. 50

Percorrendo as páginas da imprensa de Desterro, no último quartel do século XIX, é possível se perceber a formulação e a divulgação de uma série de discursos que buscavam justificar a construção de papéis diferenciados entre homens e mulheres. Discursos estes que, apresentavam os homens como naturalmente aptos para ocuparem atividades no espaço público e buscavam confinar as mulheres no espaço doméstico, de âmbito privado.

Os futuros membros da elite dirigente ingressariam nessa atmosfera masculina exercitando suas aptidões “naturais” através das regras e preceitos rigorosamente estabelecidos por instituições escolares repletas de emblemas e mestres ciosos de suas responsabilidades em ministrar os primeiros conhecimentos aos novos “donos do poder”. Ao mestre caberia uma postura exemplar. Nesse sentido, “Um pai de família”, em nota publicada no jornal O Novo Íris, de 1850, chama a atenção:

“A um mestre-escola do brejo
Se queres merecer de mestre o nome
Não pervertas a incauta mocidade:
Escreve com decência e dá-lhe exemplos.

De respeito, pudor, civilidade.
Nessa esperança os pais te os confiaram,
E na mesma a província te alimenta:
Ensina pois moral a teus discípulos.
Se não queres o nome que te assenta.”⁷⁷

Ao colocarem seus filhos sob a responsabilidade de um professor, os pais esperavam que ele transmitisse os preceitos de “moral, respeito, pudor e civilidade”, que deveriam nortear a conduta masculina, no espaço público.

Era na Província que, geralmente, os alunos recebiam as “primeiras letras” fazendo o curso primário nas escolas públicas ou particulares. Neide de Almeida Fiori,

⁷⁷Jornal O Novo Íris n° 14, 26/4/1850.

analisando o ensino público em Santa Catarina, no período imperial, nos aponta uma série de dificuldades pelas quais passou a escola pública catarinense. Entre elas, a autora nos elenca a falta de instituições para a formação de professores, as dificuldades econômicas vivenciadas pela Província, falta de programas escolares adequados, entre outras. Tais fatos teriam levado o presidente da Província, João José Coutinho, em sua “Falla”⁷⁸ dirigida à Assembléia Legislativa Provincial, em 1856, a reconhecer que os “discípulos” que freqüentavam escolas particulares “aprendiam muito mais que os alunos de escolas regidas por professores públicos vitalícios.”⁷⁹ Possivelmente, as famílias “mais abastadas”, diante de tal quadro, davam preferência às escolas particulares visando preparar seus filhos para o ingresso na Escola Militar e Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, ou ainda, na Faculdade de Direito de São Paulo.

Dessas instituições de ensino superior, a elite dirigente catarinense recebeu uma concepção de mundo que esteve sempre mais norteada para a justificação das estruturas jurídico-políticas liberais sobre as quais estava baseado o modelo ideal de Estado Nacional. Uma série de práticas e saberes, difundidas pelas academias de direito do Império, acabaram chegando a Santa Catarina e constituindo o pensamento político dominante. É possível apontar que se ia àquelas instituições à procura de legitimidade, prestígio social e em última instância, poder simbólico. Naquelas academias, a elite catarinense reconhecia o monopólio da distribuição de status, sendo que, a postura bacharelesca e uma apreensão retórica do saber acabava inundando mesmo as academias militares, de onde mais tarde, saíam os arautos da República.⁸⁰ Estes, certamente, após a proclamação da República, influenciados por ideologias como o

⁷⁸ As “Fallas” eram dirigidas à Assembléia Legislativa Provincial no início de cada ano legislativo. Através destas Fallas, o Presidente da Província traçava um perfil da situação da Província discorrendo sobre as finanças, obras públicas, culto público, segurança pública, colonização, câmaras municipais, saúde pública, instrução pública, estatística civil e criminal, entre outros.

⁷⁹ FIORI, N. A. 1975. Op. Cit. p. 47-48.

⁸⁰ ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 94-95.

positivismo, entre outras, passaram a divulgar um modelo de masculinidade pautado em sua visão de mundo. Porém, isto deve ser foco de outros trabalhos.

Neste capítulo, pudemos perceber que houve um crescimento econômico em Desterro, na segunda metade do século XIX, e com isso o aparecimento de um grupo emergente advindo do comércio, que buscou construir/instruir, por meio de estratégias discursivas, um modelo de masculinidade pautado em ideais burgueses, em que se destacava a imagem de homem honrado, que cumpria com suas obrigações, que pagava suas dívidas e que fosse o provedor da família.

Além disso, o relativo capital econômico acumulado por algumas famílias possibilitou que mandassem seus filhos estudarem nas academias do império. Ao fazerem isso, este novo grupo ascendente procurava garantir para seus filhos homens a participação na administração pública, isto é, instituir-se como elite política.

Porém, como veremos no próximo capítulo, para a participação política, principalmente como representante da Província na Câmara Geral do Império, o postulante a tal cargo deveria ser reconhecido como possuidor de uma série de atributos específicos, acabando por apresentar-se como um paradigma de masculinidade. Estes atributos não eram estáticos, pois aos homens públicos, durante o período analisado, foram sendo acrescentadas novas exigências, conforme o contexto social, econômico e político, vivenciado pela capital da Província de Santa Catarina.

Capítulo II

As assembleias e as aves: um sobrevôo na política imperial

“Soube o eleito na corte
Da trama na terra urdida
Por muitos, que só favores
Dele haviam recebido.
[...]
Pelo público serviço
Desvelado, e diligente,
Mil bens de ti receberão
Nossa terra e nossa gente.
[...]
No parlamento composto
Dos mais sábios da nação,
Teus discursos, teu bom senso,
Merecerão atenção...¹
(A assembleia das aves - Marcelino
Antônio Dutra)

O poema “Assembleia das aves”, de Marcelino Antônio Dutra, nos remete para uma série de acontecimentos que marcaram a vida política de Desterro, na última década da primeira metade do século XIX, bem como aponta para as transformações ocorridas na formação dos quadros políticos que prevaleceram em Desterro, na segunda metade do século XIX. Estas mudanças foram acompanhadas por modificações e novas exigências no ideal de comportamento masculino como procuramos demonstrar no capítulo anterior que, aos homens em geral, era exigido que fossem honrados, cumpridores de suas obrigações e provedores da família. Com relação aos homens que desejavam participar da vida política, na qualidade de candidato a um cargo político eletivo, objeto principal deste capítulo, além desses atributos, outras exigências foram sendo acrescidas.

¹DUTRA, Marcelino Antônio. *Assembleia das Aves*. Florianópolis: Livraria Central, 1921.

Publicado em 1847, na tipografia do Mercantil, no Rio de Janeiro, o poema “Assembléia das aves” nos narra os embates políticos ocorridos em Desterro naquele ano. Pela lei eleitoral então vigente, Santa Catarina tinha direito a um representante na Câmara Geral do Império. Como reflexo da política partidária da corte, a província possuía dois partidos: o “Liberal” e o “Conservador”. O partido Liberal catarinense apresentou como candidato à Câmara Geral, Jerônimo Coelho. Pelo partido conservador foi apresentado o nome de Joaquim Augusto do Livramento.

Jerônimo Francisco Coelho, a personagem principal do poema de Marcelino Dutra, “pintado” como o “Cisne”, pelo então correligionário liberal, era natural da cidade de Laguna.² Foram as características de político experiente, não somente como deputado das duas câmaras, mas também ocupando pastas em ministérios do Império, aliadas a de escritor e jornalista, na visão dos liberais, que o credenciava à reeleição para a Câmara Geral e que foram cantadas, no poema, por Marcelino Antônio Dutra. O autor, no poema, canta sua admiração e amizade pelo candidato “Judeu”³:

Vem, sábio legislador,
Que honras teu país natal,
Vem trocar com teus amigos
Um abraço fraternal

Vem saber que as mais sensatas
Das aves tuas patricias,
Por ti afrontam perigos,
por ti rejeitam delícias.

Que a parte sã da Província,
Por teu mérito, e primor,
Te volta mais que amizade,

² Jerônimo Coelho cursou matemática e engenharia na Escola Militar. Entrecruzou à carreira militar a política. Em 1831 fundou em Desterro o jornal “O Catarinense”. Ocupou cadeira na Assembléia Provincial por várias legislaturas. Para a Assembléia Geral do Império foi eleito a quarta legislatura, 1838 - 1841, a quinta, 1842 - 1844, bem como a sexta legislatura, 1846 - 1847. Intercalava sua atuação nas assembleias Provincial e Geral.

Cf.: PIAZZA, Walter. F. *Poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)*. Florianópolis: ALESC, 1985. p.159-160.

³ “Judeu” era a denominação dada aos integrantes do Partido Liberal em Santa Catarina. Os partidários do Partido Conservador eram chamados de “Cristãos”.

Muito mais, te vota amor.⁴

Na última estrofe, o “poeta” declara sua “amizade e o seu “amor” ao candidato Judeu por ele estar incluído na “parte sã da Província” e nos remete para o fato de que a poesia representava um espaço privilegiado para que um homem exprimisse emoções e sentimentos em relação a outros homens. Haja vista que a divisão sexual, divulgada pela elite, assentava-se na atribuição de racionalidade ao homem e de emotividade à mulher. Havia poemas em que se declaravam as virtudes da mulher amada, a dor pela perda de um ente querido e o amor a um amigo. No jornal O Cruzeiro do Sul, de 1859, o poema sobre a partida de um amigo que ia estudar fora da província, poema que não podemos saber ao certo sua autoria, pois como era costume, na época, este vinha assinado por um pseudônimo e foi assim cantado:

“Despedida
Vai, Machado, minha vida, meu encanto,
Amassai esses incômodos caminhos,
Corai, sede feliz pois pergaminhos
Não precisa quem estuda bem, compreende tanto ...

Só desejo, Machado abençoado,
Que voltes aqui feliz, em pouco espaço
Pois te espero como amigo, cujo laço
Pretendo de amizade ter guardado

Vem, meu amigo, abraça-me
Adeus!, até um dia, meu querido,
Que voltes aqui, para consolar-me

Serei teu amigo até morrer,
Serei sincero, amigo desvelado,
Serei teu todo, enfim, o podes crer.⁵

A poesia, segundo Miguel Vale de Almeida, é um “veículo de expressão de

⁴DUTRA, M. A. 1921. Op. Cit.

⁵Jornal O Cruzeiro do Sul, 24/8/1859.

emoções e sentimentos” e estes têm gênero, “a linguagem das emoções reporta-se às categorias de masculino e feminino e estas são, por sua vez, largamente construídas com base em metáforas emocionais.” Por meio da poesia Marcelino Antônio Dutra, em “Assembléia das Aves” e o admirador do “Machado”, encontraram espaço para cantar ao amor, à amizade e à devoção partidária.

Vale mencionar que, mais de um século depois, o mesmo poema foi interpretado pelo historiador Oswaldo Cabral de um modo bastante *sui generis* e pejorativo. Para Cabral, poemas como esse não passavam de “baboseiras”, escritas por quem não tinha “coragem de enfrentar o público”. Olhando o passado com os preconceitos de sua época, o autor buscava qualidades estéticas e literárias, numa atitude absolutamente a-histórica. Seu vaticínio final e fulminante sobre o poema resume-se a dizer que o “tal” Machado estaria querendo “fugir de um amigo que tinha expressões tão pouco masculinas”, e conclui “a não ser que fosse o tal Machado que tivesse lá os seus pecados...”⁶

Para Cabral, o fato de um homem exprimir seus sentimentos em relação a outro, através da poesia, colocava em cheque a sua masculinidade. Tal visão, ao que tudo indica, não era compartilhada pela sociedade de Desterro do período estudado. Cabral analisou aquela sociedade com os parâmetros de masculinidade próprios de seu tempo, qual seja, a década de 50 do século XX. A nós, interessa perceber estes poemas dentro do contexto em que foram escritos.

Voltando ao século XIX, encontramos o candidato do Partido Conservador, Joaquim Augusto do Livramento sendo satirizado no poema “Assembléia das Aves”, de Marcelino Antônio Dutra, no qual foi caracterizado, dentro da alegoria das aves, como

⁶CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. I, Memória, Florianópolis: UFSC, 1972. p. 114.

“quero-quero”, numa referência à insistência do candidato em ser eleito.⁷ Joaquim Augusto do Livramento, no pleito de 1847, figurava como um novato na política se comparado ao seu adversário Liberal. A vitória do Sr. Livramento, nesta eleição, certamente contribuiu para a guinada da carreira política que se seguiu. Em virtude de sua situação de recém-bacharelado, foi assim ironizado:

Entretanto volta a terra,
De que saíra a estudar,
Um quero-quero dizendo
Que vinha os seus libertar.

A maior parte das aves
Causou isto expectação
Porque dar a liberdade
Pressupõe a escravidão.⁸

A entrada de Joaquim Augusto do Livramento, no cenário político, era algo novo, diferia dos eleitos até então: um padre, um burocrata e um militar⁹. Joaquim Augusto do Livramento estudou na Academia de Direito de São Paulo e possivelmente foi um dos primeiros catarinenses formados por aquela academia. Teve uma formação humanista, que lhe possibilitou um maior capital cultural em relação aos formados em seminários e escolas militares. Este capital cultural permitiu sua entrada na vida

⁷ Joaquim Augusto do Livramento era natural de Desterro. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, iniciando na magistratura como Juiz de Direito na cidade de Pelotas. Foi deputado provincial, em Santa Catarina, a sexta legislatura, 1846 – 1847. Ver: PIAZZA, W. F. 1985. Op. Cit. p. 399 a 400. Joaquim Augusto do Livramento foi o primeiro bacharel em Direito, catarinense, eleito para ocupar uma cadeira de Deputado na Câmara Geral do Império.

⁸DUTRA, M. A. 1921. Op. Cit.

⁹ O primeiro deputado eleito por Santa Catarina, para as Cortes Gerais de Portugal, em 1821, foi o padre Lorenço Rodrigues de Andrade, tendo como suplente o Major José da Silva Mafra, comandante da Fortaleza de Santa Cruz, na barra norte da Ilha de Santa Catarina. Para a Assembléia constituinte, convocada após a independência brasileira, em 1822, foi eleito Diogo Duarte Silva, que ocupava o cargo de inspetor da Tesouraria de Fazenda. Este era português de nascimento. Após a dissolução da Assembléia Constituinte, Duarte Silva, retornou para a Província onde ocupou o cargo de Secretário do Governo da Província. Foi deputado geral por três legislaturas, no período compreendido entre 1824 a 1837. Jerônimo Francisco Coelho sucedeu Diogo Duarte Silva, na Câmara Geral do Império, sendo eleito para a 4ª, 5ª e 6ª legislatura, entre os anos de 1838 e 1847. Ver: PIAZZA, Walter. F. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1994. p. 60; 195-275.

pública, sendo eleito para ocupar uma cadeira na Assembléia Geral, pois como nos lembra José Murilo de Carvalho, “uma carreira típica para o político cuja família não possuía influência bastante para levá-lo diretamente à Câmara começava pela magistratura”¹⁰, bem como inserir-se numa rede de relações masculinas, contando com o apoio das principais forças políticas da Província.

Os analistas que se detiveram na história política desse período, dentre eles Oswaldo Rodrigues Cabral, nos apontam o pleito de 1847 como “o mais ranhido” ocorrido em Santa Catarina, na primeira metade do século XIX.¹¹

Cabral nos fala que um problema local ajudou o acirramento das disputas partidárias. Em 1845, anunciou-se que o imperador, D. Pedro II, faria uma visita à cidade de Desterro no ano seguinte. Tal anúncio fez emergir a questão de serem retiradas as barraquinhas localizadas na praça central da cidade, que constituíam o então mercado da cidade. Estas, segundo autoridades da época, apresentavam-se como “anti-higiênicas e anti-estéticas”. O cais de Desterro, onde deveria desembarcar “sua majestade”, ficava defronte a estas. A manutenção das “barraquinhas”, segundo a elite local, causaria, na pessoa do imperador e sua comitiva, uma má imagem da cidade.¹²

Após a retirada das ditas “barraquinhas” e efetivada a visita imperial, em 1846, os políticos e comerciantes locais se viram diante da necessidade de construir um prédio para abrigar o mercado da cidade. Do debate, sobre qual seria o melhor local para a instalação do mercado, surgiu uma querela entre grupos divergentes. Alguns optaram por construir o mercado no largo do Palácio e outros num terreno próximo à Ponte do Vinagre. Interesses econômicos permeavam as discussões, que tiveram de um lado a família Luz, com os irmãos João Pinto, Jacinto José e José Maria, comerciantes locais, e

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p.108.

¹¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p.146.

¹² Idem. p. 146.

do outro lado, o presidente da Câmara dos Vereadores Francisco Duarte e Silva. Prevaleram os primeiros. Essa disputa resultou na constituição de duas agremiações partidárias: os “Judeus” denominação dada aos Liberais e os “Cristãos”, como ficaram conhecidos os Conservadores.¹³

O Partido judeu tinha como representante na Câmara Geral do Império Jerônimo Coelho, filho de uma influente família de Laguna. Buscando combater os “Judeus”, o partido “Cristão” lançou a candidatura de Joaquim Augusto do Livramento. Para isso, contou com o apoio dos membros da família Luz, “cujo maioral era João Pinto, rico armador e comerciante” de Desterro. Na cidade de Laguna, os “Cristãos” eram apoiados pela família França, opositores dos Coelho. Além destes, tinham partidários em outros municípios da província como por exemplo em São Francisco do Sul. Segundo Oswaldo R. Cabral, o eleitorado dos “Cristãos” era formado por “elementos do comércio e do alto funcionalismo público.”¹⁴

Dentre estes “altos funcionários” públicos, nas fileiras do Partido Cristão, encontramos o padre Joaquim Gomes d’Oliveira e Paiva, que teve uma participação ativa no cenário político local. Filho de família pobre, fez seus estudos no seminário São José, no Rio de Janeiro, com a subvenção da Província. Atuou como professor, jornalista, e deputado por várias legislaturas na Assembléia Provincial.¹⁵ O padre Paiva utilizou, em suas “pregações”, um discurso religioso a favor do Partido Cristão, buscando dar uma carga de negatividade à denominação “Judeus”, numa referência aos “infieis” combatidos pela Igreja. Além disso, conclamou às mulheres, que encontravam na igreja um dos poucos espaços público que podiam freqüentar e no qual, com certeza, eram maioria, a influenciarem seus maridos e filhos no enaltecimento do Partido

¹³PIAZZA, W. F. 1984. Op Cit. p.141.

¹⁴CABRAL, O. R. 1987. Op. Cit. p. 146.

¹⁵CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. Vol. II, Memória, Florianópolis: UFSC, 1972. p. 68.

Cristão. Este padre serviu-se da representação recorrente do “poder do sexo frágil”, utilizando-se da “idéia muito difundida de que as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública e inspiradora da decisão política, muitas vezes, tomadas ‘sobre o travesseiro’”.¹⁶ Nesse sentido, num de seus poemas, o padre Paiva conclamava:

“E vós, ó gentis Beldades,
Que adornais nosso partido,
Quem resiste a tais encantos
Como tendes consentido?

Vosso jugo é rijo e forte,
Porém, mais doce que o mel:
Por vós pelejam Cristãos,
A vós se curva Israel.

“Ensinai vossos filhinhos
A dizer - Eu sou Cristão -
Este nome santo e doce
Regozija o coração.

Quanto é belo ver a esposa
Embalando o seu menino
Com voz terna e maviosa
Dos Cristão canta o hino.”¹⁷

Nessas estrofes, o autor deixa mais claro suas intenções de que as mulheres fizessem uso de seu poder, no sentido de influenciar o resultado das eleições. Esse “poder” feminino reduzia o homem a “filhinhos”, numa referência ao papel da mulher junto à educação dos filhos. Com a voz “terna” e doce “embalando o seu menino”, a mulher deveria ensinar o marido a “cantar o hino” dos Cristãos. Mais do que reconhecer

¹⁶PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 168.

¹⁷Esta “Modinha dedicada À Eleitoral Sociedade Cristã”, é de autoria do padre Paiva, segundo Walter Piazza. A Modinha foi publicada na forma de um panfleto, que era distribuído entre os eleitores. Este foi impresso na “Cidade do Desterro na Tipografia Provincial”, em 1847. Apud. PIAZZA, W. F. 1984. Op. Cit. p. 143 e 303.

um certo “poder” feminino, no âmbito do privado, os homens, na figura do padre Paiva, queriam utilizá-lo para seus propósitos.

Vale destacarmos, ainda, o fato de que o representante da província no Senado, naquele momento, era José da Silva Mafra, natural da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, na Ilha de Santa Catarina. Este fora indicado para o Senado por Jerônimo Coelho “com o qual contraíra dívida de gratidão, quando abriu mão de sua candidatura a deputado geral, para que o lagunense pudesse ser eleito.”¹⁸ Assim como Jerônimo Coelho, José da Silva Mafra era militar. Caso tivesse sido eleito o candidato “Judeu”, a Província teria dois militares, membros do mesmo partido, como legisladores nas Câmaras do Império. Certamente, este fator também contribuiu para que os comerciantes, principalmente os de Desterro, buscassem eleger alguém que os representassem e defendessem seus interesses.

A vitória do Partido Conservador se deu também nas eleições ocorridas em 9 de dezembro de 1847, ocupando a maioria das cadeiras na Assembléia Provincial. Dos vinte deputados eleitos, 7 eram naturais da cidade do Desterro, 15 exerciam suas atividades na mesma cidade e, destes, 8 eram funcionários públicos (juízes, tabelião, inspetor da alfândega, padre, médico e advogado), 5 eram militares, 1 era comerciante. O distrito de São Francisco elegeu dois candidatos, assim como Porto Belo. São Miguel elegeu um deputado provincial. As cidades de Laguna e Lages não elegeram candidatos próprios.¹⁹

Venceram os conservadores em Santa Catarina, num momento em que o ministério do império era formado, em sua maioria, por liberais. As eleições de 1847, em Santa Catarina, serviram como um prelúdio do que ocorreu em 1848 quando os

¹⁸Ibidem. p. 146.

¹⁹Ibidem. p. 152 a 153.

liberais foram substituídos no ministério pelos conservadores, o que permitiu, ainda, o predomínio conservador na Câmara Geral do Império.

Os embates políticos de 1847 acabaram por fortalecer a elite da capital da província, fato este que permaneceu até o final do período Imperial, em detrimento dos outros dois principais centros urbanos de Santa Catarina, à época, ou seja, Laguna e São Francisco.²⁰ Nos mostram ainda como os interesses de determinados grupos econômicos, principalmente os dos comerciantes, prevaleceram. O fato de terem sido eleitos, em sua maioria, como ficou demonstrado, funcionários públicos e militares, acreditamos, que não invalida essa afirmação. Isso se deve ao fato de que alguns militares e funcionários públicos também se dedicavam a atividades comerciais. Além disso, a participação efetiva dos funcionários públicos e militares, nas Assembléias, era facilitada, acreditamos, em virtude de que estes, durante os períodos de convocação do legislativo, podiam licenciar-se de seus cargos e retornar a sua função ao fim do mandato. Devemos lembrar ainda que as duas principais lideranças políticas, do período compreendido entre 1847 e 1866, estavam ligadas a atividades comerciais. João Pinto da Luz, ligado ao partido Conservador, era armador e negociante de ferragens e Amaro José Pereira, do partido Liberal, era proprietário de uma botica.

A ocupação de cargos políticos acenava mais para a aquisição e manutenção de um status social do que para a ascensão financeira. Isto podemos depreender da nota publicada no Jornal do Comércio, em 1880:

“Hermelino Jorge de Linhares

Faleceu no dia 5 do corrente, a uma hora da tarde, vítima de longa enfermidade, o nosso particular amigo e colega Hermelino Jorge de Linhares, com 38 anos de idade. Hermelino foi bom amigo, bom cidadão, bom pai e bom marido.

²⁰ Era na capital da Província que estavam instalados os diretórios dos partidos políticos. Cabia a estes escolherem as chapas de candidatos que disputariam as eleições. Talvez seja este um dos indicadores da preferência por candidatos ligados às oligarquias da capital.

Por mais de uma vez, em consequência das lutas políticas, bateu-lhe a necessidade à porta, por mais de uma vez aquele nobre chefe de numerosa prole, viu-se sem meios de subsistência. Mas a coragem e a resignação, esses dois sustentáculos dos grandes corações, nunca o abandonaram um só momento. Arcou com as dificuldades, afrontou as vicissitudes da vida e venceu sempre.

Político de verdadeiras crenças, dirigiu durante alguns anos com sacrifício de sua alterada saúde e de sua pouco provida bolsa, o periódico *Conservador*, órgão do partido conservador desta província.²¹

O senhor Hermelino era natural da cidade de São Francisco do Sul, nesta cidade ocupou alguns cargos no funcionalismo público, entre eles, o de professor. Ao que tudo indica, anos antes de sua morte, transferiu-se para a cidade de Desterro onde foi diretor do jornal do Partido Conservador.²² Na década de setenta, daquele século, ocupou cadeira por três legislaturas na Assembléia Provincial. O necrológio do Sr. Hermelino nos aponta as características masculinas valorizadas pela sociedade da época, quais sejam, o homem que venceu as “dificuldades” afrontando “as vicissitudes da vida” sem deixar de ser um “bom amigo, bom cidadão, bom pai e bom marido.”

A valorização da imagem do homem que “vence” na vida, remete-nos para a metáfora das aves utilizada por Marcelino Antônio Dutra em seu poema, sendo essa reveladora da importância que tinha para a sociedade da época a ascensão social e política. Ao eleger o jovem e inexperiente Joaquim Augusto do Livramento, o grupo ligado ao Partido Conservador estava buscando garantir seus interesses, seja por cargos no funcionalismo público seja por postos de representatividade política. Para o iniciante político, a eleição de 1847 alçou-o a uma carreira coroada por outros mandatos na Assembléia Geral, bem como a posterior ocupação de cargos-chave na burocracia provincial.

²¹ *Jornal do Comércio*. n.º. 43, 8/12/1880.

²²PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 391.

Seguindo a alegoria utilizada pelo autor de “Assembléia das Aves”, podemos denominar alguns políticos catarinenses, da época, de “aves de arribação”, no sentido de que buscavam “subir ou chegar ao cimo” da hierarquia política ou social, “a caminho do clube” restrito da elite política do império, ocupando cargos muito valorizados e influentes, como uma cadeira no Senado, na Câmara dos deputados, ou ainda, um lugar no Conselho de Estado. Poucos “voaram” tão alto e, para tanto, tiveram de contar com uma série de mecanismos. Nesse sentido, a manutenção da cadeira na Câmara Geral ou uma indicação para o Senado estava condicionada a uma série de fatores, destaca-se a importância de se garantir, na província natal, uma forte base de apoio. Esta tornava-se possível na medida em que, o político utilizava-se de sua influência para garantir postos para seus correligionários na administração provincial, bem como em alto nível da corte. Eram cargos que atuavam diretamente nas eleições, como o de juizes de direito, deputados provinciais, juiz de paz e chefe de polícia, entre outros. Isto tornava-se possível na medida em que os ocupantes, tanto da cadeira do Senado quanto da Câmara Geral se mantivessem atentos, influenciando nas eleições e indicações dos cargos da administração pública. Eram as “aves de arribação” que retornavam à província com o intuito de voar mais longe.

Analisando a formação das elites políticas do Império, José Murilo de Carvalho nos fala: “uma vez dentro da Câmara, estava-se a um passo do círculo interno da elite”, através da “combinação de capacidade e patronato, exercendo o imperador papel ativo na seleção. Para entrar no clube era preciso uma “nomeação para um posto ministerial ou uma presidência de província. A partir daí havia intensa mobilidade e acumulação de cargos.”²³

Outro fator que certamente pesava na escolha dos representantes políticos, nos

²³CARVALHO, J. M. de. 1996. Op. Cit. p.111.

diferentes níveis de representação, e pretendentes a ocupar cargos públicos, era possivelmente a conduta destes no espaço público, correspondendo ao comportamento masculino sancionado pela sociedade. Além de terem de pautar sua vida pública pelas normas prescritas socialmente, foram estes que ocupavam cargos públicos os principais divulgadores de um comportamento masculino ideal.

Isto se depreende do fato de que era a imprensa um dos principais veículos de divulgação e dos debates entre os grupos políticos locais, bem como era essa elite política que divulgava e vigiava a conduta masculina no espaço público. Nesse sentido, uma nota publicada no jornal O novo Íris, de 1850, chamava a atenção do público para o seguinte fato:

“Em toda a sociedade ou partido político, encontra-se sempre um membro, que possuindo menos vergonha, e não tendo reputação a arriscar, serve para encarregar-se daquelas empresas, a que os homens honestos costumam escusar-se; como por exemplo, dar um juramento falso, levantar uma calúnia por mais atroz que seja, arrostar uma infâmia com o desembaraço que inspira um caráter aviltado até o chão, sustentar uma mentira, ainda diante da luz da verdade, firmar com o próprio punho sem respeito ao público horrores que a mais licenciosa pena repugna escrever, em uma palavra, assassinar a sangue frio a honra de seus concidadãos, máxime perante as pessoas a que estes são menos conhecidos, e isto muitas vezes mediante um mesquinho lucro, com que acenam ao malvado. Esse homem pois tem uma vantagem incalculável sobre todos os seus semelhantes, porque estes preferem como mais honroso o silêncio à indignidade de disputar com aquele, e assim sempre vencedor em seus ataques, torna-se em elevado grau insolente, temerário, e desenfreado para tudo arrostar! Infelizmente a nossa província por mau fado seu havia de gerar, ou hospedar entes de semelhante quilate!... Funesta realidade!!!²⁴

Percebe-se por esta nota que a honra e a reputação apresentavam-se como capital simbólico do homem público e símbolo de distinção social. O reverso do homem honrado era o dos que “não tinham reputação a zelar”, os que “juravam em falso”, incapazes de empenhar sua palavra, que levantavam “calúnias” e pela mentira

²⁴Jornal O Novo Íris, nº 71, 15/12/1850.

assassinavam “a sangue frio a honra de seus concidadão.” Essa crítica, certamente, era endereçada a algum desafeto político, funcionava como um discurso pedagógico da masculinidade, mostrando aos homens quais deveriam ser as atitudes a serem seguidas por aqueles que quisessem ser vistos como honrados.

Como nos lembra Elisabeth Badinter, “tradicionalmente a masculinidade se define mais por evitar alguma coisa. [...] Ser homem significa não ser feminino”²⁵. Nesse sentido, o homem que jurasse em falso, levantasse calúnias ou mentisse estaria se utilizando, segundo o estereótipo divulgado pela imprensa da época, de estratégias femininas, pois a calúnia, a mentira e a falsidade estariam no âmbito da fofoca e esta era um “atributo” feminino, do qual um homem deveria desvencilhar-se.

Arribando na Ilha

“Temos é verdade considerado o homem público, mas nunca nos atrevemos, nem nos atreveremos a ultrapassar os umbrais da vida privada.”²⁶

Os últimos anos da década de quarenta, do século XIX, apresentaram-se como prelúdio dos acontecimentos ocorridos na segunda metade do mesmo século, ou seja, a hegemonia política e econômica de Desterro frente às outras cidades da Província. Além disso, podemos perceber os contornos mais nítidos do surgimento de uma esfera pública funcionando politicamente. O aparecimento desta, cuja a existência primeira Jürgen Habermas observou na Inglaterra, do século XVIII, passa então a ser observada,

²⁵BADINTER, E. 1993. Op. Cit. p. 117.

²⁶Jornal O Cruzeiro, nº 6, 18/3/1860.

guardadas as proporções, na capital da Província de Santa Catarina. Na esfera pública política atuam “forças que querem então passar a ter influência sobre as decisões do poder estatal” e que “apelam para o público pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum.”²⁷

Buscando ocupar cargos políticos, os grupos dominantes da capital da Província, formados por comerciantes, advogados, médicos, professores, entre outros, congregados em partidos políticos, passam a publicar jornais com vista a divulgar suas idéias e seus candidatos. A imprensa passou a ser um dos fóruns de disputas políticas. E nestas disputas, os jornais passaram a funcionar como um instrumento discursivo modelador e estruturador de práticas sociais, entre as quais, o comportamento masculino.

Tudo isso ocorre num momento em que o desenvolvimento econômico proporciona um aumento das funções políticas. Analisando o desenvolvimento do comércio do Desterro, Laura Machado Hübener, nos mostra como ele se deu, principalmente, devido ao porto da cidade. Nos fala ainda que a importância do Porto do Desterro estava relacionada com o desempenho de sua função de escoadouro da maior parte da produção da Província, em especial da litorânea.²⁸

Segundo a autora, foi na década de 60 que o movimento do porto atingiu maior intensidade, prolongando-se até 1872. Um dos fatores que contribuíram para esse “miniboom” foi a guerra do Paraguai. Apresentou-se esse período como um dos mais benéficos para o comércio exportador da maioria das províncias brasileiras e, principalmente, para o de Santa Catarina. “Tal fato deveu-se à maior demanda de

²⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 75.

²⁸ HÜBENER, Laura. Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 27.

produtos alimentícios por parte da região sulina e conseqüentemente houve aumento dos preços destes produtos.”²⁹

Paralelo ao desenvolvimento econômico, ocorrem mudanças no âmbito político, entre elas, a reforma da legislação eleitoral que foi acompanhada de alterações no ideal de homem público. Isto podemos perceber pela entrada na vida pública, e já preconizada nas eleições de 1847, de elementos com formação em outras áreas, como engenharia, direito e medicina e não mais somente militares.

Além disso, cremos ser importante perceber outras alterações que foram ocorrendo, de forma lenta é verdade, após 1850. Uma alteração significativa pode ser percebida, a partir de então, qual seja, a falta de qualquer referência à participação das mulheres nas eleições, que se dava, ainda que de forma indireta, como ocorreu em 1847, influenciando seus “filhinhos”, ficando registrada no poema do padre Paiva, citado anteriormente. Tal fato nos mostra que, na sociedade de Desterro, ocorreu um enrijecimento das esferas de atuação masculina e feminina. Nesse sentido, buscou-se fortalecer a imagem da mulher que reina absoluta no lar, orientando a educação dos filhos e que passou a ser constrangida pela lei moral que decidia sobre os bons costumes ao espaço privado do lar. O espaço público político tornou-se exclusivamente masculino e as decisões políticas passaram a ser assunto unicamente de homens. Mas não de todos os homens. Buscou-se cada vez mais delimitar quem e como se daria a atuação na vida pública. Para tanto, acirraram-se as disputas entre os homens pela definição de quais eram os mais aptos a ocupar os cargos políticos e os cargos no funcionalismo público.

Na década de 50 em diante, famílias com muitos recursos financeiros oriundos do comércio e do transporte de mercadorias passaram a enviar seus filhos às instituições de ensino superior, principalmente, do Rio de Janeiro e São Paulo. E eles, quando

²⁹Ibidem. p. 47.

retornavam para sua Província natal, legitimados com o capital cultural adquirido nas faculdades do Império, buscaram cada vez mais impor a sua definição do mundo social que contava certamente com novas referências de masculinidade. Para tanto, encontravam na imprensa e nos debates públicos espaços privilegiados para a divulgação de suas idéias e aspirações. Na disputa por cargos públicos e eletivos, formularam estratégias discursivas de convencimento, onde apresentavam-se como alternativa ao grupos dominante e promoveram alianças políticas, até mesmo, com antigos rivais, visando romper o círculo “de ferro”, para utilizar um termo da época, onde encastelavam-se umas poucas famílias que dominavam a política provincial.

No plano legislativo, podemos perceber algumas modificações que buscavam diminuir a influência das autoridades locais. Nessa direção, a reforma eleitoral de 1855, prescrevia que os Presidentes de Província e seus secretários, os Comandantes de Armas, Generais em Chefe, os Inspectores de Fazenda Geral e Provincial, os Chefes de Polícia, os Delegados e Subdelegados, os Juizes de Direito e Municipais, não poderiam ser votados para membros das Assembléias Provinciais, Deputados ou Senadores nos Colégios Eleitorais dos distritos em que exercerem autoridade ou jurisdição. Além disso determinava a divisão das Províncias do Império “em tantos Distritos Eleitorais quantos forem os seus Deputados à Assembléia Geral”³⁰ Sendo assim, a Província de Santa Catarina que elegia, até então, somente um deputado, formava um único distrito eleitoral, tendo por “cabeça” a cidade de Desterro, onde deveria reunir-se o colégio eleitoral.

Além de buscar diminuir a pressão governamental sobre os eleitores, acreditava-se, com essa reforma, que o cidadão se tornaria fiscal do processo eleitoral e “impediria

³⁰Decreto n. 842, de 19 de setembro de 1855. In: JOBIM, Nelson e PORTO, Walter Costa. *Legislação Eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Vol. I. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996. p. 115.

que as maiorias locais fossem esmagadas pelas provinciais. Supunha-se, com a adoção do sistema, que as minorias viessem a se representar, visto que os círculos seriam independentes e livres da máquina geral, pondo fim às câmaras unânimes.”³¹

Em 1860, formou-se em Desterro o “Partido Progressista” com a finalidade de disputar espaços com o grupo formado pela família Silveira. Os “Silveristas”, como ficaram conhecidos, ocupavam os cargos mais importantes da administração pública provincial, deixando de fora lideranças políticas que desde 1847 disputavam espaço no cenário político local, entre elas a família Luz. A estratégia utilizada por esses políticos, “excluídos do poder”, foi a de se organizarem através de um partido, o Partido Progressista. Este, vale a pena mencionarmos, reunia em suas fileiras uma grande parte dos nomes que, nas eleições de 1847, entrincheiravam-se nos partidos “Judeu” e “Cristão”. Entre eles, destacamos os nomes de Marcelino Antônio Dutra, até então “Judeu”, o padre Joaquim Gomes d’Oliveira e Paiva e os membros da família Luz, “Cristãos”.

No mesmo ano do surgimento do Partido Progressista, em março de 1860, começou a circular o jornal O Progressista, cuja finalidade era divulgar a campanha dos candidatos progressistas para a Câmara Geral do Império. Para disputar a cadeira na Câmara Geral o partido escolheu o nome de Jesuino Lamego da Costa.³² Porém, ficou faltando definir quem seria o suplente da chapa Progressista.

A unidade do Partido Progressista sofreu um revés causado justamente pela disputa de qual seria o nome a concorrer à suplência na chapa encabeçada por Jesuino

³¹FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Editora Globo, 1996. p. 371.

³²Jesuino Lamego da Costa era natural da cidade de Laguna, aos 7 anos de idade deixou a cidade natal para estudar no Rio de Janeiro e aos 15 anos entrou para a Marinha onde fez carreira. Participou das principais campanhas navais da época. Jesuino Lamego iniciou a carreira política como suplente de Jerônimo Francisco Coelho, que havia sido eleito para a legislatura na Câmara Geral do período 1857 a 1860. Com a morte de Jerônimo Coelho, a 16 de janeiro de 1860, Jesuino Lamego foi convocado para ocupar a cadeira de deputado. Ver: PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 219 e 220.

Lamego. Disputavam a indicação para suplente nomes como o do padre Paiva e Francisco Carlos da Luz. Em nota publicada nos jornais, março de 1860, o padre Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva anunciava sua intenção de concorrer para a vaga de suplente na chapa do candidato progressista.³³ Porém, o padre Paiva, que na disputa entre “Judeus” e “Cristãos”, ocorrida nas eleições de 1847, apoiara a família Luz, viu baldadas suas pretensões com a publicação de uma carta no jornal O Progressista, daquele mesmo mês, endereçada aos eleitores da Província e assinada pelos membros da família Luz:

“O Pai e Tios do Ilmo. Sr. capitão Francisco Carlos da Luz dirigiram-se aos eleitores da Província nos seguintes termos:

-Ilmo Sr. - Devendo proceder-se, no ano atual, a eleição de dois cidadãos que reúnam as qualidades exigidas pela constituição para Deputado e suplente à Assembléia Geral do Império por esta província, como V. S. sabe, os abaixo-assinados, Pai e Tios do Dr. em Matemática, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros, Francisco Carlos, vêm apresentá-lo a V. S. para suplente do Deputado que, segundo as bem fundadas esperanças dos seus amigos, e afeiçoados na Província, é o Exm. Sr. Jesuino Lamego Costa, Chefe de Divisão da Armada Imperial (nem é possível duvidar que seja este benemérito cidadão o escolhido dos bons catarinenses). Esse cidadão por quem se empenham os abaixo-assinados é pessoa de bastante ilustração, e pelos serviços prestados ao país por alguns anos tem captado a benevolência do Governo Imperial, e consideração dos homens ilustres e inteligentes, sendo por isso nomeado, há anos, Diretor do Laboratório Químico na Corte, onde tem permanecido. Além disso, é dotado de sentimentos patrióticos, o que concorrerá poderosamente para prestar muito bons serviços no Parlamento, e fora dele, a sua pátria natal. Nesta certeza, os abaixo-assinados, cheios de confiança esperam que V. S. acolhendo-o benignamente, empunhará todo o seu valimento, e dos seus amigos nessa localidade, para efeito de ser os nossos desejos coroados dos melhores e mais satisfatórios resultados.

Confiando na probidade e sinceridade de V. S., esperamos ser atendidos em nossa justa pretensão assegurando-lhe que, nossa gratidão por este valioso serviço será ilimitada.

Para quanto vir que podemos ser-lhe úteis mande aos - De V. S. - Reverentes criados, amigos, muito obrigado - José Maria da Luz - Jacinto José - Luiz do Livramento. - Desterro 25 de Fevereiro de 1860.”³⁴

³³Jornal O Cruzeiro, nº 5, 15/3/1860.

³⁴Jornal O Progressista, nº 5, 29/3/1860.

A publicação do manifesto da família Luz provocou um vazamento na “Nau” progressista. Não podendo emplacar sua candidatura, o Padre Paiva, um dos articuladores da criação do “Partido Progressista”, retira-se da agremiação.³⁵ O fato do padre Paiva ter sido preterido em favor de Francisco Carlos da Luz, nos remete para as lutas pela definição social de masculinidade. A carreira eclesiástica, oficialmente, impedia o padre de reforçar o seu capital de relações sociais por intermédio do casamento³⁶, pois lhe era vetado, ou ainda, de casar um filho³⁷, pois ele não seria considerado legítimo e nessa condição dificilmente entraria para uma família influente. O fator econômico também o desfavorecia. Na qualidade de funcionário público não era bem remunerado, acrescenta-se ainda os seguintes fatos: era oriundo de uma família pobre e na condição de padre encontrava-se desprovido “de propriedades que caracterizam as profissões viris (poder econômico, poder sexual, etc.).³⁸

Por outro lado, Francisco Carlos da Luz possuía capital econômico, era filho de um rico comerciante, o capital cultural, os tios e amigos faziam questão de anunciar: “Dr. em matemática³⁹, Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros,” e “pessoa de

³⁵ O jornal *O Cruzeiro*, de 2/8/1860, anunciava essa decisão com a publicação de uma carta escrita pelo padre Paiva, e nela, este explicava os motivos de sua saída do partido, entre eles, o fato de ter sido preterido em favor de Francisco Carlos da Luz. Afirmava ainda que, deixava o partido de “forma honrada”, o que significava, acreditamos, devido ao seu posterior silêncio, que não apoiaria seus antigos correligionários e nem atacaria suas candidaturas.

³⁶ Muitos padres tinham mulheres, porém, elas não eram reconhecidas socialmente. Ser chamada de “mulher de padre” era uma grande acusação e uma forma de desqualificação social. Os filhos de padre também eram alvos de chistes pejorativos o que demonstra desqualificação social. Estas situações não ocorriam somente na pequena Província de Santa Catarina mas também na Corte. Um exemplo do que afirmamos pode ser observado na biografia do escritor, deputado e ministro da Justiça do Império, José de Alencar. Este era filho de um influente Senador do Império, o Padre José Martiniano de Alencar. Apesar do prestígio social alcançado pelo escritor sua condição de filho de padre não era esquecida. D. Pedro II, num momento de raiva, diante das constantes críticas que José de Alencar lhe dirigia, disse: “É um teimoso esse filho de padre”. Conf. FARACO, Carlos. Todos cantam sua terra/ também vou cantar a minha. In.: ALENCAR, José de. *Cinco minutos. A viúvinha*. São Paulo: Ed. Ática, 1995. p. 16.

³⁷ Ao descrever a biografia do padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, Walter F. Piazza assinala: “com descendência.” Conf. PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 520.

³⁸ MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977. p. 26.

³⁹ José Murilo de Carvalho, discorrendo sobre a Escola Militar do Rio de Janeiro, nos fala que “Os oficiais eram freqüentemente tratados de doutores [...] numa clara busca de compensação simbólica pelo status inferior da educação técnica e militar, em relação à formação jurídica dos políticos.” CARVALHO, J. M. de. 1996. Op. Cit. p. 66.

bastante ilustração”. Sem esquecer do capital social acionado pela família em prol da sua candidatura.

No interior desta disputa, destacou-se o jornal O Cruzeiro. Este periódico passou a defender o nome de João Silveira de Souza, filho de José Silveira de Souza, líder do grupo que ocupava os principais postos da administração provincial, para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados.⁴⁰ Além de defender a candidatura de João Silveira de Sousa, o jornal O Cruzeiro buscava atacar o candidato Progressista. Dentre os “defeitos” apontados pelo redator deste jornal ao seu rival, sobressaía-se o fato de que “há quatro anos que veio ao pensamento do Sr. Lamego a intenção de tornar-se o representante desta Província na Assembléia Geral. Até então o Sr. Lamego nem ao menos queria ser tido por filho desta Província.” Reportando-se a visita realizada pelo casal imperial, em 1846, à Província, o articulista afirmava que, por aquela ocasião, o comportamento do Sr. Lamego em relação aos seus conterrâneos havia sido antipático e indiferente e que faz apenas “dez anos o Sr. Lamego começa a dizer que é natural de Laguna, e a cortejar e cumprimentar a todos grandes e pequenos de um modo que parecia estar desesperado.”⁴¹

Podemos perceber que tanto os candidatos progressistas quanto João Silveira de Sousa tinham em comum o fato de terem se retirado da Província natal para realizarem seus estudos e, posteriormente, exercerem suas atividades profissionais. Portanto, são exemplos do que denominamos, anteriormente, de “aves de arribação”. O relativo prestígio que obtiveram na corte do Império ou ocupando cargos administrativos em outras províncias, como é o caso de João Silveira de Sousa, os credenciava, no entender

⁴⁰ João Silveira de Souza nasceu em Desterro, fez o curso primário e o preparatório em sua cidade natal, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1849. Iniciou sua carreira pública ocupando vários cargos no governo da Província de Pernambuco, onde foi também, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife (nomeado em 1854), depois catedrático. Conf. PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 548.

⁴¹ Jornal O Cruzeiro, n° 32, 121/6/1860.

de seus correligionários, a serem candidatos a representantes da Província na Câmara Geral.

A partir do segundo semestre de 1860, Santa Catarina passou ter direito a dois representantes na Câmara Geral do Império. Esta modificação deveu-se à alteração da Lei eleitoral consubstanciada no Decreto n.º 1.082, de 18 de Agosto de 1860, que em seu Artigo 1 rezava: “Nenhuma Província dará menos de dois Deputados à Assembléia Geral.”⁴² Pela mesma lei, a Província de Santa Catarina foi dividida em dois distritos eleitorais. A cidade de Desterro passou a ser a sede do primeiro distrito, centro da divisão e cobria os municípios do norte. O segundo distrito tinha por sede a cidade de Laguna, iniciava com a cidade de São José, atingindo os municípios do sul até o planalto catarinense.

O mesmo decreto extinguiu a eleição para suplentes de deputados à Câmara Geral. Nesse sentido, prescrevia que “não haverá suplentes de Deputados, à Assembléia Geral. No caso de morte do Deputado, opção por outro distrito, ou perda do seu lugar por qualquer motivo,” deveria realizar-se uma nova eleição no respectivo distrito.⁴³ Diante de tais modificações, Francisco Carlos da Luz, inicialmente candidato à suplência na chapa “Lameguista”, pôde concorrer a uma cadeira na Assembléia Geral.

Além dos jornais vinculados diretamente aos partidos, outros jornais circulavam em Desterro naquele ano de 1860, entre eles havia, o jornal O Argos. Este procurou não se envolver abertamente na campanha eleitoral ao não escrever editoriais em favor de nenhum dos candidatos, porém, em suas colunas apareciam artigos favoráveis aos “Progressistas”.

A campanha eleitoral de 1860 trouxe à baila o problema do “exclusivismo” de uma “família” nos principais postos da administração pública da Província. Um

⁴²JOBIM, N. e PORTO, W. C. 1996. Op. Cit. p. 123.

⁴³Idem. p. 123.

exemplo desta afirmação é o artigo assinado com o pseudônimo de “Imparcial”, publicado no jornal O Argos, que buscava chamar a atenção do público, entenda-se eleitores, para o fato da parcialidade “Silverista” almejar “usurpar as posições oficiais”. Segundo o autor da nota, os Silveristas apresentavam-se aos olhos do “ público” como incapazes de merecerem os sufrágios do povo, por falta das precisas “habilitações.” Por outro lado, afirmava a nota, “os distintos cavalheiros apresentados pelo partido - Progressista - na quadra eleitoral, são dignos de ocupar um assento no augusto recinto da câmara dos deputados.” Estes diferenciavam-se, segundo o “Imparcial”, dos Silveristas, cujo interesse “consiste em estreitar cada vez mais o círculo de ferro, dentro do qual pretendem acastelar-se os zangões do infeliz povo catarinense” com a finalidade de querer “usurpar as posições oficiais, almejando desta arte constituir entre nós uma oligarquia ávida do mando, e sequiosa para sugar, por meio de rendosos empregos, toda a seiva da província.” Podemos perceber nesta frase uma crítica à utilização de recursos públicos em benefício de interesses privados e familiares.

Lembrava ainda o autor da nota: “na organização da última assembléia provincial que tivemos” quase a metade dos indivíduos que a compunha faziam parte da família “Silverista”. Ao buscarem manter-se no poder, estes pretendiam “proporcionar boas posições e pingues ordenados a uma meia dúzia de filhos prediletos da fortuna, deixando escandalosamente no olvido cidadãos mais habilitados e quiçá mais honestos.”

“Para assegurarem a presidência da municipalidade a um dos patriarcas da *propaganda exclusivista*, o tenente Coronel Amaro José Pereira, que tem a felicidade de pertencer por afinidade a ilustre progênie, não duvidarão zombar da boa fé e credulidade dos seus correligionários, eliminando da chapa para vereadores da Câmara Municipal da Capital, aliás aprovada pelos chefes do partido, nomes de pessoas com quem se havia previamente comunicado, a fim de que aceitassem o encargo de vereança.”⁴⁴ (Grifo do autor)

⁴⁴ Jornal O Argos. n.º 617, 15/9/1860

A “afinidade” do Coronel Amaro José Pereira com a “ilustre progênie” dava-se pelo fato deste ser casado com D. Bernadina Inês da Silveira, filha de José Silveira de Souza, um dos líderes “Silverista”. Isto nos remete para estratégias políticas feitas por meio dos casamentos, em que podemos perceber a troca de mulheres na formação de alianças familiares.⁴⁵

Além disso, verifica-se a emergência de discursos que passam a exigir dos homens que ocupavam cargos públicos algumas características que fossem além do “puro interesse individual”, entendido como interesse de um grupo em detrimento dos interesses mais gerais da província e da nação.

O artigo do O Imparcial remete-nos ainda para a circulação dos discursos. Na Câmara Geral e no Senado do Império, por ocasião das discussões que marcaram os debates em torno da reforma eleitoral de 1855, as quais antecederam a criação dos círculos eleitorais, os debates giraram em torno da questão de que os deputados e Senadores deveriam ser pessoas de prestígio e capacidade intelectual e não “os empregados subalternos, as notabilidades de aldeia, os protegidos de alguma influência local”. Questionava-se ainda o predomínio dos Magistrados na representação política.⁴⁶

Os debates a respeito de quem deveria ocupar os cargos públicos e quais as qualidades que deveria possuir também se acirravam na província. Uma nota assinada com o pseudônimo de “O Curioso”, publicada no Jornal o Novo Íris, de 1851, questionava o comportamento público do então subdelegado o Sr. Amaro José Pereira.

⁴⁵ Gayle Rubin nos lembra que “o sistema de parentesco não troca apenas mulheres. Ele troca acesso sexual, status genealógico, linhagens de nome e de ancestrais, direitos e pessoas – homens, mulheres e crianças – no sistema concreto de relações sociais.” Ver: RUBIN, Gayle. *The traffic in women*. In: REITTER, Rayna. *Towards and anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

⁴⁶HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume II tomo 3. São Paulo: Difel, 1973. p. 51-52.

“É público e notório o fato escandaloso de que acaba de ser testemunha esta Capital, fato que teve lugar entre o Sr. Amaro José Pereira, subdelegado de polícia, e o infeliz João Batista, por causa da mulher deste, fato que por decência não descrevo.

O pobre Batista, marido ultrajado pelo Sr. subdelegado, tem de retirar-se e o Sr. subdelegado continuará a escarnecer da moral pública, exercendo ainda um cargo de que tanto tem abusado? Que fará S. Ex. o Sr. Presidente da Província? Que não o tivesse demitido em Dezembro quando o infeliz João Batista apresentou-se-lhe a queixar-se do Sr. subdelegado, expondo a afronta que tinha sofrido em sua honra de marido, não sei se teria então desculpa; porém agora que esse fato tornou-se mais grave e mais escandaloso, não tem desculpa se ainda o conserva.

A isto limita-se por agora, Sr. Editor.
O Curioso.”⁴⁷

Numa carta publicada no número seguinte, o Sr. Batista narra os fatos em que se viu envolvido com o subdelegado. No mesmo número, o público é informado pelo editor do jornal que o subdelegado foi afastado do cargo pelo presidente da Província. O fato de ter ultrajado a honra de marido do Sr. Batista e de “continuar a escarnecer da moral pública”, possivelmente mantendo o seu envolvimento com uma mulher casada, bem como a pressão do “O curioso” levaram ao afastamento da dita autoridade. Vale destacarmos que, tal fato não prejudicou, totalmente, a carreira política do Sr. Amaro José Pereira, que foi um dos líderes do partido Liberal, em Desterro, pois ele foi eleito para Assembléia Provincial, em 1858.⁴⁸ Isso porque nas campanhas eleitorais não eram utilizados tais argumentos para desqualificar o candidato, haja vista o acordo tácito, seguido pela imprensa, de não se publicar questões da intimidade, que eram relegadas à esfera do privado. A historiografia registra alguns homens públicos, tais como, padres, juizes, deputados provinciais com destaque na vida social e política da época e que tiveram filhos fora do casamento. Tais fatos, acreditamos, eram tolerados pela sociedade, desde que, mantidos no âmbito do privado. Caso contrário, poderia ser

⁴⁷Jornal *O novo Íris*, nº 108, 1/4/1851.

⁴⁸PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 609.

denunciado, como aconteceu com o padre Miguel, em 1853:

“Rogo-lhe o especial favor de por meio do seu creditado Jornal, cientificar ao Sr. Padre Miguel que não é lícito levar a sua mulatinha aos bailes, do que se deve evitar para não sofrer algum desgosto. É por esta vez, quanto lhe pede o Sacristão.”⁴⁹

Mais do que denunciar um possível envolvimento entre o padre e sua “mulatinha”, o “Sacristão” mostra como a sociedade foi se elitizando, a partir da segunda metade do século, tornando-se mais fechada e intolerante com a presença de pessoas desprovidas do “verniz” que os distinguia.

O resultado daquela eleição de 1860 era “a crônica de uma morte anunciada”. O que se viu foi mais uma vez a alternância entre os grupos oligárquicos que dominavam a política provincial. Desta vez foram os “Progressistas” que conquistaram a maioria das cadeiras na Assembléia Provincial e dominaram o espaço catarinense na Assembléia Geral do Império tendo Jesuino Lamego e Francisco Carlos da Luz como deputados. O que emergiu de novo foi o fato de que algumas posturas até então aceitas, ou silenciadas, principalmente em relação ao comportamento de homens que ocupavam cargos públicos passaram a ser estranhadas. Nesse sentido, os interesses privados de grupos ou famílias deveriam dar lugar aos problemas enfrentados pela Província e pela Nação. Novos atores ainda estavam por entrar em cena, outros silenciaram.⁵⁰

Tão logo encerrado o escrutínio, o público leitor de Desterro percebe os efeitos que o término de uma campanha eleitoral provocava na imprensa da cidade. Jornais criados unicamente para apoiar candidatos, desaparecem. Foi o caso do jornal do partido vencedor, O Progressista, que deixou de ter razão para continuar existindo após ter sido

⁴⁹Jornal Correio Catarinense, nº 40, 17/8/1853.

⁵⁰ Em setembro de 1866 ocorreu a morte de João Pinto da Luz, um dos principais líderes do partido Conservador. No mesmo mês e ano morria Amaro Pereira, um dos “próceres” do partido Liberal. Conf. PIAZZA, W. F. 1984. Op. Cit. p. 177.

utilizado como importante peça de campanha. Para os vencidos, o encerramento das atividades de seu diário, O Cruzeiro, foi um tanto mais traumático. O proprietário da oficina gráfica, na qual o jornal era impresso, rompeu o contrato que garantia a confecção dos exemplares, argumentando que, as idéias do jornal O Cruzeiro não eram compatíveis com as diretrizes seguidas por sua empresa. Pode-se inferir, entretanto, que tratava-se de uma retaliação do grupo vencedor pressionando o gráfico, para com isso, silenciar os vencidos. É mais uma demonstração da ligação entre as ações públicas e a esfera dos negócios privados. As estratégias para a manutenção do poder envolviam intervenções em todos os espaços possíveis.

As aves vêm do norte

A década de 80, do século XIX, foi marcada por significativas mudanças econômicas, sociais e políticas, tanto em nível nacional quanto provincial e foram acompanhadas de alterações no ideal de masculinidade. Nos deteremos nas mudanças ocorridas na Capital da Província de Santa Catarina, porém o que nos interessa é perceber como paralelamente a esses problemas emergem discursos que buscam construir uma imagem de homens públicos capazes de lidar com as novas práticas sociais que começavam a vigir em Desterro. Nesse sentido, as eleições não se darão mais em torno do nome e da influência das famílias ou grupos de apoio dos candidatos, ligados, até então, às oligarquias instaladas em Desterro, mas também da sua capacidade intelectual para resolver os problemas enfrentados pela Província. Exigia-se ainda, do representante da Província: que fosse um homem capaz de manter um bom

relacionamento com as lideranças políticas da Corte, possuísse independência financeira e que sua sobrevivência não dependesse de recursos públicos.

De certa maneira, a reforma da legislação eleitoral consubstanciada no Decreto n.º, 3.029, de Janeiro de 1881,⁵¹ contribuiu para a construção do ideal de homem público que se buscou então instaurar. Dentre as modificações na legislação, destaca-se a mudança na forma de eleição para deputados, tanto à Câmara Geral quanto para as Assembléias Provinciais. A partir de 1881, as eleições para Deputados passaram a ser de forma direta. Nesse sentido, abolia-se as eleições em dois turnos. Além da renda, a alfabetização tornou-se uma condição indispensável para a qualificação do eleitor. A eleição para o Senado “continua a ser feita por província, mas sempre em lista tríplice” onde cada eleitor “votará em três nomes, constituindo a lista os três cidadãos que maior número de votos obtiverem.”⁵²

O número de eleitores da Província, verificado pelo alistamento eleitoral de 1881, era de “2.670 eleitores para uma população inferior a 160 mil habitantes.”⁵³ Outra novidade presente na lei eleitoral, e que de certa maneira apresenta-se como emblemática, deveu-se à valorização da figura do bacharel, pois este qualificava-se como eleitor simplesmente apresentando seu diploma, sem a necessária comprovação de renda.

Estas exigências da nova legislação eleitoral foram divulgadas e comentadas nos jornais de Desterro. Porém, os debates em torno da reforma eleitoral encontraram eco, principalmente, nas páginas do Jornal do Comércio. Fundado em 1880 por José da Silva Cascaes, o Jornal do Comércio anunciava que uma de suas bandeiras seria a luta pelo desenvolvimento comercial, agrícola e industrial de Santa Catarina. No plano político

⁵¹JOBIM, N. e Porto, W. C. 1996. Op. Cit. p. 213.

⁵²Ibidem. p. 227.

⁵³PIAZZA, W. F. 1984. Op. Cit. p. 201.

partidário colocava-se enquanto um periódico não vinculado a partidos políticos. Porém, deixava claro seu posicionamento quanto à forma de governo defendendo o sistema monárquico.⁵⁴

Joana Maria Pedro, discorrendo sobre o papel da imprensa em Desterro, no século XIX, ao analisar a atuação do Jornal do Comércio em relação à política da época, encontra neste uma novidade frente a seus congêneres. Ou seja, a busca por uma maior autonomia em relação aos partidos políticos locais, e não dependência de publicações dos atos oficiais. O jornal buscava manter-se com a venda de assinaturas e de espaço para anúncios em suas páginas.⁵⁵

Dentro de sua linha editorial, ou seja, trabalhar pelo desenvolvimento do comércio, da lavoura e da indústria em Santa Catarina, acompanhando as transformações na legislação eleitoral, surgem, a partir de 1881, nas páginas do Jornal do Comércio, uma série de editoriais defendendo a “Representação das Classes”. Em linhas gerais, estes artigos lembravam ao eleitorado que, de todas as províncias do império, era na de Santa Catarina que as classes produtoras tinham fortes motivos para “reivindicar seus direitos e manifestar-se energicamente” em favor de seus interesses. Lembravam ainda que as reclamações das classes produtoras não eram ouvidas e os meios para progredirem lhes eram negados. Somente seriam lembrados quando deviam pagar impostos ou “quando a eleição bate a porta”.⁵⁶

O articulista, após um longo relato histórico, no qual discorria sobre a atuação dos governantes de um período “absolutista”, referindo-se aos tempos da colônia, notadamente citando os governantes militares e suas ações no sentido de desenvolver a

⁵⁴ Um editorial publicado logo nos primeiros meses de existência do jornal afirmava “O homem de critério e sentimentos não hesita na escolha entre a monarquia e a república. Escolhe infalivelmente a primeira, por ser o melhor governo, o mais digno de respeito”. Jornal do Comércio, nº 8, 7/4/1880.

⁵⁵ PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado*. Florianópolis: UFSC, 1995. p.72-73.

⁵⁶ Jornal do Comércio, nº 128, 16/6/1881.

lavoura na província, lembrava aos seus leitores:

“apesar de possuímos um governo constitucional e representativo, onde o povo, na frase dos nossos políticos, reina e governa, vemos a nossa principal fonte de riquezas, a lavoura, definhando por falta de auxílio, a indústria quase morta ao peso dos impostos e o comércio e as artes sem animação, lutando com o fisco e deficiência de numerários. Os embaraços econômicos ameaçando uma crise eminente, as fontes de produção estancadas pela escassez de capital, nossas estradas intransitáveis, nossos portos ermos de navios.”⁵⁷

Diante de tais constatações o articulista lembrava:

“Entre a morte e a vida, o comércio, a lavoura, a indústria e artes não têm que vacilar um só momento.

Reivindicar seus direitos, levar suas queixas ao governo por representantes seus é seu empenho de honra!

Se até agora temos sido ludibriados pelos especuladores políticos, não é isso a razão justificável para que devamos ser eternamente. Nenhum abuso constitui direito. Nossos direitos e deveres, nossos interesses e dignidade nos impelem, e acima desses títulos só a Deus e a lei sabemos respeitar.”⁵⁸

O representante da Província passa a ter como principal função a defesa dos interesses privados da esfera do mercado.⁵⁹ Porém, não mais os interesses econômicos privados individuais, como vinha ocorrendo nas eleições anteriores, mas sim os interesses coletivos do setor privado. Para alguns cidadãos de Desterro, este projeto se tornaria viável através da idéia de “Representação das Classes”.

Buscando colocar em prática a idéia da “Representação das Classes”, os comerciantes de Desterro, numa nota publicada no Jornal do Comércio, anunciavam, em 1881, uma reunião em que se homologaria a comissão com vistas a eleger o representante das “Classes” na Câmara dos Deputados do Império:

“A Comissão Comercial, abaixo-assinada, e eleita pelo corpo do comércio, desta praça, em 24 de Abril próximo passado, achando oportuna a ocasião de fazer-se a escolha do candidato, que no

⁵⁷Idem.

⁵⁸Idem.

⁵⁹ Habermas, J. 1984. Op. Cit. p. 42.

parlamento, deve advogar os interesses da lavoura, indústria, comércio e artes desta Província, convida todos os interessados na grande idéia da representação destas classes para comparecerem à reunião geral que para esse fim, terá lugar hoje às 11 horas da manhã, no Clube 12 de Agosto, à rua Augusta. Cristóvão Nunes Pires, João Vieira Pamplona Boaventura da Silva Vinhas, Joaquim Martins Jacques, João Pereira Malheiros, Jacinto Pinho da Luz, Raimundo A. de Faria, Ricardo Martins Barbosa.”⁶⁰

Após essa reunião, ficou decidido que o candidato das classes a uma cadeira na Câmara seria o engenheiro Sebastião Antônio Rodrigues Braga. A escolha recaiu sobre o “engenheiro”, pelo fato deste ter “sacrificado tudo até quase a própria vida na grande idéia da estrada de ferro que pretende realizar.”⁶¹ A “idéia” da construção da estrada de ferro “Dom Pedro I”, a resolução das questões dos limites com a Província do Paraná e o melhoramento do porto de Desterro⁶² passaram a ser as bandeiras do então nascente “Partido das Classes”, bem como do Jornal do Comércio, órgão que passou a divulgar as idéias do partido. Ambos viam nessa bandeira uma promessa de desenvolvimento econômico da Província.

O “Partido das Classes”, podemos inferir pelas notas publicadas nos jornais, pois a bibliografia existente pouco ou quase nada fala do mesmo, surgiu como uma alternativa frente aos Partido Conservador e Liberal que se alternavam no governo da época. Porém não nos foi possível perceber uma divergência em nível ideológico. Sobre o “Partido das Classes”, Walter Fernando Piazza nos fala que seu “manifesto”, divulgado a 25 de junho de 1881 foi elaborado por “Cristóvão Nunes Pires, que vivera

⁶⁰ Jornal do Comércio, nº 134, 26/6/1881.

⁶¹ Jornal do Comércio, nº 135, 28/6/1881.

⁶² Estes discursos emergem num momento em que se verifica um declínio econômico de Desterro frente a outras regiões da Província. O porto de Desterro, a partir da década de 80, não mais oferecia condições técnicas favoráveis à ancoragem de uma série de embarcações que com o avanço tecnológico haviam ampliado o seu calado, prejudicando o comércio da cidade. Laura Machado Hübener nos fala ainda que a “a situação comercial e conseqüentemente a econômico-financeira começou a se modificar no final da última década do Império, quando as colônias de imigrantes passaram a se destacar na pauta de exportação com seus produtos hortigranjeiros e semi-manufaturados, como também a exportação de ervamate.” Nota-se ainda nesse período uma crescente importância dos portos de São Francisco e Itajaí. Ver. HÜBENER, L. M. 1981. Op. Cit. p. 37 e 96.

a sua mocidade nos Estados Unidos da América e não aceitava os rumos que norteavam a política tradicional do País.”⁶³ A formação do Partido das Classes, acreditamos, apresentou-se ainda como uma das estratégias discursivas e prática que alguns homens, até então excluídos da vida pública, encontraram para romper o círculo hermético no qual entricheiravam-se uns poucos “afortunados”, bem como de lutarem por cargos públicos.

Baldados os sonhos de eleger um candidato próprio para a 18ª legislatura, o partido das classes viu naufragar a candidatura do engenheiro Sebastião Antônio Rodrigues Braga. Sendo este derrotado pelos candidatos Alfredo d’Escragnolle Taunay, do partido conservador, e Manoel da Silva Mafra, Liberal. Taunay foi eleito pelo primeiro distrito, formado pela capital da província com mais 11 municípios e 21 paróquias, ao norte da capital. Mafra⁶⁴ foi eleito pelo segundo distrito formado por Laguna e os municípios ao sul da capital, iniciando por São José cobrindo o planalto, que tinha a cidade de Lages como principal núcleo urbano.⁶⁵

A eleição de Alfredo d’Escragnolle Taunay⁶⁶ ocorreu num momento que se percebe a entrada em cena de novas forças econômicas e políticas, principalmente do norte da Província, quando passam a ter destaque os municípios de Joinville, Blumenau, e Itajaí no cenário provincial⁶⁷. No curto período em que esteve a frente da presidência

⁶³PIAZZA, W. F. 1984. Op. Cit. p. 202.

⁶⁴ Ao ser dividida a Província em dois distritos eleitorais, sendo Desterro a sede do primeiro distrito e Laguna a sede do segundo distrito, os debates políticos, através da imprensa, centralizaram-se nas sedes distritais. Nesse sentido, criaram-se na cidade de Laguna jornais com o intuito de promover a campanha dos candidatos pela região. Por ser Desterro o objeto de nossa pesquisa, buscaremos nos ater aos debates ocorridos na imprensa local.

⁶⁵PIAZZA, W. F. 1984. Op. Cit. p. 201.

⁶⁶ Taunay era natural do Rio de Janeiro. Coursou a Escola Militar da Praia Vermelha em sua cidade natal. Participou da Guerra do Paraguai. Em 1876, foi nomeado presidente da Província de Santa Catarina pelo imperador.

⁶⁷ A participação das zonas do Vale do Itajaí e do Nordeste de Santa Catarina nas exportações da Província, na década de 80, já se aproximava dos 50%.

Cf.: CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. FCC, 1982. p. 65.

da província de Santa Catarina, em 1876, Taunay, o “dândi do império,”⁶⁸ conseguiu conquistar a simpatia de alguns líderes políticos locais e de jovens intelectuais da capital da Província. Sua vaidade e o cuidado com a apresentação pessoal fez com que um adversário recordasse sua chegada à Província, no poema, “As taunaydas”, escrito em 1884, da seguinte forma:

“[...]”
 Foi em junho, salvo erro,
 do ano setenta e seis,
 Que entrada solene fez
 Na cidade do Desterro,
 Que tomou conta da Ilha,
 Este oitava maravilha!
 Mas logo a sua chegada,
 Quando o viram de penacho,
 Houve quem dissesse baixo:
 Que Presidente pomada!...”⁶⁹

O gosto de Taunay pela dança, pelo canto acompanhado de um piano, a preocupação em manter alinhados os longos cabelos, conforme Silveira de Souza, autor do poema acima citado, era uma “importante novidade” que, para alguns, não passava de uma “risível baboseira”⁷⁰. Estas críticas demonstram que mesmo dentro da elite as visões sobre o ideal de masculinidade diverge e, além disso, nos remete para a resistência em relação a diferentes padrões de comportamento masculino. Porém, ao que tudo indica, o “Presidente pomada” conseguiu impor seus gostos e, provavelmente,

⁶⁸ “Homem público, o dândi, ator do teatro urbano, protege sua individualidade por trás da máscara de uma aparência que ele tenta tornar indecifrável. Ele alimenta o gosto da ilusão e do disfarce, tem um agudo senso dos detalhes e dos acessórios (luvas, gravatas, bengalas, encharpes, chapéus...). [...] A toailete é uma de suas principais ocupações.”

Cf.: PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In. : ARIÈS, Phileppe e DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1993. p.296.

⁶⁹ Apud. CABRAL, O. R. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória Vol. I. Florianópolis: UFSC, 1972. p. 129.

⁷⁰ *Ibidem*. p. 128.

passou a influenciar os hábitos masculinos na Província.⁷¹ Os adversários políticos de Taunay atacavam principalmente a sua vaidade. Parafraseando Elisabeth Banditer, a resistência e as zombarias de que foi alvo são de fato sinais de sua influência.⁷² A maneira de vestir, a elegância dos trajes e os cuidados com o corpo passam a diferenciar ainda mais os homens da elite e a marcar o espaço ocupado por eles na sociedade. Estes novos símbolos foram acrescentados ao capital simbólico de masculinidade e passaram a ser uma preocupação a mais do homem público.⁷³

Após retirar-se da Província, Taunay continuou cultivando amizades visando construir uma base eleitoral. Em janeiro de 1881, o jornal O Despertador publicava um manifesto, assinado por “distintos cavalheiros estrangeiros” da cidade de Blumenau” e endereçado “ao ilustrado Sr. Dr. Alfredo d’Escragnole Taunay:

“Ilm e Exm. Sr. Dr. Alfredo d’Escragnole Taunay. Os abaixo-assinados enviam de coração um entusiástico bravo a V. Ex., o perspicaz e ilustre escritor que, com os seus recentes e substanciais artigos do Jornal do Comércio de 18 e 21 de Dezembro últimos, mostrou vistas tão largas, dignas de um sincero patriota e previdente homem de Estado, sobre a ilegitimidade dos acatólicos e naturalizados, e vigorosamente cooperou para de ora em diante todos eles e seus filhos terem não mais uma madrasta, mas sim uma pátria efetiva e completa.

Ao nosso amigo, distinto e superior administrador, enviamos a reiterada expressão dos nossos sentimentos de respeito e gratidão,

⁷¹ Taunay desde jovem servia-se de sua beleza física para chamar a atenção de homens e mulheres. Utilizava-se da beleza para conseguir a admiração das pessoas. Em suas memórias, narrando a ida para a guerra do Paraguai, recorda a passagem por Campinas, no Estado de São Paulo, onde era elogiado, tanto por homens quanto pelas mulheres em virtude de sua beleza, bem como “os meus brindes, o meu piano, os triunfos do salão, o modo de olhar, de andar.” Ver: TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 284 a 286. Esta valorização da imagem de Taunay pode ser percebida ainda quando este tentou reeleger-se deputado por Santa Catarina, em 1884. Naquela campanha eleitoral, Taunay utilizou-se de um subterfúgio novo, qual seja, “mandou colocar em vários pontos da cidade, como campanha eleitoral, uma litogravura em que sua estampa centralizava o cartaz.”

Cf.: CABRAL, O. R. Memória. Vol. I. 1972. Op. Cit. p. 128.

⁷² BADINTER, E. 1993. Op. Cit. p. 13.

⁷³ É interessante observarmos que em seu romance “D. João de Jaqueta”, publicado em 1877, Horácio Nunes utiliza-se da moda masculina para marcar as diferenças entre as suas personagens. Para representar o atraso da roça o autor descreve sua personagem o “Serafim”, descrito como o interiorano bruto e inculto, usando jaqueta, numa alusão ao atraso e a personagem “Juca”, o rapaz da cidade, “bonito e conquistador” de fala agradável é apresentado vestido de fraque.

nutrindo a esperança de o vermos ainda ornar a tribuna parlamentar, sustentando as suas valiosas opiniões. Ao muito honrado amigo um cordial e sincero aperto de mão e mil parabéns.

Deus guarde a V. Ex. Blumenau, 3 de Janeiro de 1881. Dr. Hermann Blumenau. – Victor Gartner. – Hermann Wendeburg. – Theodoro Kleine.- Augusto Gladen. – Nicolau Malburg. – Carlos Guilherme Friedenreich. – Dr. Off. Eberhaud. – Louis Sarhtleben. – Henrique Frohner.”⁷⁴

Os autores deste manifesto exprimem sua admiração por Taunay pelo fato de reconhecerem neste um “amigo” muito honrado. O gesto utilizado para demonstrar-lhe afeição é estendendo-lhe a mão. O gesto utilizado pelo amigo do sr. Machado e de Marcelino Antônio Dutra, anteriormente citados, foi diferente, estes por meio do poema declaravam o amor que sentiam por seus amigos, enquanto os senhores que subscreviam o manifesto expressam seus sentimentos, em relação a outro homem, com um aperto de mão.

Além de uma forma diferente de expressão dos sentimentos masculinos, o discurso acima nos remete para a questão de que a eleição de Taunay apresentava-se como uma oportunidade para os grupos do interior da Província, principalmente os de origem germânica, notadamente os que não professavam a religião do Estado, colocarem suas reivindicações e exigirem participação política. Estes, até então, não participavam diretamente do processo eleitoral e encontravam dificuldades para ocupar cargos públicos. A partir de então, o representante da Província na Câmara Geral do Império deveria dar mais atenção às reivindicações desses grupos emergentes.

Percebe-se que a representação de homem público, com função política, que emergiu na campanha eleitoral de 1881, centrava-se na imagem do homem independente financeiramente. Esta era uma garantia de que o político “não teria que prover para si mesmo os meios do uso e do consumo, e estava livre para exercer a

⁷⁴ Jornal O Despertador, nº 1865, 29/1/1881.

atividade política.”⁷⁵ Este ideal, como nos mostra Hannah Arendt, não era uma novidade na história política ocidental. Porém, em Desterro, passou a ser uma exigência aos que quisessem ocupar, principalmente, um lugar na Câmara do Império e mantiveram-se nos pleitos que se seguiram até a queda do regime monárquico, em 1889.⁷⁶ Esta imagem, de independência financeira, aparece tanto na propaganda política do “Sr. Braga” quanto na de Taunay, pois nelas apregoavam sua independência financeira. O Sr. Braga, em nota no Jornal do Comércio, anunciava que, caso fosse eleito desistiria de seus “subsídios de deputado em favor da Província.”⁷⁷

“[...] nas circunstâncias de Santa Catarina, entendemos que o seu representante precisa não só de talento e ilustração como de posição social elevada, boas relações na corte, onde tudo se decide e resolve, fortuna, independência e prestígio para poder defender os legítimos interesse desta parte do Império.

Seja filho da província ou não, o que interessa a ela é saber qual dos candidatos está mais no caso de defender seus legítimos interesses[...].”⁷⁸

O autor da nota segue apresentando o caso das duas províncias “irmãs”, Rio Grande do Sul e Paraná. No seu modo de ver, aquelas províncias prosperavam por possuírem representantes que realmente defendiam os seus interesses, muitas vezes em detrimento aos interesses de Santa Catarina. E lembrava aos eleitores:

“Se for dependente e tiver a infelicidade de precisar cuidar da sua barriga e da província ao mesmo tempo, terá fatalmente de consultar primeiramente os interesses daquela prejudicando por conseguinte os desta. [...] Imitemos as províncias do Rio Grande e Paraná escolhendo representantes de prestígio, independência social, afim de não perdermos tudo e até a honra. Um Catarinense.”⁷⁹

⁷⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 74.

⁷⁶ Talvez um indicador disso seja a reeleição de Taunhay para a Câmara Geral, em 1887 e sua eleição para o Senado, por Santa Catarina, em 1886. Ver: PLAZZA, W. F. 1984. Op. Cit. p. 760.

⁷⁷ Jornal do Comércio, n° 150, 16/7/1881.

⁷⁸ Jornal do Comércio, n° 228, 1/10/1884.

⁷⁹ Idem.

A propriedade e a riqueza, apesar de seu caráter adverso, nos lembra Hannah Arendt, “são historicamente de maior relevância para a esfera pública que qualquer outra questão ou preocupação privada” e apresentam-se, tanto na era moderna quanto em períodos anteriores, “como principal condição para a admissão do indivíduo à esfera pública e à plena cidadania.”⁸⁰ A exigência de capital econômico privado para a participação política, como já tivemos a oportunidade de observar, esteve presente na sociedade brasileira desde a constituição de 1824, porém esta somente passou ser problematizada com maior ênfase, ao menos em nível discursivo, nos jornais de Desterro, a partir da campanha eleitoral de 1881. Nota-se ainda, além do capital financeiro, exigia-se do candidato a representante da Província na Câmara Geral do Império, capital cultural e social, principalmente com “boas relações na corte”. Eram estas características que os partidários de Taunay acreditavam enxergar em seu candidato.

Os simpatizantes da candidatura Taunay, numa nota no jornal “O Despetador”, anunciavam sua chegada do “norte da nossa Província, onde foi recebido com entusiasmo”. O teor da notícia era bastante parecido com a propaganda do Partido das Classes. Lembrava que “a Província de Santa Catarina órfã entre suas irmãs, pela pouca importância que seus representantes até esta data” lhe haviam conferido, precisava reunir todos os esforços para o “triunfo” da candidatura Taunay. Pois este seria o único capaz de levantar a Província de seu “abatimento”. Isto devido ao seu “robusto talento”, posição independente e numerosas relações, que, segundo o autor da nota, caracterizariam o candidato conservador. Estas características possibilitariam a Taunay “obter alguns benefícios para esta desvalida e esquecida Província”. A nota lembrava ainda o prestígio do nome Taunay, conhecido tanto no Brasil quanto no exterior. Além

⁸⁰ ARENDT, H. 1995. Op. Cit. p. 71.

disso era literato e jornalista. Isto, para os conservadores, o tornava mais apto a defender os interesses de Santa Catarina no parlamento⁸¹. E continuava a nota:

“Deixai de parte esta idéia de representação de classes e vereis que melhor que um agricultor que só advogará a sua causa, melhor que o engenheiro, melhor que o artista que no Brasil ainda precisa estender seus conhecimentos, vós tendes neste candidato um homem de conhecimentos profundos, que talentosamente poderá advogar estas e outras causas.”⁸²

Podemos perceber, pela campanha eleitoral de 1881, além das disputas políticas e partidárias, a luta pela definição de um modelo de masculinidade ligada ao homem público. Luta esta que desqualificava os que ainda precisavam “estender seus conhecimentos” ou que precisassem “advogar” em causa própria. O que estava em jogo eram os “interesses” da província, não mais interesses particulares. Percebe-se ainda que grupos de homens lutavam por domínio no espaço público através da definição social da masculinidade. Nesse sentido, o modelo ideal de homem público, representante da Província na Câmara Geral do Império, estava ligado à independência financeira, à capacidade intelectual, a uma gramática corporal na qual os trajes marcavam o lugar ocupado pelo homem na sociedade, bem como ao conhecimento dos problemas da província e aos meios para saná-los.

⁸¹ Jornal O Despertador, nº 1921, 17/8/1881.

⁸² Jornal O Despertador, nº 1921, 17/8/1881.

Capítulo III

Entrando no mundo dos homens pelos laços do himeneu

“Qualquer que seja a forma pela qual a sociedade exprime o seu interesse pelo casamento dos seus membros, seja através da autoridade investida nos poderosos grupos consangüíneos, ou, mais diretamente através da intervenção do estado, continua sendo certo que o casamento não é, nem pode ser, um assunto privado.”¹

Para a elite de Desterro, na segunda metade século XIX, o casamento além de selar alianças políticas e econômicas entre famílias era um momento que marcava a passagem da condição de rapaz, dependente da casa paterna, para o mundo masculino adulto formando uma nova família. Neste contexto, percebe-se a valorização da imagem do homem casado, pai e provedor. Além disso, através do casamento, procurava-se regular as atividades sexuais masculinas, principalmente, com a chegada da maturidade sexual. Nesse sentido, podemos perceber, na imprensa da época, uma série de discursos nos quais buscava-se apresentar as vantagens do casamento para os homens.

Uma nota publicada no jornal O Mercantil, de 1867, anunciava:

“É bom casar

Tem-se dado um doutor escocês a curiosas investigações para chegar a conhecer a influência que exerce o casamento sobre a duração da vida humana. Resulta de seu trabalho que, desde 20 anos até o fim da vida, a idade média para os homens casados é de 59 anos e meio, ao passo que a dos celibatários é de 40. Por outras palavras, passada a idade de 20 anos, os homens casados têm a probabilidade de viver mais 19 anos e meio do que os celibatários. Quanto às mulheres, a diferença é menor, mas ainda é muito sensível.”²

¹ LÉVI-STRAUS, Claude. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre: Editorial Villa Martha. 1980. p. 22

² Jornal O Mercantil n.º 686 de 28/11/1867.

Essa nota ao sugerir que “desde 20 anos até o fim da vida, a idade média para os homens casados é de 59 anos e meio”, mais do que nos informar sobre uma possível descoberta “científica”, com relação à longevidade masculina, realizada no século XIX, ela nos remete para uma série de discursos, os quais buscavam valorizar a imagem pública do homem casado, bem como nos informa a idade em que um homem estaria pronto para casar, ou seja, aos 20 anos³. Para os filhos das famílias mais abastadas de Desterro que saíam da Província para estudar, o casamento acontecia por volta dos 25 anos de idade, após concluírem seus estudos⁴ e estarem empregados. Munidos de um diploma, eles estavam credenciados a ocuparem cargos públicos, a participarem da vida política e podiam almejar um casamento com uma filha de família influente. Um exemplo do que afirmamos é uma nota publicada no jornal O Despertador, em 1865, comunicando:

“Consórcio – Sob esta epígrafe comunicam-nos o seguinte:
Casou-se Il. Sr. Pedro de Souza Lobo com a Exma. Sra. D. Adelaide Flora Caldeira de Andrada. Foram padrinhos, o Exm. Sr. Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque, e os Ims. Srs. D. Joaquim Augusto do Livramento, Tenente coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello e Inácio José de Abreu, Madrinha a Exma. Sra. D. Jacinta Amélia Caldeira Souto, esposa do Ilmo. Sr. Dr. Homogenes de Miranda Ferreira Souto.⁵”

³ Não encontramos estudos de História Demográfica que tenham se detido na Paróquia de Desterro. Mesmo os estudos que foram realizados enfocando as Freguesias do interior da Ilha de Santa Catarina, nos mostram a dificuldade de se construir um quadro que pudesse demonstrar a idade em que a população casava no período anterior a 1889, data em que se instituiu o Registro de Casamento Civil. Segundo Sérgio Ribeiro da Luz, num estudo de História demográfica sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa, na Ilha de Santa Catarina: “Nem sempre as autoridades encarregadas do registro de casamento tiveram a preocupação de indicar nos documentos a idade dos noivos.” O autor nos informa ainda, “os registros da igreja, via de regra, não traziam tais informações. Porém, para o período compreendido entre 1891 e 1930, o autor constata que entre solteiros “a idade média ao casar era de 26 anos para os noivos e de 22 anos para as noivas.

Cf.: LUZ, Sérgio Ribeiro da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810 – 1930*. Florianópolis: UFSC, Dissertação (Mestrado em História), 1994. p. 112-114.

⁴ Segundo José Murilo de Carvalho, um estudante típico das escolas de direito e medicina “entraria numa dessas escolas na idade de 16 anos e se formaria entre 21 e 22 anos.” Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996. p. 64.

⁵ Jornal O Despertador, n.º 279, 15/9/1865.

O noivo, então com a idade de 25 anos, era recém-formado em agrimensura pela escola militar do Rio de Janeiro e tinha obtido, no início daquele mesmo ano, a patente de Alferes da 1ª Cia. do 1º Corpo de Cavalaria do Desterro. Percebe-se que o casamento ocorre após o Sr. Pedro de Souza Lobo ter ocupado um cargo público. Isto significava poder prover a nova família que ora se formava. O pai da noiva, o Sr. José Bonifácio Caldeira de Andrada, era tenente do exército e exerceu vários mandatos na Assembléia Legislativa Provincial.⁶ Tal condição social, vivenciada pelo sogro, possivelmente, favoreceu posteriormente a entrada do genro na vida política, ocupando cargos eletivos.

Os filhos homens que não possuísem um diploma de ensino superior podiam antecipar sua entrada na esfera pública como cidadãos, por intermédio do casamento. Segundo a constituição, entre os excluídos de votar estavam os menores de 25 anos de idade. Porém, a idade exigida se reduzia a 21 anos caso fossem casados.⁷ No entanto, o fato de não possuir um diploma dificultava o acesso a um bom cargo no funcionalismo público, que era conseguido, muitas vezes, graças a um bom apadrinhamento político, além de dificultar as pretensões de um casamento abastado.

Com relação à longevidade das mulheres casadas, o autor da nota contenta-se em informar que para elas “a diferença é menor, mais ainda muito sensível.”⁸ A idade em que estas deveriam casar também não foi mencionada. Disso podemos inferir, o celibato masculino apresentava-se como problemático para o articulista e não o

⁶ PIAZZA, Walter. F. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1994. p. 55:404.

⁷ BARRETO, Carlos Eduardo (org.). *Constituições do Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva. Vol. I, 1971. p. 22-23.

⁸ Não nos foi possível entender o silêncio da imprensa de Desterro com relação à idade ideal para o casamento da mulher. A idade em que homens e mulheres deveriam casar estava relacionada, acreditamos, com a realidade social vivenciada nas diferentes regiões do país. Nesse sentido, João Diogo Esteves da Silva defendia, em sua tese de doutorado intitulada “*O casamento e o celibato em relação ao homem*”, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1879, concluía que a idade ideal do casamento era de 24 a 25 anos para o homem, e a de 18 a 20 anos para a mulher. Ver. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. p. 221.

feminino. Assim como era diferente a idade para o casamento, também o período que o antecedia era vivido de forma diferente “pelos rapazes e pelas moças. Para elas, é a vigília à espera do casamento” e “para o rapaz, o celibato é um tempo pleno, valorizado, período de liberdade e aprendizagem, e o casamento significa apenas se assentar, e pode até ser o ‘fim’”.⁹ O fim, principalmente, de uma sexualidade desregrada, tão valorizada entre os rapazes solteiros.

Em outra nota publicada no jornal O Mercantil, de 1863, intitulada, “Matrimônio e Celibato”, o autor informava que “o matrimônio é uma condição bastante favorável à saúde do homem: está além disso demonstrado evidentemente que o matrimônio prolonga a duração média da vida.” E continuava dizendo que entre os pontos positivos do matrimônio estava a influência que esse exercia “sobre as massas” favorecendo o “aumento das populações”. Por outro lado, o articulista informava sobre pesquisas realizadas na cidade de “Georget” comprovando que “dois terços dos suicidas “são celibatários” e dos “763 alienados” lá existentes “492 são celibatários, 69 viúvos e só 201 casados.” O artigo continua informando: “os celibatários são mais propensos a cometer crimes”.¹⁰ Certamente, entre os crimes estaria o cometido contra a pureza das moças de família.

Entre os delitos a que os celibatários estavam sujeitos a incorrer, conforme a ideologia então vigente, dizia respeito ao seu próprio corpo. Entre os críticos do celibato masculino encontravam-se os médicos e higienistas da época. Eles formularam uma série de críticas pelo fato dos celibatários estarem expostos a “todas as infrações venéreas”, tais como, a sífilis, fruto da “paixão desvairada por prostitutas.” Porém, outros dois pontos eram ressaltados na sua “rebeldia anti-higiênica”: primeiro, quando

⁹ PERROT, Michele. À margem: solteiros e solitários. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Ed. Cia. das Letras, 1993. p.293.

¹⁰ Jornal O mercantil n° 296, 6/12/1863.

esporadicamente decidiam casar já estavam velhos. O casamento em idade adiantada era desaconselhado pela literatura médica. Isto pelo motivo do homem velho ser representado como tendo os órgãos reprodutores enfraquecidos e suas funções perturbadas, o que o tornava inapto para procriar. Em segundo lugar, os celibatários desafiavam o preceito higiênico de que o homem íntegro era o pai.¹¹ Diante disso, além dos interesses sociais ao escolher o futuro esposo e esposa, devia-se atentar para as condições físicas dos futuros cônjuges.

“O legislador deve promover que do matrimônio não venha dano à saúde dos cônjuges e à constituição dos rapazes. Logo, não devem se tolerar os matrimônios na idade imatura; estas uniões muito precoces arrastam a excessos, conduzem à esterilidade. [...] toca aos parentes evitar o dano que a má estrutura da mulher pode trazer a si mesma e ao feto.”¹²

Visando fornecer ao Estado cidadãos fortes e saudáveis, “a seleção do parceiro conjugal tornou-se uma questão capital para a higiene. A saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o nascimento. Ela estava condicionada à saúde dos pais.”¹³ A partir dos 20 anos de idade, segundo o autor das notas da imprensa de Desterro, o homem estaria pronto para controlar seus impulsos sexuais, dirigindo-os para a atividade reprodutora, bem como para evitar os “excessos” que “conduzem à esterilidade”.

Buscando combater os excessos sexuais, médicos e pedagogos formularam uma série de discursos visando coibir práticas como a do onanismo entre os estudantes. Jurandir Costa Freire, analisando a intervenção de discursos médicos e higienistas entre os estudantes de internatos do Rio de Janeiro, no século XIX, nos fala que o sexo

¹¹COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. p. 244.

¹² Jornal *O mercantil* n° 296, 6/12/1863.

¹³COSTA, J. F. 1989. Op. Cit. p. 219

desregrado foi objeto de uma atenção desmedida. Em particular, a masturbação, que aparecia como um perigo avassalador para a saúde física, moral e intelectual dos jovens. Nesse sentido, a organização interna dos colégios e internatos deveria regular-se de forma a prevenir e combater a masturbação. Da criança masturbadora surgiria, conforme os preceitos médicos higienistas, um adulto débil, sujeito a abortos e esterilidade sem compromisso com a perpetuação de seu grupo social nem com o futuro do país. Para coibir essa prática entre os adolescentes, uma das soluções encontrada foi a prática de exercícios físicos.¹⁴ Apesar de não termos encontrado discursos que buscavam combater “os excessos sexuais” entre os adolescentes na imprensa de Desterro, acreditamos que estes tenham sido divulgados pelos médicos, formados na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, que atuaram na capital da Província de Santa Catarina.

Além dos médicos, juristas e pedagogos, cabia ainda aos pais controlar a sexualidade dos filhos. Um bom casamento, principalmente para as filhas, dependia da vigilância constante da mãe. A mãe cabia o papel de dar, no espaço privado, o exemplo de boa esposa e mãe carinhosa bem como vigiar as atitudes e comportamentos das filhas no espaço público. Em uma nota publicada no jornal O Argos, de 1856, prevenia-se:

“às mães de família que vão a bailes de evitarem suas filhas namorarem homens casados, como uma mocinha que eu cá sei, que, para ter entrada nos bailes, vê-se forçada a namorar um homem casado, e como vejo que isto não é próprio para a reputação de uma moça, por isso previno por este anúncio, para não continuar a praticar semelhantes abusos.”¹⁵

Podemos perceber por essa nota que a sexualidade feminina era vigiada, não somente pela mãe, mas também pelo restante da sociedade. Ressalta-se ainda o fato de

¹⁴Ibidem. p. 187 a 194.

¹⁵ Jornal O Argos, n.º 90, 14/11/1856.

que, para o autor da notícia, o problema estava em as “filhas namorarem a homens casados” e não o contrário. O que nos aponta para uma certa tolerância social com as “aventuras” masculinas fora do casamento.¹⁶ Esta tolerância apresentava-se também na legislação da época. Eni de Mesquita Samara, discorrendo sobre as “tensões e causas da separação” de casais no século XIX, em São Paulo, nos fala que entre os motivos que justificavam os pedidos de divórcio estava o adultério e que este “era considerado como falta grave para ambos os sexos, porém colocava a mulher numa situação inferior do ponto de vista jurídico.” Além disso, constata a autora que o adultério masculino não mereceu tão grave repulsa. “Enquanto que para a mulher bastava um desvio, para o marido era necessário o concubinato.” Este somente se caracterizava mediante uma relação duradoura. As infidelidades descontínuas e transitórias não eram considerados atos passíveis de punição.¹⁷

Da mesma complacência social, dispensada aos homens casados, não compartilharam os filhos e filhas ilegítimos, frutos de relacionamentos fora do casamento. Dentre as sanções sociais a que estavam sujeitos estava a dificuldade de conseguirem entrar nas redes de relações sociais e ascender socialmente por intermédio do casamento. Para os filhos homens, até mesmo o acesso aos cargos eletivos e nos principais postos do funcionalismo público lhes eram, muitas vezes, vetados. A marginalização social se dava de maneira mais contundente quando, além de bastardos, fossem mulatos. Um registro marcante dessa situação, na literatura, nos foi deixado por Aluísio Azevedo no seu romance “O mulato”, publicado em 1881.¹⁸ Nesta obra, o autor

¹⁶Uma maior vigilância da sexualidade masculina, principalmente em relação aos homens casados, acreditamos, ocorreu somente no final do período estudado. Neste sentido, uma nota publicada no jornal “O Mosquito”, em 1889, alertava: “Pede-se ao sr. chegador de cavalo que deixe de criticar a vida das moças da Carioca, coma a sua sopa bem calado, e não seja cacete, lembre-se que é casado”. Apud. MORG, Antônio Emilio. *Práticas afetivas femininas em Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, 1995. p. 116.

¹⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Ed. Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989. p. 120.

¹⁸ AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

narra as desventuras de Raimundo que mesmo tendo sido educado na Europa, onde formou-se em Direito, e sendo possuidor de certos “fumos aristocráticos” bem como de um pequeno pecúlio que lhe fora deixado pelo pai, a título de herança, vê-se preterido em favor do caixeiro da casa comercial de seu tio, quando tencionava casar-se com sua prima Ana Rosa. Isto deveu-se ao fato de Raimundo ser mulato, filho de pai branco e mãe negra. A sociedade de São Luiz do Maranhão, onde o romance foi ambientado, não lhe perdoou tais “infortúnios”.

O mesmo preconceito esteve presente na Desterro, do século XIX. Nesta, encontramos Antero dos Reis Dutra, natural da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, na Ilha de Santa Catarina, filho bastardo de Marcelino Antônio Dutra, político da Capital da Província. Aos 15 anos de idade Antero Reis “fora mandado para o Rio de Janeiro, onde passou a viver como empregado do comércio e gratuitamente, nas horas vagas, fez os estudos de humanidades.” Antero dos Reis, mesmo não sendo mulato, sentiu na carne a condição de bastardo e do pai herdou unicamente o gosto pela poesia. “Os últimos dias do poeta foram vividos no ‘Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim’.” Antero dos Reis morreu “tão silencioso e anônimo como a trajetória que as circunstâncias da vida lhe impusera percorrer.”¹⁹ Conseguiu publicar alguns de seus trabalhos graças à ajuda de amigos, o que possibilitou a Antero nos deixar o registro de sua existência. Melhor “sorte” teve seu meio irmão Ovídio Antônio Dutra, filho “legítimo” de Marcelino Antônio Dutra e sua esposa Florinda Cândida da Costa. Este foi deputado e ocupou vários cargos no funcionalismo público.

Das “circunstâncias da vida”, as quais estavam sujeitos os filhos bastardos, não sofreram os filhos legítimos e brancos das “famílias de bem” de Desterro, para eles

¹⁹ Ver: SOARES, Iaponan. Novos aspectos da vida e da obra de Marcelino Antônio Dutra. In: CORRÊA, Carlos Huberto Perderneiras (Org.). *Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997. p. 298 a 300.

eram outros os problemas colocados pela sociedade. Um rapaz possuidor de diploma, branco e filho legítimo apresentava-se como ideal de marido para as moças em idade de casar. Para eles, também, as portas dos salões estavam abertas. A partir da segunda metade do século XIX, surgem em Desterro, clubes sociais que promoviam “reuniões dançantes”, concertos musicais e outras atividades recreativas e culturais. Nas reuniões, tanto em Desterro quanto em outras cidades do império, “criavam-se condições de relacionamento favoráveis aos interesses econômicos e políticos de quem as promovia.” Nestas “reuniões ‘burguesas’ estreitavam-se alianças políticas, organizavam-se conspirações econômicas, tramavam-se sabotagens fiscais, estimulavam-se intrigas contra os concorrentes”²⁰ e, certamente, contratavam-se futuros casamentos.

Além das atividades recreativas, dos conchavos políticos e econômicos, os clubes sociais possibilitavam os casamentos endogâmicos. Nessas associações, realizavam-se certas clivagens sociais. A existência de um número considerável dessas agremiações nos fazem inferir que, além de separarem a população pela origem social também a diferenciavam pela cor partidária. Conforme nos informa Oswaldo Cabral, alguns clubes dificultavam a entrada de indivíduos estranhos a classe social a que pertenciam seus associados. Para fazer parte de sociedades como o “Clube 12 de Agosto”, criado em 1872, o pretendente a sócio teria sua vida investigada por uma comissão de ética. Do parecer favorável desta comissão de sindicância dependia o ingresso do postulante na agremiação. E acrescenta Cabral: “Gente muito boa, mas de recente domicílio em Desterro, não conseguia admissão. Anos se passavam antes que pudesse ser aceita – e uma recusa inicial dava motivos para uma insistência, melhor, para uma persistência, pois era uma honra pertencer ao seu quadro de sócios.”²¹

²⁰ COSTA, J. F. 1989. Op. Cit. p. 107.

²¹ CABRAL, Oswaldo. R. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória vol. I. Florianópolis: UFSC, 1972. p. 16.

As “soirées”, promovidas pelos clubes, possibilitavam encontros entre moços e moças solteiras, muitas vezes, da mesma camada social. Muitos bailes eram de iniciativas dos moços solteiros, como este anunciado pelo jornal O Despertador, de 1879:

“A soirée dos moços solteiros

“Já li, não me recordo em que livro, que a ilha de Santa Catarina se chamava também ilha dos Amores. Por que causa assim a apelidaram não o dizia o livro, ou se dizia, não me recordo, mas o que não resta dúvida é que, ao entrar no magnífico salão do Clube Euterpe Quatro de Março, na noite do dia 6 do corrente, pareceu-me ter adivinhado o motivo por que deram a esta bela terra um nome tão poético.

Ah! Creio que difícil, muito difícil, seria aos incautos que penetraram naquele santuário da beleza e de elegância, saírem sem ter sido colhidos por algum dos multiplicados laços preparados pelo travesso deus-menino! Muitos vi completamente enlaçado, seguros e subjugados a mais não poder.

Se eu quisesse dar a minhas amáveis leitoras uma relação completa das bonitas toilettes que apareceram no sarau que os moços solteiros, sócios do clube, ofereceram às moças solteiras das famílias pertencentes a mesma sociedade, ser-me-ia isso impossível, porque eram muitas, mui variadas e todas elegantes; [...]”²²

Ao que tudo indica, os “laços preparados pelo travesso deus-menino” acabavam prendendo os “incautos”. Porém, se eram os “moços solteiros” que organizavam o baile, eram as “moças”, segundo a representação dos jornais, as mais ansiosas por “laçar” um par.

“Clube 19 de Junho.- Sábado 16 do corrente deu esta sociedade sua partida mensal, que esteve também bastante concorrida e animada.

Os amadores deste gênero de divertimento, com particularidade as moças, não têm razão de queixa; já andam aos pares.”²³

Os discursos, muitas vezes misóginos, presentes na imprensa, apresentavam as

²² Jornal O Despertador, nº 1654, 10/1/1879.

²³ Jornal O Despertador, nº 1715, 20/8/1875.

moças como prontas para laçar os rapazes em sua teia de sedução. Esta imagem de mulheres “caçadoras de marido”, segundo Joana Maria Pedro, aparece, talvez com maior intensidade, nas décadas de 80 e 90 do século XIX e esteve, possivelmente, ligadas às dificuldades econômicas vivenciadas por Desterro naquele momento histórico.²⁴ Outra imagem feminina bastante freqüente, nas páginas dos jornais, dizia respeito ao gosto das mulheres pelos “excessos do luxo”. Com o título de “Anjos Caídos”, uma nota publicada no jornal O Despertador, de 1871, alertava:

“Difícil, muito difícil é encontrar uma mulher que não renda culto ao luxo e que não cifre nos mistérios do toucador toda a sua felicidade. O luxo é a serpente desse moderno paraíso que se chama lar moderno. Quantas, seduzidas pelo brilho de um vestido da última moda, de corte elegante, de caprichosa cor, quantas, repetimos, se não acreditam infelizes só porque os maridos não podem propiciar-lhes, olham com inveja para as que, mais feliz do que elas, o ostenta por toda parte, orgulhosa e altiva, crendo-se superior as outras. As mulheres fazem consistir a sua superioridade no luxo e no traje. A vaidade, todos sabem, é a paixão que mais domina a mulher. A mulher poderá consolar-se da infidelidade do marido, ou do abandono do amante, mas jamais se consolará de ver-se na impossibilidade de satisfazer a sua paixão pelo luxo; é o pasto da vaidade. É por esta razão que há tantos anjos caídos.”²⁵

O autor da nota afirmava ainda que a busca pelo luxo muitas vezes “leva a mulher a perder a sua honra e sua virtude”.

“O dia em que o belo sexo compreender esta grande verdade, não mais nos admiraremos quando alguém disser: - Sabes que Fulano casa-se com Fulana? – como acontece hoje. Porque o mero fato de

²⁴ “Para as moças casáveis da classe média, o mercado matrimonial, no final do século XIX, possivelmente, estava se restringindo. Educadas para seguir ‘carreira’ do casamento, e buscando ascensão social através dele, encontrariam dificuldades em duas questões: o declínio das atividades do porto devia estar provocando a saída dos jovens casadouros para outros centros, em busca de melhores oportunidades; havia, ainda, o costume de mandar os filhos estudarem em cidades maiores, principalmente no Rio de Janeiro”.

Cf.: PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 54.

²⁵ Jornal O Despertador, nº 926, 12/12/1871.

alguém casar-se constitui já um verdadeiro acontecimento contemporâneo.²⁶

Esses discursos devem ser entendidos dentro do quadro de dificuldade de acumulação de capitais, vivenciados pela sociedade da época. Para os homens da elite, os provimentos necessários para a manutenção da família advinham principalmente das atividades comerciais e de empregos no funcionalismo público. Os empregados públicos eram, como já tivemos ocasião de mencionar, em sua maioria, mal remunerados. Nesse contexto, cabia a esposa o papel de controlar os gastos domésticos. Acreditamos, a exigência de ser o homem o único provedor contribuía para que rapazes com poucos vencimentos procurassem protelar o casamento até que pudessem, através de recursos próprios, prover esposa e filhos dos mínimos recursos necessários para garantir-lhes a “existência”. Esta não era uma exigência somente da família da noiva e da sociedade mas também do Estado. “Ao Estado interessava não só a família fecunda, mas a família responsável. Manter os filhos era tão importante quanto produzi-los. Do contrário, a carga financeira da educação dessas crianças abandonadas recairia, novamente, sobre a administração pública; ou, o que era mais grave, a mortalidade infantil tenderia a aumentar.”²⁷

A cerimônia de casamento, no século XIX, era uma forma de reconhecimento público da união entre indivíduos. Em períodos anteriores, o ritual do casamento era realizado no espaço privado do lar. A cerimônia de casamento, segundo Philippe Ariès, a partir do século XII, acabou “deslizando do espaço privado para o espaço público.” Foi por essa época que o papel do padre, “anteriormente ocasional, vai se tornar cada vez mais importante e essencial.” Nos séculos XIII e XIV, as cerimônias então realizadas à porta da Igreja, passam a compreender duas partes bem distintas. Na

²⁶ Idem.

²⁷ COSTA, J. F. 1989. Op. Cit. p. 234.

primeira etapa, que segundo Ariès, “é a segunda na ordem cronológica”, o pai da noiva vinha à porta da igreja e a entregava para o padre, “que passa ao futuro esposo.” A segunda parte do rito, “que na realidade vinha no início da cerimônia, era mais administrativa e modernizante. Era a conclusão pela Igreja, da pesquisa que tinha empreendido para se assegurar de que não existia nenhum obstáculo para o casamento e que os cônjuges realmente consentiam: um controle.” Esta segunda parte tornou-se com o “decorrer do tempo, a principal, o próprio núcleo da cerimônia e concentrou em si todas as significações simbólicas. Dela saíram os procedimentos modernos do casamento religioso e leigo.” No século XVII, deu-se a transferência “do conjuntos das cerimônias da porta da igreja para o seu interior, onde deverão ter lugar doravante.”²⁸ Daí por diante o que importava, “acima de tudo não era tanto a cerimônia religiosa quanto o registro por escrito. A escrita é que fundamentava o ato, ao mesmo tempo em que o controlava.”²⁹

Por intermédio do casamento, firmavam-se as bases do contrato que deveria reger a família que se formava. Além do contrato entre os noivos, o casamento significava uma aliança entre as famílias dos cônjuges. Para o homem, o casamento significava uma possibilidade de, entre outras coisas, fortalecer laços de parentesco e solidariedade masculina que lhe renderia um aumento de seu capital de relações sociais. Este capital social poderia ser acionado quando fosse necessário, por exemplo, para uma indicação no serviço público, alianças políticas, visando ocupar um cargo eletivo ou

²⁸ ARIÉS, Philippe e BÉJIN, André (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p. 178 a 179.

²⁹ *Ibidem*. p. 180.

ainda em momentos de declínio econômico³⁰.

O casamento possibilitava a ampliação da rede de relações sociais masculinas e podia ainda incluir outras famílias devido à presença dos padrinhos de casamento. A escolha desses estava ligada a uma série de fatores. Poderiam ser escolhidos entre os familiares dos noivos, fortalecendo os laços sociais entre as duas famílias que se uniam, ou ainda, entre pessoas de fora do grupo de parentesco consanguíneo. Neste segundo caso, os padrinhos poderiam ocupar posições sociais equivalentes a dos noivos e suas famílias, ou sujeitos de camada social distinta. Antônio Augusto Arantes, analisando a formação de relações de compadrio em rituais de batizado e crisma, formula uma proposição que cremos poder ser válida também no caso dos padrinhos de casamento. Nesse sentido, o autor escreve: “tanto nos casos em que os laços rituais estabelecem-se entre sujeitos que ocupam posições estruturais equivalentes, quanto nos em que eles se encontram em estratos sociais distintos, a função primordial do compadrio é criar vínculos de solidariedade entre seus participantes, os quais se expressam, principalmente, através da cooperação econômica e da lealdade política.”³¹

Podemos perceber as diferentes formas de alianças familiares e de compadrio que estiveram presentes, em Desterro, pelas notas de casamento publicadas nos jornais da cidade. Um exemplo de casamento que possibilitava a formação de laços comerciais, foi publicado no Jornal do Comércio, de junho de 1889.

³⁰ Sergio Miceli, analisando a trajetória de alguns intelectuais brasileiros, entre 1889 e 1930, oriundos de famílias em decadência econômica nos fala: “Para aquelas famílias em declínio que ocupam uma posição em falso em virtude do desequilíbrio entre o capital material dilapidado e o capital social disponível, a única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais – em especial, em conjunturas estratégicas como a educação dos filhos, a ‘escolha’ dos cursos superiores, o casamento, a nomeação para cargos públicos, etc. - por ser o único que ainda podem contar para escaparem a um rebaixamento social ainda maior.”

Cf.: MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo; Ed. Perspectiva, 1977.p. 22.

³¹ ARANTES, Antônio Augusto. Pais, padrinhos e o Espírito Santo: Um reestudo do compadrio. In: ARANTES, Antônio Augusto[et al.]. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 196.

“Núpcias

Celebrou-se na Matriz, sábado à tarde, o casamento do Sr. João Luiz de Saldanha Gondin, negociante nesta praça, com a jovem Exma. Sra. D. Maria José Barbosa, filha do negociante Sr. João M. Barbosa e irmã dos nossos dignos amigos Ricardo e Lydio Barbosa.

O ato foi testemunhado: pelo Sr. Ricardo Barbosa e sua Exma. Esposa, por parte da noiva; e por parte do noivo, por seu tio o oficial de fazenda Sr. Francisco Luiz de Saldanha.

Parabéns.³²

As motivações comerciais e o reforço de laços familiares ficam evidentes no caso do enlace acima citado, onde se percebe que assim como o pai da noiva o noivo também dedicava-se a atividades comerciais. O padrinho do noivo, que era seu tio, exercia a função de “oficial de fazenda”, cargo que tinha certo destaque no funcionalismo público e que possibilitava, entre outras coisa, prestígio social.

Percebe-se ainda casamentos em que por meio do comradrio se alargavam os laços familiares e sociais. Isto devido a um certo prestígio que os padrinhos gozavam na sociedade local. Neste sentido, o Jornal do Comércio, em 1881, anunciava:

“Uniu-se ontem pelos laços do himeneu com a Exm. Sra. D. Anna Kiefer o nosso companheiro e amigo José da Silva Cascaes. Foram padrinhos da noiva, o sr. Joaquim José Alves Bezerra e sua Exma. Sra.; e do noivo o Sr. Duarte Paranhos Schutel.³³

Nessa união podemos perceber o alargamento dos laços de parentescos pela instituição do comradrio, bem como estando presente motivações de cunho político partidário. O noivo, José da Silva Cascaes, era um dos proprietários do Jornal do Comércio, fundado em 1880. Este jornal, como já mencionamos em outro momento, apresentava-se como não sendo um órgão político-partidário, mas como uma empresa

³² Jornal do Comércio, nº 89, 11/6/1889.

³³ Jornal do Comércio, nº 44, 25/2/1881.

comercial, que buscava sobreviver às custas das assinaturas dos leitores e de trabalhos tipográficos, seja imprimindo outros jornais, seja produzindo diversos materiais impressos. Nota-se, mais uma vez, que o noivo contrai os laços nupciais após estar estabelecido e com função remunerada. O padrinho do noivo era Duarte Paranhos Schutel, formado em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Além de exercer a medicina, Duarte Schutel foi eleito para várias legislaturas como deputado provincial em Santa Catarina pelo partido Liberal³⁴, do qual o noivo também fazia parte.³⁵ Sobre os padrinhos da noiva, com base no material bibliográfico disponível, nada nos foi possível apurar.

Através do casamento, podia-se alargar as redes de sociabilidade masculina para outras Províncias do império. Isto tornava-se possível na medida em que muitos rapazes que iam estudar em outras Províncias, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, entre outras, acabavam ali se fixando por intermédio de empregos e casamentos com moças da sociedade local. Contribuía ainda para que tal fato ocorresse a mobilidade com que estavam sujeitos certos funcionários públicos. Como nos lembra José Murilo de Carvalho, no intuito de formar quadros especializados e acumular experiência de governo, a “elite circulava pelo país e por postos no Judiciário, no Legislativo, no Executivo.”³⁶ Tal fato contribuía para a união de famílias de Províncias, às vezes, distantes entre si. Assim como políticos catarinenses ocuparam cargos fora de sua Província natal, também para presidir a Província de Santa Catarina, muitos políticos para cá se deslocaram com suas famílias e acabaram casando filhos e filhas com membros da elite local. Como exemplo do que afirmamos, temos o caso de Joaquim

³⁴ PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 710 a 711.

³⁵ Em 1885, José da Silva Cascaes, deixa a direção do “Jornal do Comércio” para ser redator do jornal A Regeneração, que divulgava as idéias do partido Liberal. Conforme notícia publicada no jornal O Moleque, nº 11, 9/3/1885.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996. p. 107.

Augusto do Livramento, advogado formado pela faculdade de São Paulo, em 1843, representante da Província de Santa Catarina à Câmara Geral por três legislaturas que casou-se com D. Dulce Pórcia de Albuquerque Cavalcanti, uma das filhas de José Mariano de Albuquerque, político cearense que presidiu várias províncias, inclusive a de Santa Catarina, em 1835.³⁷

Além do casamento possibilitar a inserção numa rede de solidariedade masculina, para a sociedade de Desterro, na segunda metade do século XIX, o homem casado era considerado um homem honrado. Nesse sentido, Eni de Mesquita Samara, analisando a sociedade paulista do século XIX, nos fala que os homens legitimamente casados eram considerados mais adequados para ocupar postos de importância e responsabilidade.³⁸ Tal exigência também pôde ser percebida em Desterro. Em 1865, o jornal O Despertador anunciava:

“Nomeação – Consta-me que fora nomeado fiscal do comissário da companhia de menores o Sr. José Manoel Garcia. Considero essa nomeação um ato de justiça do nosso governo, entendendo ser este cidadão, homem honrado e chefe de numerosa família. Temos prazer em consignar aqui este acontecimento, porque reconheço no Sr. Garcia as qualidades precisas para bem desempenhar esse cargo.

Por hoje, nada mais.

Até outra.”³⁹

O autor da nota considerou um “ato de justiça” a nomeação do Sr. Manoel Garcia por compreender que este era um “cidadão, homem honrado e chefe de numerosa família.” Podemos perceber a valorização da imagem pública do chefe de família, bem como esta classificava o Sr. Garcia como possuidor das “qualidades precisas para desempenhar” o cargo de fiscal do comissário de menores. O Sr. Garcia

³⁷ PIAZZA, W. F. 1994. Op. Cit. p. 182 e 399.

³⁸ SAMARA, E. de M. 1989. Op. Cit. p. 126.

³⁹ Jornal O Despertador n° 211, 20/1/1865.

apresentava-se como referência de comportamento masculino, tanto para o público leitor quanto para os meninos da “companhia de menores.”

Das “escolhas” feitas pelo rapaz dependia sua entrada no mundo masculino adulto da elite. Para isso, tinha de “escolher” a esposa certa, conforme o ideal da época que exigia que esta fosse honesta, econômica, boa esposa e boa mãe. Que por meio do casamento pudesse aumentar seu capital social alargando a rede de solidariedade masculina. Que fosse capaz de prover a família e gerar filhos, de preferência legítimos. Dessa maneira possibilitava a reprodução do modelo social vigente e produziria cidadãos saudáveis física e moralmente. Esses eram alguns dos requisitos para que um homem fosse considerado honrado pela sociedade de Desterro na segunda metade do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atributos de masculinidade valorizados pela sociedade de Desterro, na segunda metade do século XIX, e divulgados pela imprensa e literatura da época, estavam relacionados ao comportamento dos homens no espaço público. As questões da esfera íntima familiar não se apresentavam como algo que pudesse ser discutido pelo público. Nesse sentido, valorizava-se a imagem de homem que se apresentava enquanto honrado, provedor da família e cumpridor de suas obrigações.

Os homens que buscavam corresponder ao modelo hegemônico de masculinidade alcançavam vantagens sociais, políticas e psicológicas, pois seriam reconhecidos como “homens de bem”, homens honrados. Esse modelo, que se pretendia hegemônico, estava coadunado com o difundido em outros centros urbanos do Brasil e da Europa. Os componentes da elite de Desterro, formada, principalmente, por comerciantes, médicos, advogados e professores, ocupavam os principais cargos da administração pública provincial, buscavam reconhecimento público e status social pautando seu comportamento nos valores do modelo hegemônico de masculinidade.

Essas imagens eram apreendidas pelos homens tanto nos jornais e na literatura quanto nas escolas e instituições de ensino superior, como a Faculdade de Direito de São Paulo e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Nessas instituições, os homens aprendiam uma etiqueta simbólica específica, que os distinguia do restante da população masculina. A educação tornou-se uma das referências de masculinidade e uma das formas de distinção de gênero. Homens e mulheres, desde cedo, eram preparados para ocuparem papéis diferenciados na sociedade. Cabia à mulher o espaço privado do lar,

onde atuava como esposa e mãe. Aos homens, destinava-se o espaço público, realizando atividades fora do lar, no comércio, no serviço público e na política.

Esses valores eram divulgados entre a camada letrada da população. Porém, certamente, apesar de todos conhecerem e pretenderem aplicá-los, eram ideais nem sempre cumpridos em sua íntegra e nem sequer acatados por todos os homens. Isto podemos perceber pelo fato destes valores serem sempre lembrados e reafirmados através de discursos, na forma de artigos nos jornais, entre os quais, os que anunciavam “é bom casar”, os que condenavam vícios como o jogo, ou ainda, em processos criminais movidos, por exemplo, pelo crime de calúnia e difamação. Estas estratégias buscavam, entre outras coisas, fazer com que os homens se adequassem a estas “leis” de uma moral masculina.

Esses discursos emergem num momento em que se percebe a constituição de uma esfera pública burguesa, em Desterro. Também, num momento em que a elite da cidade deixou de ser composta, em sua maioria, por militares. O crescimento das atividades comerciais, favorecido pelo aumento das exportações da Província, possibilitou o aparecimento na capital da Província de uma classe de comerciantes, armadores, agenciadores e construtores navais que passaram também a compor a elite local e a disputar os principais cargos públicos. Para tanto, deveriam ser reconhecidos como portadores de marcas distintivas de honorabilidade e credibilidade.

A atuação dos homens em cargos públicos, eletivos ou não, dependia tanto de seu capital econômico, social e cultural quanto do fato do pretendente a esses cargos atendessem aos critérios de masculinidade sancionados socialmente. E esses critérios não eram estáticos. Durante o período analisado, percebemos novas exigências sendo acrescentadas ao comportamento do homem público. Os critérios de masculinidade foram crescendo em complexidade. Dos homens, em geral, era exigido: ser provedor, cumprir

os contratos, pagar as dívidas e manter a palavra empregada. Dos homens públicos, símbolos dessa masculinidade que se constituía como hegemônica, passou-se a se acrescentar novas exigências como a de ser instruído, possuir um capital de relações sociais que possibilitasse viabilizar os anseios dos grupos a que estava ligado e ter independência financeira.

Estas exigências puderam ser percebidas a partir dos embates político-partidários, lutas estas que eram perpassadas, também, pela definição de qual seria o modelo ideal de comportamento masculino para o homem público. A utilização da categoria gênero de análise histórica nos permitiu perceber que, a história política de Desterro ou de qualquer lugar onde vigorou uma sociedade burguesa, além de ser, exclusivamente formada por personagens masculinos, aspecto que a história das mulheres e das relações de gênero já nos tem apontado, não pode deixar de levar em consideração características da masculinidade. Isto devido ao fato de que, como já dissemos antes, não bastava o poder econômico ou o capital cultural, era preciso que o homem público fosse reconhecido como possuidor de um comportamento masculino sancionado e reconhecido por seus pares.

A história política de Desterro, estudada a partir da perspectiva da relação de gênero, nos permitiu ainda, perceber outras nuances que distinguiam a masculinidade da segunda metade do século XIX em relação a outros contextos históricos. Para isso, utilizamos os poemas veiculados nos jornais e que faziam parte das propagandas eleitorais. Por meio da poesia, gênero literário pelo qual os correligionários cantavam as qualidades de seus candidatos e apontavam possíveis falhas no comportamento de seus adversários, como por exemplo, o fato de Augusto Joaquim do Livramento, o “quero-quero” do poema “Assembléia das Aves”, de Marcelino Antônio Dutra, insistir em querer uma vaga na Câmara Geral, numa alusão à criança que bate o pé para que seus

caprichos sejam atendidos, numa referência à imaturidade do adversário, ou ainda à excessiva preocupação de Taunay com sua aparência, entendida como uma “risível baboseira.” Era ainda possível, através da poesia, cantar o amor a um amigo, sem com isso colocar perante a opinião pública, dúvidas sobre a masculinidade do autor.

No final da década de oitenta, do século passado, vimos que ocorre uma mudança na forma de expressar os sentimentos entre amigos. Naquele momento, passou-se a declarar amizade e não mais amor, como um sentimento dividido entre homens. Os abraços calorosos foram substituídos por pragmáticos apertos de mão. Estas mudanças, na forma de expressar os sentimentos, deram-se paralelamente ao momento em que grupos emergentes do norte da Província, principalmente das áreas de colonização alemã, passaram a disputar espaços na sociedade e na política catarinense.

Com a entrada em cena destas novas forças políticas, após a última década do império, novas configurações políticas trarão outras exigências de masculinidade, tornando-a mais complexa. Mas essa é outra história.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 – Fontes

1.1 - Periódicos – Acervos da Biblioteca Pública de Santa Catarina

Jornais

Jornal O Novo Íris – 1850 a 1851

Jornal Correio Catharinense - 1852 a 1854

Jornal O Conservador – 1855

Jornal O Mensageiro - 1856 a 1857

Jornal O Cruzeiro do Sul – 1858 a 1859

Jornal O Cruzeiro – 1860

Jornal O Argos – 1856 a 1861

Jornal O Mercantil – 1861 a 1869

Jornal O Despertador – 1863 a 1884

Jornal A Regeneração – 1868 a 1874, 1877 a 1878 e 1880 a 1884

Jornal do Comércio – 1880 a 1884

Jornal O Moleque – 1885

1.2 - Obras literárias

ALENCAR, José de. *Cinco minutos. A viuvinha*. São Paulo: Ática, 1995.

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

DUTRA, Marcelino Antônio. *Assembléia das aves*. Florianópolis: Livraria Central, 1921.

PIRES, Horácio Nunes. *D. João de jaqueta*. Porto Alegre: Movimento, 1984.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

2 - Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, Miguel Vale. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Ed. Fim de Século, 1995.
- ARANTES, Antonio Augusto. et alie. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- ARIÉS, Philippe & BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense. , 1987. p. 163 a 182.
- _____ & DUBY, Georges. *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- BADINTER, Elisabeth. XY. *Sobre a Identidade Masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAKHTIN, Mickail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BARRETO, Carlos Eduardo (org.). *Constituições do Brasil*. Vol. I. São Paulo: Ed. Saraiva. 1971.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrande Brasil, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: Notícias I e Memória I e II*. Florianópolis: UFSC, 1972.
- _____. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987.
- _____. Os Açorianos. in: *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CONNEL, Robert W. *Políticas da masculinidade*. In: *Revista Educação e Realidade*. V. 20, n. 2, p. 185 - 206. jul./dez. 1995.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. (org.). *Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.
- COSTA, Albertina O. & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Ed. Globo, 1996.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
- FIORIM, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1985.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. Placing women's history. In: *New Left Review*, 133. May/June - 1982.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: A paixão terna*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 - 1999.
- GOULART, Janete Jane. *Instrução Pública elementar na Província de Santa Catarina - 1834 a 1889*. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigação quanto a categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. II tomo 3.
- HÜBENER, Laura Machado. *O Comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.
- JOBIM, Nelson e PORTO, Walter Costa. *Legislação Eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Vol. I. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.
- LÉVI-STRAUS, Claude. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.
- LUZ, Sérgio Ribeiro da. *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810 a 1930*. Florianópolis: UFSC, 1994. Dissertação (Mestrado em História) . Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.
- MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo; Ed. Perspectiva, 1977.
- MORGA, Antônio Emilio. *Práticas afetivas femininas em Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. São Paulo: Dissertação (mestrado em História) Universidade de São Paulo, 1995.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1993.
- _____. Um homem de verdade. In: *Homens – comportamento: sexualidade e mudança – identidade: crise e vaidade*. São Paulo: Ed. Senac/São Paulo, 1997.
- ORLANDI, Eni P. *O discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Ed. Pontes, 1993.
- PARKER, Richard e Barbosa, Regina Maria (orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. 1996.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.
- _____. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.
- _____. et allie. *Negro em terra de branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. & GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

PIAZZA, Walter F. *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias 1834 – 1984*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

_____. (org.) *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

_____. *Santa Catarina Sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Ed. Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis: do Autor, 1973.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 16, nº 2, p. 5 a 22, jul./dez. 1990.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

STOLLER, Robert. *Masculinidade e feminilidade: apresentações de gênero*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1993.

VÁRIOS. *Macho-masculino-homem: a sexualidade, o machismo e a crise do homem brasileiro*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1986.

VÁRIOS. Santa Catarina, Ilha de. *Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1990.